

## XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: **O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO DA VIDA HUMANA**

**Frédéric Gros**

Foucault e o direito dos governados

**Márcia Arán**

O gênero como norma e fonte de subversão  
e resistência

**José Antonio Zamora**

Biopoder e o instante eterno

E mais:

>> **Heitor Scalabrini Costa:**  
Alternativas energéticas e a  
crise civilizacional

>> **Sérgio Mattos:**  
A diversidade cultural e o  
regionalismo na TV brasileira

# O (des) governo biopolítico da vida humana

Nesta semana realiza-se o XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana. A edição desta semana da IHU On-Line discute o tema central do evento. Pesquisadores e pesquisadoras de várias áreas do conhecimento contribuem na discussão do mesmo.

O filósofo francês **Frédéric Gros** (Universidade de Paris XII) assinala que a política não nos defende de um poder externo e que “cada fase do capitalismo vai desenvolver uma biopolítica particular”. Governar no Ocidente é exercer o poder como exceção, opina o filósofo argentino **Edgardo Castro** (Universidade Nacional de La Plata). A exceção jurídica na biopolítica moderna é o tema discutido pelo filósofo espanhol **Castor Ruiz** (Unisinos), apontando as contradições graves que aparecem no estado de exceção. **José Antonio Zamora**, também filósofo espanhol, analisa o nexo entre o biopoder o instante eterno. Segundo ele, o progresso é um conceito fundamental para a legitimação ideológica da biopolítica. O advogado **José Carlos Moreira Filho** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) examina as políticas de memória como um dever social, enquanto o economista italiano Andrea Fumagalli questiona os impactos da financeirização sobre o sujeito. O tema gênero, tecnologia e biopolítica é discutido pela psicóloga **Márcia Arán**, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para o cientista político **Giuseppe Cocco** (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o devir-Brasil do mundo confirma a abertura do conceito foucaultiano de biopoder em duas linhas antagônicas.

No mês de agosto faleceu Raimon Panikkar. As **Notícias do Dia**, publicadas de segunda a domingo, pelo sítio do IHU, deram um amplo destaque à obra deste importante filósofo e teólogo. Na edição passada da **IHU On-Line** publicamos um belo artigo de **Faustino Teixeira**. Nesta edição, **Marcelo Barros**, biblista, nos brinda com um instigante texto intitulado *Panikkar e a Teologia da Libertação*. Uma entrevista com o teólogo **Victorino Pérez Prieto**, espanhol, completa a recordação da vida e da obra de Raimon Panikkar.

O artigo *A diversidade cultural e o regionalismo na TV brasileira*, de **Sérgio Mattos**, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e uma entrevista com **Heitor Scalabrini Costa**, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - discutindo os desafios e a necessidade de fontes alternativas de energia, completam esta edição.

A todos e todas, chegados de muitas partes do Brasil e do mundo, e que estarão participando do Simpósio desta semana, muito bem-vindos e bem-vindas.

Aos demais um bom evento, uma ótima leitura e uma excelente semana!

## Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyce@unisinos.br), Rafaela Kley e Cássio de Almeida. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br) - ramal 4121.



LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA



Ministério  
da Cultura



## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | José Antonio Zamora: Biopoder e o instante eterno

PÁGINA 11 | Edgardo Castro: Governar no Ocidente é exercer o poder como exceção

PÁGINA 15 | Andrea Fumagalli: Os impactos da financeirização sobre o sujeito

PÁGINA 19 | Frédéric Gros: Foucault e o direito dos governados

PÁGINA 21 | José Carlos Moreira Filho: Políticas de memória: um dever social

PÁGINA 24 | Giuseppe Cocco: O devir-Brasil do mundo e o biopoder

PÁGINA 28 | Castor Ruiz: A exceção jurídica na biopolítica moderna

PÁGINA 33 | Márcia Arán: O gênero como norma e fonte de subversão e resistência

### B. Destaques da semana

» Memória

PÁGINA 36 | Victorino Pérez Prieto: Panikkar e a eterna busca pela harmonia do saber

PÁGINA 39 | Marcelo Barros: Panikkar e a Teologia da Libertação

» Coluna do Cepos

PÁGINA 42 | Sérgio Mattos: A diversidade cultural e o regionalismo na TV brasileira

» Destaques On-Line

PÁGINA 44 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Evento

PÁGINA 46 | Heitor Scalabrini Costa: A crise civilizacional e os desafios das alternativas energéticas

PÁGINA 51 | Walmir Pereira: Os guarani: um povo instituído pela memória mítico-histórica indígena

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | Alfredo Santiago Culleton



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## Biopoder e o instante eterno

Contexto e conteúdo foram eliminados do tempo, que parece sempre faltar e estar mais acelerado, analisa José Antonio Zamora. Progresso é conceito fundamental para a legitimação ideológica da biopolítica

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Os processos de disciplinamento realizados “pelas instituições que caracterizam o governo anatomopolítico e biopolítico moderno (fábricas, hospitais, escolas, quartéis e prisões) devem, em grande medida, sua eficácia ao estabelecimento de regimes temporais específicos e estritos”, considera o filósofo espanhol José Antonio Zamora. De acordo com ele, “que possamos dominar o tempo de outros seres humanos e equiparar o tempo com o dinheiro só é possível porque se eliminou do tempo o seu contexto e conteúdo, estabelecendo-o como fenômeno universal, abstrato, vazio e neutro”. E continua: “a sensação da ‘falta’ de tempo ou de que o tempo ‘vai mais rápido’ parece responder a este regime de encurtamento e densificação da exploração do tempo e à eliminação do tempo não economizado ou economizável”. Zamora afirma que a ideia de progresso é um elemento chave de legitimação ideológica da biopolítica, e à modernidade “clássica” se contrapõe uma modernidade “líquida e reflexiva”. O processo de aceleração, explica, “vem acompanhado de uma fome quase insaciável de experiência do mundo, de captar o mundo em todas as suas produções, desentranhá-lo até seus fundamentos, prová-lo todo”. Essas ideias fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line. Zamora é conferencista na manhã de 14-09-2010, com o tema *Temporalidade capitalista, exploração da vida humana e tempo messiânico*, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A programação completa está disponível em <http://bit.ly/cAXuGq>.

Zamora é professor no Instituto de Filosofia do Conselho Superior de Investigações Científicas - CSIC da Espanha; é autor de, entre outros, *Theodor W. Adorno: pensar contra la barbarie* (Madri: Trotta, 2004) e *Ciudadania, multiculturalidad e inmigración* (Navarra: Verbo Divino, 2003). Estudou Filosofia, Psicologia e Teologia na Universidade Pontifícia de Comillas, em Madri. Doutorou-se na Universidade de Münster, na Alemanha, com uma tese sobre Theodor Adorno, orientada por Johann Baptist Metz. Confirma a entrevista.

**IHU On-Line - Em que aspectos a lógica temporal do capitalismo reduz a vida humana a um mero corpo, a uma mera vida?**

**José Antonio Zamora** - A expressão “mera vida” ou “mero corpo” está associada com a interpretação do conceito de biopolítica que faz Giorgio Agamben<sup>1</sup>, a qual, em muitos aspectos,

<sup>1</sup> Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG,

2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNkY>. Confirma, também, a entrevista *Compreender a atualidade através de Agamben*, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna*, disponível em <http://migre.me/uNo5>. (Nota da IHU On-Line)

tos, não é a mais convincente, pois nela se dilui em grande medida a especificidade do contexto capitalista em favor de uma constituição biopolítica de toda a história ocidental. Porém, segundo esta interpretação, o objetivo de incrementar o valor da vida (regra), que define a política moderna, se encontra inseparavelmente unido ao objetivo de aniquilar “a vida carente de valor” (estado de exceção). O estado de exceção coincide com a redução dos seres humanos a uma “vida nua” ou mero corpo, isto é, a um mero material sobre o qual exercer o poder absoluto, a completa disposição sobre ele, tal como se materializa no campo

de extermínio. Esta redução extrema a puro corpo atua, segundo Agamben, de forma latente nas formas de anatomopolítica e biopolítica modernas, formas evidentemente mais suaves de administração e exploração da vida, que não pretendem tanto aniquilar e torcer, quanto disciplinar, regular, controlar, estimular, etc., em relação a funcionalizações calculadas.

Seja como for, estes processos de disciplinamento, levadas a cabo pelas instituições que caracterizam o governo anatomopolítico e biopolítico moderno (fábricas, hospitais, escolas, quartéis e prisões) devem, em grande medida, sua eficácia ao estabelecimento de regimes temporais específicos e estritos. Assim, pois, toda forma de poder leva associada uma *cronopolítica*. Nada novo se descobre fazendo referência aos longos e coativos processos de reeducação, no sentido de internalização de novos modelos temporais, que foram necessários para transformar a força de trabalho excedente do setor primário em mão de obra industrial nos começos da industrialização moderna. Tão pouco sublinhando a relevância da temporalização acelerada da “revolução digital” produzida pelas novas tecnologias da informação e a comunicação, que supôs um impulso extraordinário dos ritmos e da velocidade da produção e do consumo, do tempo de trabalho e do tempo livre. Tudo isso converteu em obsoletos os ritmos das instituições educativas, políticas e jurídicas dos Estados modernos e está na base do desenvolvimento das novas formas de governabilidade pós-fordista.

### Cronopolítica e sistema capitalista

Esta cronopolítica, associada à biopolítica moderna, é exigida pelo novo regime temporal imposto pelo sistema capitalista e que vai inseparavelmente unido a um aumento incomparável da produção e da produtividade numa espécie de carreira impulsionada pela necessária busca de vantagens comparativas baseadas em sua eficácia, medida em tempo. Deste modo, o tempo passa a ser um bem escasso e mercantilizado (em todas as suas formas: tempo de trabalho, tempo “livre”, tempo do

## “O objetivo da multiplicação do dinheiro é um objetivo infinito, o que contrasta com a finitude dos meios que definem o horizonte da escassez que determina a atividade econômica”

consumo, etc.), produzindo-se aquela equivalência, que Benjamin Franklin tornaria famosa, entre tempo e dinheiro. O objetivo da multiplicação do dinheiro é um objetivo infinito, o que contrasta com a finitude dos meios que definem o horizonte da escassez que determina a atividade econômica.

Por essa razão, a contradição entre o objetivo infinito da multiplicação do dinheiro e a finitude dos meios (naturais e humanos) para alcançar este objetivo se despreza de maneira *temporal*, como processo de *uma permanente revolução* dos meios. Isto supõe uma submissão crescente da ação humana em cada vez mais âmbitos a esse objetivo infinito. Esta submissão é levada a efeito de maneira fundamental pela imposição de regime temporal específico. Somente um tempo abstrato, estandardizado e decomposto em frações iguais pode ser empregado como meio nos processos de intercâmbio, como parâmetro neutral no cálculo da eficiência e dos benefícios.

Que possamos dominar o tempo de outros seres humanos e equiparar o tempo com o dinheiro só é possível porque se eliminou do tempo o seu contexto e conteúdo, estabelecendo-o como fenômeno universal, abstrato, vazio e neutro. A infinitude da lógica de acumulação do capital, da multiplicação do dinheiro, apoiada nessa forma de tempo, não se detém frente a nenhum limite natural ou humano. Só reconhece como meta o incremento de um *quantum* abstrato. E, para esta abstração, todas as singularidades não são mais que obstáculos a superar, ma-

terial dominável. Cada vez cai mais na vista que não se muda a racionalidade econômica do crescimento pelo crescimento, pois esse final só se pode alcançar por meio de uma catástrofe humana ou ecológica. Quando os sujeitos são reduzidos a meios de reprodução do capital, não só fica arruinada sua autonomia: sua vida inteira depende de dita reprodução que é, ao mesmo tempo, a das relações de dominação que a constituem.

### IHU On-Line - Como essa lógica resulta em formas de governabilidade e excepcionalidade política que expressa o capitalismo e a exploração?

**José Antonio Zamora** - O sistema econômico capitalista necessita de um aumento constante da velocidade de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Esta aceleração necessita, por sua vez, de inovações tecnológicas, mas também do aumento da velocidade dos processos de organização, administração e controle. Isso afeta o funcionamento de administrações e burocracias, bem como a esfera financeira, logística e de marketing que acompanha a produção e o consumo. Seria preciso tomar em consideração as múltiplas formas de racionalização do processo de trabalho, tanto se se trata da organização taylorista de dito processo por meio do *scientific management* ou da organização reticular e externalizada da produção *just in time* do pós-fordismo. Sempre se trata de maximizar o rendimento por unidade de tempo. Eliminar o que se considera tempo morto, tempo não produtivo ou de consumo. A sensação da “falta” de tempo ou de que o tempo “vai mais rápido” parece responder a este regime de encurtamento e densificação da exploração do tempo e à eliminação do tempo não economizado ou economizável. As formas de governabilidade possuem uma dimensão temporal evidente, pois elas são as encarregadas de estabelecer, consolidar e reproduzir regimes temporais por meio de instituições que organizam o tempo de modo estrito e, assim, contribuem ao disciplinamento dos corpos e sua predisposição para serem submetidos às novas formas de produção e consumo sob uma aceleração crescente. Isso

não fica desmentido pela desregulação espacial do trabalho, pelas novas formas de flexibilização de seu regime temporal e da produção pós-fordista.

A flexibilização pode dar a impressão superficialmente em algumas de suas expressões de um retorno a formas de produção e de vida pré-industriais. Ditas formas parecem ser regidas pelas tarefas e pelos objetos e não tanto pelo tempo vazio, linear e abstrato da época industrial. Porém, na realidade o mundo laboral moderno, industrial e capitalista devia ser protegido de toda ingerência existente para poder estabelecer seu regime temporal e, assim, possibilitar a aceleração dentro de seus limites. Hoje, nossas concepções de vida boa têm sido de tal modo adaptadas a essas exigências e interiorizamos dito regime temporal e sua lógica de tal maneira que é possível realizar a colonização contrária: inclusive os potenciais de desaceleração e seus Oásis na cotidianidade são crescentemente erodidos por aquela lógica. Para os trabalhadores as novas possibilidades de racionalização e vigilância, oferecidas pela tecnologia da informação e comunicação, se traduzem fatalmente, por um lado, em flexibilização, liberalização e desregulação. Isto é, em subproletarização, de uma parte da mão de obra com uma relação intermitente com o mercado de trabalho, precarização do emprego e sinistralidade laboral. E, por outro lado, em formas de autoexploração ou superexploração com ritmos extremos impostos pelas empresas sob ameaça de perda de emprego, com os quais vai associado um conjunto de patologias reconhecidas (desde o consumo de drogas, o estresse crônico, as mais variadas somatizações do trabalho excessivo etc.).

### Novas formas de governamentalidade

Evidentemente, a lógica da economia e mercantilização do tempo se defronta com limites físicos, biológicos e antropológicos. A capacidade de captação e elaboração cerebral de percepções e estímulos, bem como a capacidade de recuperação e reação podem crescer e têm crescido em interação com a aceleração dos ritmos

**“A novidade e a mudança acelerada parecem confundir-se com um eterno retorno do mesmo, ou, para empregar uma imagem usada por Paul Virilio, um redemoinho que não sai do lugar”**

produtivos e de consumo que se apóiam nas novas tecnologias, porém não parecem possuir um horizonte ilimitado de crescimento. O mesmo podemos dizer do ritmo de recuperação dos recursos naturais ou da capacidade do ecossistema para digerir e processar os resíduos e os materiais tóxicos. Também, a intervenção em processos naturais de maturação e nos ritmos biológicos por meio de técnicas agroquímicas e genéticas que aceleram os processos de crescimento ou tornam independentes a produção de condições naturais externas parecem enfrentar-se com limites naturais insuperáveis. Sem dúvida, também frente a isto reagem as novas formas de governamentalidade, as quais tratam ditas limitações como barreiras provisionais superáveis com a ajuda das mais recentes tecnologias. As possibilidades que brindam a engenharia genética e a combinação das tecnologias genéticas com as nanotecnologias na hibridação antropotecnológica e a revolução dos transplantes estariam, ainda, por explorar e, portanto, a criação de ciborgues capazes de satisfazer as exigências sistêmicas de aceleração poderá dar a resposta aos limites aparentemente insuperáveis da biologia.

**IHU On-Line - Por que se pode falar de uma morte da experiência autêntica pelo império da velocidade, do instante e do descartável? Quais são as relações entre esse instante eterno no qual a modernidade está sub-**

**mersa, com a destruição da memória e da experiência?**

**José Antonio Zamora** - A aceleração da qual estamos falando se manifesta como crescimento exponencial das vivências e das ações, não menos do que como exigência de maior rapidez em sua realização, de eliminar pausas e vazios ou de empregar tecnologias e formas de organizar a vida cotidiana que conhecemos sob a denominação de “multitarefa”. Do ponto de vista dos indivíduos, o incremento vinculado ao crescimento e à aceleração supõe encontrar-se ante uma abundância tentadora de possibilidades. Mas, na realidade, se produz uma superoferta que reproduz a escassez de tempo. Viver com o temor de não poder aproveitar a maioria dessas possibilidades ou, em todo caso, as melhores, e com a sensação de encontrar-nos numa corrida contra o tempo. O paradoxo é que o intento de responder ao aumento de possibilidades que produz a aceleração, apropriando-se das técnicas e dos truques que oferece dita aceleração para aumentar o ritmo de vida, termina aumentando o abismo entre o tempo de vida e as possibilidades de mundo. Os mesmos meios que servem ao indivíduo para ampliar o seu ego, aumentam a quantidade de possibilidades de mundo de modo exponencial.

O processo de aceleração vem acompanhado de uma fome, quase insaciável, de experiência do mundo, de captar o mundo em todas as suas produções, desentranhá-lo até seus fundamentos, prová-lo todo. Sem dúvida, esse mesmo processo só permite uma relação mediada com o mundo. Ganhar tempo supõe renunciar à intensidade da experiência. Para poupar tempo e ampliar a estreiteza temporal o mundo, deve estar predisposto, de modo geral, para ser possuído rapidamente. Mas, para despachar-se com rapidez é necessário um mundo disposto e cunhado para o consumo. Os indivíduos não só estão chamados a racionalizar e economizar o tempo na esfera produtiva, mas também o consumo funciona sob as mesmas regras. O mundo no qual pensava o indivíduo, aceleradamente faminto de experiência, desaparece sem brilho para deixar

lugar a um mundo preparado e adaptado aos seus desejos de velocidade. Na realidade, não é possível experimentar um mundo preparado para o consumo; só se pode comprar e consumir. Sob o ditado da aceleração, acaba impondo-se uma unificação de procedimentos, uma nivelção das diferenças, apesar da variedade de objetos, eventos, acontecimentos e opiniões sobre as quais se aplicam. Sob o imperativo da aceleração, fica destruída uma verdadeira experiência do diverso e diferente que desaparece após a experiência de uma imensa diversidade submetida a esquemas de consumo acelerado.

Entre os teóricos da cultura midiática, parece existir certo consenso em torno do fato de que a digitalização supôs um corte histórico que introduz uma nova época, uma profunda transformação da cultura. As tecnologias digitais atuam como nova interface global e uniformizada que aumenta a brecha entre os mediadores e os cidadãos degradados a “usuários” ou “clientes” de um serviço comercializado do passado registrado. As tecnologias digitais da memória parecem oferecer uma capacidade extraordinária para dispor do acontecer social, grupal ou individual, graças à sub-rogação digital do patrimônio comum através da mediação do mercado. A indústria do registro parece disposta a parcelar o passado e, convertido em mercadoria, transformá-lo num bem de consumo a mais. A maior ameaça à memória cultural vem nestes momentos da mão de sua comercialização digitalizada.

**IHU On-Line - De que modo a aura alucinatória das mercadorias se traduz num comportamento acríptico do sujeito? Quais são as implicações políticas e existenciais desse agir?**

**José Antonio Zamora - Frente à forma de dominação denunciada por Marx<sup>2</sup>**

2 Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do*

## “Na modernidade não só a arte se tornou mercadoria, senão que as mercadorias, por sua vez, se transformaram em arte, adquiriram caráter fantástico e onírico”

sob o trabalho assalariado, que converte a força de trabalho em mercadoria e a relação contratual no veículo do domínio do capital - realidade essencialmente social porém oculta pelo fetichismo da mercadoria que apresenta o valor de troca como propriedade da própria mercadoria -, o caráter fantasmagórico da mercadoria, associado à sua estética, revela outra forma de dominação, cuja finalidade última é a apropriação mercantil completa do indivíduo: a domesticação de seus anelos não cumpridos, a reorientação de sua atenção, a redefinição de seu corpo, a percepção de si mesmo e da realidade, a remodelação de sua linguagem, a reestruturação de sua sensibilidade e sua valoração. O papel da inovação estética na regeneração da demanda converteu-a numa instância quase com poder e efeitos antropológicos, capaz de transformar permanentemente o espécime ser humano em sua organização sensitiva e psíquica, isto é, não só em seu equipamento físico e sua forma de vida material, senão também em sua estrutura perceptiva, afetiva, volitiva, imaginativa, desiderativa, etc. Isto supõe tendencialmente uma quebra da imediatez sensível e a submissão das técnicas estéticas e da economia libidinosas às funções de reprodução do capital.

*mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lq>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da IHU On-Line)

O caráter fantasmagórico de toda a cultura, constatado por Walter Benjamin<sup>3</sup>, faz desta uma transfiguração enganosa da realidade, imagem desiderativa e ideal. O esplendor, a superfície dessa realidade adquire poder estupefaciente: os edifícios, as passagens comerciais, as galerias, as vitrines e as próprias mercadorias. Na modernidade não só a arte se tornou mercadoria, senão que as mercadorias, por sua vez, se transformaram em arte, adquiriram caráter fantástico e onírico. A crítica tradicional da forma da mercadoria podia mobilizar o conceito de fetiche para denunciar os mecanismos ocultos das relações sociais de produção e as formas de dominação que lhe são constitutivas no sistema capitalista. A nova cultura do consumo, ao instaurar o império do simulacro, parece tornar inviável todo intento de desvelamento, de desocultação de uma suposta realidade existente mais além do simulacro, seja do lado dos objetos ou dos sujeitos que os produzem e os intercambiam. A referência à práxis social concreta na qual surgiram desaparece por trás de um jogo de espelhos. As dificuldades para romper o feitiço da identidade como mercadoria produzida pelo próprio sujeito ou da marca que substitui o objeto real parecem tornar-se não salváveis. Tudo fica submetido à lógica da simulação própria do mercado: espaços e tempos, gêneros, classes e corpos, objetos e indivíduos.

### Face oculta

Mas a cultura do consumo não deixa por isso de ter uma face oculta. Trata-se dessa realidade que não deve aparecer, sobre a qual o olhar socializado no espetáculo das mercadorias e da publicidade nunca se detém: a coação ao crescimento que impõe violentamente o sistema econômico capitalista, desatendendo todo conhecimento e assunção responsável dos limites; a desigualdade sangrante que deixa fora de um festim não universalizável a maioria empobrecida do

3 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

planeta; o caráter inconsciente do processo econômico subtraído à capacidade de decisão dos sujeitos que o sofrem; o esvaziamento das identidades convertidas em mero produto do mercado e a publicidade, a domesticação dos anelos e buscas de transcendência, juramentando-a com slogans sem suporte real ou com os reflexos fugazes de realidades que não podem cumprir o que prometem. O culto da mercadoria oculta que a nova cultura do consumo no hipercapitalismo constitui numa exploração sem medida, também dos consumidores, não se detém tampouco ante suas dimensões espirituais. O marketing e a publicidade desencadearam uma estratégia gigantesca que supõe a utilização total do ser humano. É preciso sacrificar tudo ao ídolo, também a própria alma. Por isso, este culto consumista representa uma forma de ampliação extraordinária do poder. Se o poder econômico é capaz de converter o ser humano em todas as suas dimensões numa mercadoria, de determinar suas dimensões sociais, identitárias e, finalmente, espirituais a partir da lógica da mercadoria, trata-se, então, de um poder com pretensões absolutas, de um poder totalitário.

**IHU On-Line - Neste sentido, como pode o biopoder ajudar-nos a compreender a elaboração ideológica do progresso como o mais alto nível da civilização ocidental?**

**José Antonio Zamora** - O conceito de biopoder pretende dar conta de uma transformação nas práticas e tecnologias do poder. Caracteriza-se por bem conformar a vida humana sob a forma do indivíduo (anatomopolítica) ou da população (biopolítica). Seu objetivo não é inibir, dobrar ou aniquilar as forças vitais, senão aperfeiçoá-las, enriquecê-las e estimulá-las de modo continuado, com vistas à sua otimização e economização. Não cabe dúvida de que, independentemente de que a formação do dispositivo biopolítico e a da economia política capitalista não tenham entre si uma relação causal, existe entre ambas uma conexão sistemática, com efeitos históricos muito poderosos. A otimização e a economização das forças vitais possuem uma significação decisiva para o aumento da produtividade da força de trabalho

no interesse da acumulação contínua do capital e vice-versa. A criação de uma população governável com vistas a uma otimização dos resultados gerais na criação da riqueza das nações vai de mão dada com a ideia de certa mecânica natural intrínseca aos processos econômicos, que harmoniza e otimiza o conjunto através do conflito de interesses e a competitividade de todos contra todos. As técnicas de governo não de garantir o livre funcionamento dessa mecânica natural. Como é sabido, esta concepção da governabilidade liberal se serve de ideias reguladoras, como a da “mão invisível” (Adam Smith<sup>4</sup>), a “insociável sociabilidade” e a “intenção da natureza (I. Kant<sup>5</sup>) ou a “astúcia da razão” (G. W.

<sup>4</sup> Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do Cadernos IHU ideias, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número I do Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a prio-

F. Hegel<sup>6</sup>), ideias fundamentais na interpretação da história como progresso. Neste sentido, pode-se dizer que esta ideia é um elemento constitutivo da governamentalidade liberal.

### Lógica sacrificial

Segundo o conceito moderno de progresso a história transcorre através de um tempo abstrato e o presente, em cada caso, não é mais que um ponto numa linha infinita. Por meio de uma espécie de lógica sacrificial tudo é funcionalizado para a construção de um futuro supostamente melhor que há de instaurar-se mais ou menos infalivelmente. Os acontecimentos, geradores de sofrimentos massivos, perdem irremissivelmente significação para um avanço irrefreável e sem fim de tempo. Porém, este tempo abstrato, constituído em segunda natureza, não só encobre o caráter histórico de sua gênese, para assim poder perpetuar-se melhor, senão que oculta com ele o brilho deslumbrante do supostamente novo: os sofrimentos e catástrofes que, em dito processo, afetam tanto a natureza como os seres humanos. O estabelecido possui o poder de ocultar ao olhar aquilo que foi esmagado e se perdeu, para assim configurar a maneira de perceber a história por meio da “evidência” da marcha vitoriosa do que se impôs em última instância. À injustiça

ri da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://migre.me/uNrh>. Também sobre Kant foi publicado este ano o Cadernos IHU em formação nº 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito*, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007), em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em <http://migre.me/zAON>. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da IHU On-Line, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://migre.me/zAOX>. (Nota da IHU On-Line)

sofrida pelos oprimidos e aniquilados se une a eliminação dos vestígios que poderiam recordá-los. A ideia de progresso é um elemento chave de legitimação ideológica da biopolítica.

**IHU On-Line - Qual é a legitimidade em falarmos de pós-humanismo, pós-modernidade, pós-político, pós-histórico, quando sabemos que essas condições são o ápice do processo de aceleração capitalista?**

**José Antonio Zamora** - Apesar da crescente aceleração e da persistência dos mitos modernos do progresso e do avanço histórico, também nos encontramos com discursos não menos influentes sobre o fim da história e, junto com ele, sobre o fim da razão, do sujeito, da política, das ideologias, etc. Um sentimento muito estendido de esgotamento de todas as energias utópicas e uma sensação de que nada realmente essencial muda, de que nada verdadeiramente novo pode acontecer, de que nos encontramos ante um horizonte histórico incontornável, parecem servir de pretexto a ditos discursos que põem o acento nas cristalizações e nas estruturas subjacentes à mudança, bem como na experiência subjetiva que refletia a metáfora weberiana da “jaula de aço”. Frente à modernidade “clássica” parece emergir uma modernidade “líquida”, “reflexiva”, “segunda”, na qual a aceleração dá um giro em pura simultaneidade do diverso. O que, à primeira vista, parece um paradoxo da experiência do tempo na modernidade tardia, tem a ver com os fatores econômicos, culturais e sociais que determinam a transformação de suas estruturas temporais e a dialética que lhes é inerente. Por isso, resulta necessário clarificar qual ou quais são os fatores determinantes (inovação técnica, lógica econômica, diferenciação social, mudanças culturais) de dita transformação e as relações que existem entre eles.

A aceleração, à qual estão submetidas todas as mudanças sociais, produz uma sensação de velocidade irrefreável. Porém, ao mesmo tempo os acontecimentos e fatos submetidos a essa velocidade carecem de duração e, em certo sentido, de consequências duradouras. Vivemos, pois, com a sensação de que nada essencial muda, de que não sucede nada essencialmente novo. Como cons-

tata Baudrillard<sup>7</sup>, “a história não chega a ocorrer, (...) a história se funde em seu efeito imediato, se esgota em seus efeitos especiais, implode em atualidade.” Por isso, do ponto de vista dos indivíduos, se impõe uma sensação de paralisação e imobilidade, de destemporalização por acumulação e multiplicação dos acontecimentos, possibilidades, vivências, ações, etc., todas de caráter episódico, fugazes, desconexas, descontextualizadas, que apenas deixam vestígio e podem escassamente ser integradas numa sequência biográfica capaz de dotá-las de sentido. A novidade e a mudança acelerada parecem confundir-se com um eterno retorno do mesmo, ou, para empregar uma imagem usada por Paul Virilio<sup>8</sup>, um redemoinho que não sai do lugar.

**IHU On-Line - De que forma o conceito do tempo messiânico ajuda a compreender esse cenário e estabelecer um contraponto?**

**José Antonio Zamora** - O conceito de

<sup>7</sup> Jean Baudrillard (1929-2007): filósofo e sociólogo. Um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade, é autor de vários livros entre os quais destacamos: *A troca impossível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002); *A ilusão vital* (Civilização Brasileira, 2001) e *A sociedade do consumo* (Lisboa: Edições 70, 2000). De Baudrillard a IHU On-Line publicou o artigo *A máscara da guerra*, na edição 51, de 17-03-2003. O Prof. Dr. Juremir Machado da Silva apresentou o IHU Ideias de 11-09-2003, intitulado *11 de setembro: Ano III. Uma reflexão a partir de Jean Baudrillard*. Sobre esse tema, Juremir concedeu uma entrevista na 74ª edição da IHU On-Line, de 08-09-2003, sob o título *11 de setembro segundo Jean Baudrillard*. Confira as *Notícias do Dia 07-03-2007: Morre o sociólogo francês Baudrillard, crítico feroz da sociedade de consumo e Baudrillard*, disponível em <http://bit.ly/9SBaGZ>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Paul Virilio (1932): urbanista e filósofo francês. Estuda e critica efeitos perniciosos da velocidade nas relações sociais contemporâneas, desde os seus reflexos no processo cognitivo até suas implicações na política. É autor, entre outros, de *Guerra pura* (São Paulo: Brasiliense, 1984); *O espaço crítico* (Rio de Janeiro: Editora 34, 1993); *A máquina de visão* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1994); *Velocidade e política* (São Paulo: Estação Liberdade, 1996); *A bomba informática* (São Paulo: Estação Liberdade, 1999) e *Ville panique* (Paris: Galilée, 2004). Reproduzimos duas entrevistas com Virilio sobre o seu livro *Ville Panique*, uma na 108ª edição da IHU On-Line, de 05-07-2004, disponível em <http://bit.ly/chQJQR>, outra na 136ª edição, de 11-0-04-2005, disponível em <http://bit.ly/auzfww>. Dele, também publicamos outra entrevista na 95ª edição da IHU On-Line, de 05-04-2004, disponível em <http://bit.ly/cpkXIN>. (Nota da IHU On-Line)

tempo messiânico, ao menos tal como o define Walter Benjamin, se entende como uma réplica aos esquemas temporais dominantes na cultura ocidental, o do progresso e do eterno retorno do mesmo ou do fim da história. Estes dois esquemas, aparentemente contrapostos, são na realidade as duas faces da mesma moeda. A concepção do progresso como sequência linear e contínua de mudanças de um tempo que transcorre de forma completamente homogênea produz paradoxalmente a impressão de um completo vazio do curso do tempo e não põe o acento na definição qualitativa do novo, senão que converte o processo histórico num movimento automático que confere ao novo uma significação meramente temporal. Esta desqualificação do novo, seu esvaziamento de conteúdo material e sua redução a um esquema abstrato é registrada e sancionada pela ideia de um eterno retorno.

Neste sentido, o Reino de Deus não é a meta da dinâmica histórica, senão seu final. Pensar a história dirigida pela astúcia darazão em direção a um estado de plenitude havia sido a obra da filosofia moderna da história, tanto em suas versões burguesas como socialdemocratas. Porém esta compreensão, inseparável de uma teodiceia justificadora do sofrimento e da injustiça como preço do avanço em direção à meta, representa a visão dos vencedores, à qual, segundo o Benjamin das *Teses*, as vítimas hão de opor-se com todas as suas forças, pois compartilhará a significação verem-se a si mesmas com o olhar de quem os oprime e aniquila e perder quase toda a capacidade de combater.

Um traço fundamental da práxis messiânica, segundo Benjamin, tem a ver com a maneira em que dita práxis se insere no devir histórico e com a rememoração do passado. A recordação no momento do perigo, enquanto memória de um futuro já pretérito, do futuro não acontecido, do subtraído às vítimas, não estabelece um contínuo histórico, senão que antes faz valer o caráter não cerrado nem liquidado do sofrimento passado e as esperanças

“Um traço fundamental da práxis messiânica, segundo Benjamin, tem a ver com a maneira em que dita práxis se insere no devir histórico e com a rememoração do passado”

pendentes das vítimas da história. Só a partir deste futuro já pretérito é possível pensar que o futuro atual tenha uma oportunidade de ser algo mais do que o prolongamento da catástrofe. Para Walter Benjamin, “não existe instante que não leve em si uma oportunidade revolucionária”. Mas, a materialização desta oportunidade depende da interrupção do curso catastrófico da história. O resgate ao qual está chamado o ato revolucionário não se produz segundo a lógica das “leis históricas da evolução”, senão contra elas: acendendo-se frente a elas como seu contrário, resistindo a elas e nessa resistência conformando sua própria identidade e, portanto, mais que se tornando segundo a lógica da evolução, quebrando seu curso. O *kairós* messiânico-revolucionário designa aquela situação histórica na qual presente e passado se desvincularam do contínuo histórico e formaram uma constelação que possibilita uma nova perceptibilidade e uma nova práxis. Nesta correspondência se unem a vontade de uma restituição e um saneamento do aniquilado e a força para realizá-lo na interrupção do curso catastrófico da história.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por José Antonio Zamora à IHU On-Line.

\* *O império do instante e a memória*. Notícias do Dia 01-11-2009, disponível em <http://bit.ly/ce9wfa>.

## Governar no Ocidente é exercer o poder como exceção

Decretos-lei, leis de necessidade e urgência, poderes especiais delegados ou assumidos pelo executivo são demonstrações de que a exceção é sinônimo de governo no Ocidente, pontua o filósofo argentino Edgardo Castro

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Os aspectos aproximadores e distanciadores das filosofias de Agamben e Foucault são o tema da entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line pelo filósofo argentino Edgardo Castro. “As relações entre Agamben e Foucault não são sempre fáceis de discernir. Há entre eles continuidades e rupturas. É o jogo do pensamento”, assinala. E continua: “Para Agamben, diversamente de Foucault, a produção da vida nua não é um fenômeno moderno, senão tão velho como a existência do mesmo poder soberano”. Por vida nua podemos compreender aquela vida colocada “fora da lei dos deuses e das leis dos homens”. Para Agamben, os dois polos da máquina política do Ocidente são a produção da vida nua e sua administração, explica Castro. “A ideia de Agamben é que, na política ocidental, lei e exceção se sobrepõem. Governar no Ocidente é, por isso, exercer o poder na forma da exceção: os decretos-lei, as leis de necessidade e urgência, os poderes especiais delegados ou assumidos pelo executivo”.

Edgardo Castro é doutor em Filosofia pela Universidade de Freiburg, na Suíça. Leciona no departamento de filosofia da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina. De seus livros, citamos *Pensar a Foucault* (Biblos: Buenos Aires, 1995), *Betrachtungen zum Thema Mensch und Wissenschaft* (Fribourg: Presse Universitaire de Fribourg, 1996) e *El vocabulario de Michel Foucault* (Unqui: Prometeo, 2004). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em nossos dias, como é que a vida é transformada em vida nua? Qual é a imbricação do poder com essa transformação?**

**Edgardo Castro** - Durante a década de 1970 ou, mais precisamente, entre 1974 e 1979, uma parte importante das investigações de Foucault<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contra-

riando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes,

giraram em torno da biopolítica. Nestes anos Foucault ensaiava várias vias de acesso a esta problemática: a partir da medicina, do direito, da guerra e da economia. Por isso, não há nele um único conceito de biopolítica. Em todos eles, sem embargo, se trata do mesmo fenômeno, da maneira em que a política se encarrega da vida biológica da população. Foucault não fala, neste sentido, de vida nua, senão de vida biológica da população.

Giorgio Agamben, ao menos em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), modifica esta ideia de biopolítica. Na relação que define a biopolítica, a relação entre política e vida, em lugar da política entendida num sentido amplo (o aparato estatal, mas também as práticas governamentais), vamos encontrar-nos com um conceito mais restrito, o de soberania ou poder soberano. Em lugar da vida biológica da população, também vamos encontrar-nos com um conceito mais restrito, o de vida nua. O poder soberano produz vida nua. O que é esta vida nua? A vida colocada pelo poder fora da lei dos deuses e das leis dos homens. A vida da qual podemos dispor sem necessidade de celebrar sacrifícios ou de cometer homicídio. Essa vida é a que exemplifica, precisamente, a figura do *homo sacer*, o homem sagrado do direito romano.

Para Agamben, diversamente de Foucault, a produção da vida nua não

uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS> e a edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMjZ>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 acontece o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyAH>. (Nota da IHU On-Line)

## “*Homo sacer* é um livro de Agamben que tem uma dívida importante com as análises de Foucault, porém desenvolve um modo próprio de focar a problemática biopolítica”

é um fenômeno moderno, senão tão velho como a existência do mesmo poder soberano. Os campos de concentração do século XX, neste sentido, não trazem mais à luz, com todo o horror que isso traz consigo, esta implicação constitutiva de poder de vida e de morte.

**IHU On-Line - A partir deste aspecto, quais são as possíveis leituras biopolíticas de Agamben?**

Edgardo Castro - *Homo sacer I* é, sem dúvida, um livro que retoma as investigações de Foucault, porém o faz de maneira crítica. O mesmo se poderia dizer de *O reino e a glória* (2007), porém em outro sentido. Este último trabalho, escrito um pouco mais de uma década mais tarde, sem deixar de ser crítico, está mais próximo de Foucault. Aqui Agamben, como Foucault, enfoca a biopolítica desde a perspectiva do governo, e não só da soberania. E, também como ele, Foucault de *Nascimento da biopolítica* vincula a biopolítica com a questão da economia e do liberalismo. Apesar disso, o modo pelo qual analisa tanto a noção de economia como a formação do liberalismo difere notavelmente do modo como o faz Foucault.

Pois bem, se tomarmos em conta este giro que se produz em Agamben, entre *Homo sacer I* e *O reino e a glória*, creio que podemos distinguir nele dois conceitos de biopolítica. Esquemáticamente, biopolítica-soberana e biopolítica-economia-governo. O primeiro é, como dissemos antes, o que tem como objetivo a produção de vida

nua, vida exposta à morte. O segundo é o que tem como objetivo administrá-la. Estes dois conceitos são, para Agamben, os dois polos da máquina política do Ocidente.

**IHU On-Line - Por que a vida nua é o fundamento da política ocidental?**

Edgardo Castro - Considerando a resposta anterior, creio que a vida nua, finalmente, não é para Agamben o fundamento da política ocidental. Este fundamento está, antes, no que articula os dois polos da máquina política, o que constitui, segundo a formulação de *O reino e a glória*, o *arcanum imperii*, o segredo melhor guardado do poder. Este fundamento é, então, a glória em seu duplo sentido, objetivo e subjetivo, o glorificado e a glorificação. Este conceito, marcadamente teológico, de glória pode ser traduzido, em termos mais modernos, por consenso. Soberania e governo, poder de expor a vida à morte e poder de administrar a vida se fundem, então, no consenso. A Agamben, neste sentido, interessa sublinhar aqui o nexo entre totalitarismo e democracia.

**IHU On-Line - Além dos campos de concentração, quais são os espaços físicos onde se executou e se executam com mais radicalidade as biopolíticas contemporâneas? E em quais mecanismos simbólicos opera esse biopoder?**

Edgardo Castro - A questão do espaço é, sem sombra de dúvida, uma questão central da política moderna e do modo em que a pensamos. Poder-se-ia dizer, inclusive, que, em relação ao século XIX, os conceitos políticos se espacializaram. O problema já não é o porvir, como todo o sentido de utopia que pode ter, senão o modo em que a política ou o político se relaciona com o espaço. O campo de concentração, paradigma da política ocidental para Agamben, é um conceito espacial, não temporal. Globalização também o é.

A questão dos espaços biopolíticos pode ter ao menos duas grandes respostas em Agamben. Em primeiro lugar, em relação com o espaço físico, o território ou os territórios que, por lei, se encontram fora da lei. Espaços onde a lei se aplica desaplicando-se, como os campos de concentração na-

zistas, mas também Guantánamo e os lugares de retenção dos aeroportos. Em segundo lugar, em relação com o espaço conceitual. A ideia de Agamben é que, na política ocidental, lei e exceção se sobrepõem. Governar no Ocidente é, por isso, exercer o poder na forma da exceção: os decretos-lei, as leis de necessidade e urgência, os poderes especiais delegados ou assumidos pelo executivo, etc. Neste sentido, o espaço da biopolítica coincide com o da política ocidental.

**IHU On-Line - Se “o que resta de Auschwitz” é nosso presente e o biopoder nos (des)governa, qual é o espaço da autonomia e da liberdade?**

**Edgardo Castro** - *O que resta de Auschwitz* (São Paulo: Boitempo, 2009) é muito mais do que um livro sobre biopolítica. Inclusive se poderia dizer que a biopolítica nem sequer é o tema central deste trabalho. Mais ainda, poder-se-ia dizer que ele trata do que na biopolítica não é biopolítica, pelo menos no sentido negativo do termo. O tema do livro, como diz o subtítulo, é o arquivo e o testemunho, quer dizer, as formas possíveis da subjetividade. Agamben encontra que a estrutura da subjetividade coincide com a do testemunho, é uma operação pela qual, ingressando na linguagem, quando diz “eu”, o animal humano se converte em sujeito e, ao mesmo tempo, se dessubjetiviza. Agamben quer, na parte final do livro, transladar esta ideia à noção foucaultiana de arquivo.

Os temas da autonomia e da liberdade não desempenham nesta obra um papel importante. E talvez tão pouco no resto dos trabalhos de Agamben. O problema para Agamben não é a autonomia, com toda a herança de Iluminismo que este conceito traz consigo. E tão pouco a liberdade e, neste caso, com todo o seu peso humanista; e sim, o conceito de potência. O sujeito se define pela potência. Sem dúvida, não se trata da potência de fazer algo, senão da potência, da capacidade, de poder não fazer algo. O que o autor denomina a “potência-de-não”. O homem é realmente humano na medida em que “pode-o-não”, pode não passar ao ato. As noções de autonomia e de liberdade deveriam ser, se não abandonadas, reinterpretadas sob este ângulo.

### Potência-de-não

A questão da potência em Agamben é uma questão-chave. É onde seu pensamento alcança sua maior profundidade filosófica. Ele deve muito a Heidegger<sup>2</sup> neste ponto, sobretudo ao Heidegger que lê e interpreta a *Metafísica* de Aristóteles. Porém, sua leitura, pelo menos em meu modo de ver, precisamente no tema da potência, termina diferenciando-se de Heidegger. Se isto é assim, se a potência-de-não, exemplificada em Agamben com o personagem de *Bartleby*<sup>3</sup>, de Melville<sup>4</sup>, é o conceito-chave para pensar o animal humano, então nossos conceitos antropológicos e, portanto, também nossas práticas, as políticas entre outras, deveriam ser repensadas. Toda a ênfase na produção, no trabalho ou no êxito e a realização passariam, por exemplo, a um segundo plano. A forma da comunidade também teria outra fisionomia.

### IHU On-Line - As pessoas que “meramente existem” poderiam, para

<sup>2</sup> Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNty>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o n° 12 do *Cadernos IHU em formação*, intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> *Bartleby the Scrivener: A Story of Wall Street*: conto de Herman Melville. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> *Bartle Herman Melville (1819-1891)*: novelista norte-americano, ensaísta e poeta. Sua obra principal é *Moby-Dick*. (Nota da IHU On-Line)

**Agamben, ser equiparadas aos excluídos, aos desviantes, mencionados por Foucault ao longo de sua obra? Por quê?**

**Edgardo Castro** - As relações entre Agamben e Foucault não são sempre fáceis de discernir. Há entre eles continuidades e rupturas. É o jogo do pensamento. Às vezes os conceitos se aproximam, inclusive até sobrepõem-se, porém isso não significa que estejam falando da mesma coisa. Sem dúvida, o conceito de exceção é, em Agamben, seguindo nisto as indicações de Carl Schmitt, um conceito central. A lei se aplica desaplicando-se mediante a exceção. Na política ocidental, ademais, a exceção é cada vez mais a norma. Governar no Ocidente é fazê-lo, de um modo ou de outro, em estado de exceção.

Mas, a exceção agambeniana e a normalização foucaultiana não são o mesmo conceito. Buscam pensar um mesmo problema, porém não o fazem da mesma forma. Para Agamben, trata-se de mostrar, através da exceção, como por lei se pode estar fora da lei, como a vida se relaciona com o poder soberano na medida em que está excluída. A normalização foucaultiana, por sua parte, busca explicar como, em nossas sociedades, funciona, ao mesmo tempo, entrelaçados entre si, o poder da lei (o Estado e suas instituições) e o poder da norma (um poder governamentalizado, isto é, atravessado pelo saber das ciências humanas). Tendo isto em conta, as pessoas que meramente existem e os desviados foucaultianos podem ser comparados, mas, me parece, não identificados.

**IHU On-Line - O cidadão estrangeiro, o louco, a prostituta, o idoso, o transexual e, mais recentemente, os gordos, são alguns dos bodes expiatórios que a modernidade comodamente aponta para expiar seus medos e culpas. Como podemos compreender essa necessidade de rotulação e exclusão?**

**Edgardo Castro** - É curioso, ser gordo se converteu hoje em insulto. Talvez o único que nos resta. Creio que poucas coisas podem resultar tão ofensivas, no âmbito das relações pessoais, como dizer na cara de alguém: “gordo”.

“Na política ocidental, ademais, a exceção é cada vez mais a norma. Governar no Ocidente é fazê-lo, de um modo ou de outro, em estado de exceção”

Sobretudo se se trata de uma pessoa jovem. “Gorda”, no feminino, é ainda mais ofensivo. Pôr nomes e atribuir qualificativos certamente tranquiliza. Isso não explica, sem dúvida, a necessidade de exclusão.

Em todo o caso, uma coisa é certa: nas análises de Agamben e de Foucault, entre outros, mais além da linguagem humanista com que frequentemente tecemos nossos discursos e nossas práticas, nossa identidade ocidental - talvez também em outras culturas ou em todas - se constituiu sempre em torno de alguma forma de exclusão. Identidade e exclusão são, neste sentido, complementares.

Por isso, o problema não está tanto no “por que excluímos”, senão por que temos tanta necessidade de identidade. Uma ideia percorre grande parte do pensamento filosófico contemporâneo - pensar além do identitário: o homem qualquer de Agamben, a comunidade inoperante de Blanchot<sup>5</sup> ou Nancy são alguns exemplos disso. Em todo o caso, a necessidade de pôr nome para identificar o outro e tranquilizar-nos, crendo que com isso temos o bastante para conhecê-lo, se acaba encontrando que, para a experiência fundamental da política ocidental do século XX, que ainda é a nossa, não temos um nome. “Holocausto” não é, como muitos sublinharam, um nome apropriado.

**IHU On-Line - De que modo o conceito de biopoder, de Foucault, e o de vida nua, de Agamben, podem apontar para uma compreensão sobre a situação dos migrantes e da vida política segregacionista norte-americana para os latinos?**

**Edgardo Castro** - Seria preciso, segu-

ramente, introduzir algumas distinções e resulta difícil isolar por completo determinados comportamentos e práticas políticas desse núcleo biopolítico que define nossa modernidade. Apesar disso, creio que querer reunir todos os fenômenos de exclusão em termos biopolíticos, por um lado, tira capacidade de análise à categoria de biopolítica e, por outro, deixa especificidade às realidades que se quer compreender. Nem toda forma de racismo é, para dizê-lo em poucas palavras, um racismo biopolítico, isto é, biológico e do Estado.

**IHU On-Line - Homo sacer é o livro que Foucault deveria ter escrito? Por quê?**

**Edgardo Castro** - Pouco antes de morrer, em 1983, perguntaram a Foucault acerca da possibilidade de escrever uma genealogia da biopolítica. Sua resposta foi que seria necessário que o fizesse, mas que não tinha tempo nesse momento. Quando se observa com atenção a bibliografia de Foucault, a gente se dá conta que seus livros, a partir de 1974, têm seu correlato nos cursos no Collège de France. O contrário, sem dúvida, não é certo, não é a todos os cursos ou grupos de cursos que corresponde um livro. E é o que sucede, precisamente, com os cursos que se ocupam de biopolítica. Dos livros publicados em vida por Foucault, somente 14 páginas de *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (Rio de Janeiro: Graal, 1993) se ocupam de biopolítica. Pouco, demasiado pouco.

Se Foucault tivesse escrito uma genealogia do biopoder, creio que ela seria distinta de *Homo sacer*. E isso por várias razões. Uma delas, importante sem dúvida, é que as análises de Foucault, diversamente de Agamben, nunca se movem dentro do paradigma da secularização. *Homo sacer* é um livro de Agamben que tem uma dívida importante com as análises de Foucault, porém desenvolve um modo próprio de focar a problemática biopolítica.

Acesse [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

## Os impactos da financeirização sobre o sujeito

A financeirização é uma forma de biopoder, teoriza o economista Andrea Fumagalli. A autonomia pessoal é hoje muito mais limitada do que há três décadas, e a individualidade foi suplantada pelo individualismo: a alienação física tende a converter-se em cerebral

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO ANETE AMORIM PEZZINI

“**N**o paradigma atual do capitalismo cognitivo, os mercados financeiros, longe de serem o local de rendimento parasitário improdutivo, são o motor da economia”, reflete o economista italiano Andrea Fumagalli, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Para ele, a crise financeira é, também, uma crise de desenvolvimento capitalista, e a crise da governança não é apenas técnica, mas também política.

Outro nexos entre a financeirização como forma de biopoder é a crescente privatização dos serviços de saúde, que “aumentou a governança biopolítica das instituições econômicas sobre o corpo humano, tanto do ponto de vista físico quanto do mental”. Segundo Fumagalli, em nossos dias a “alienação do corpo tende a tornar-se cerebral”. O impacto da financeirização sobre o sujeito é, ao mesmo tempo, um impacto de chantagem e medo, mas também de um consenso: chantagem de uma necessidade em um contexto de trabalho cada vez mais individualizado e precário. Paradoxalmente, continua, a autonomia pessoal é muito mais limitada hoje do que há 30 anos: “A divisão entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho poderia ser traduzida também na separação entre coerção e liberdade potencial. Uma vez terminado o horário de trabalho, a disciplina do trabalho acabava em favor de outras estruturas disciplinares”. Resulta que atualmente a autonomia individual é limitada e reprimida, em plena “era da ideologia do indivíduo livre”. Em lugar da individualidade, reifica-se o individualismo.

Doutor em Economia Política, Andrea Fumagalli é professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Dentre seus vários livros publicados, citamos: *Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento* (Milão: Punto Rosso, 2006) e *Crisi dell'economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Verona: Ombre corte, 2009). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Por que considera a financeirização como uma forma de biopoder?**

**Andrea Fumagalli** - No paradigma atual do capitalismo cognitivo, os mercados financeiros, longe de serem o local de rendimento parasitário improdutivo, são o motor da economia. Eles representam o lugar onde valoriza-se, ao mesmo tempo, a produtividade intangível e cognitiva e executa-se a privatização dos serviços sociais. Canalizando de modo forçado parte crescente da renda do trabalho (pensões e indenizações, além de renda que, por intermédio do estado social, traduzem-se nas instituições de proteção da saúde e da educação pública), substituíram o Estado como segurador social. Desse ponto de vista, representam a privati-

zação da esfera reprodutiva da vida. Exercitam, portanto, o biopoder. Os mercados financeiros, assim, assumem o lugar do antigo estado de bem-estar keynesiano e levam a cabo as formas indiretas de redistribuição do capital para o trabalho, gerenciando de modo direto e distorcido as quotas crescentes de rendimento do trabalho que ali são canalizadas de forma mais ou menos forçada. Enquanto isso, as grandes instituições financeiras multinacionais são hoje organizações que valorizam “indiretamente” a acumulação da produção mundial, assim como no paradigma fordista os lucros das grandes multinacionais manufatureiras foram o espelho das relações de força entre o capital industrial e o trabalho assalariado.

Os mercados financeiros – por meio dos índices de mercado – representam, em resumo, um tipo de multiplicador real da economia, e neles condensam-se todas as expectativas dos grandes operadores econômicos. Não é por acaso que, na década passada, os bancos centrais fizeram depender as escolhas de política monetária (taxas de juro e a oferta de moeda corrente), em função do objetivo de estabilizar a dinâmica dos mercados financeiros, com a esperança – totalmente ilusória – de limitar as oscilações e a volatilidade. Além disso, com o advento do capitalismo cognitivo, o processo de exploração perde a unidade de medida quantitativa ligada à produção industrial. Tal medida foi, de alguma forma, definida pelo conteúdo do tra-

balho necessário para a produção de mercadorias, medida pela tangibilidade da produção própria e pelo tempo necessário para a produção.

Com o advento do capitalismo cognitivo, a valorização tende a engajar-se nas várias formas de trabalho, que trazem as horas de trabalho efetivamente autorizadas para coincidir sempre mais com o tempo de vida. Hoje, o valor do trabalho na base da acumulação capitalista é também o valor do conhecimento, dos afetos e dos relacionamentos, do imaginário e do simbólico. O êxito dessas transformações biopolíticas é a crise da medida tradicional do valor-trabalho e, com ela, a crise da forma-lucro. Uma possível solução “capitalista” era medir a exploração da cooperação social e do intelecto geral por intermédio da dinâmica dos valores de mercado. O lucro transforma-se assim em renda, e os mercados financeiros tornam-se o lugar da determinação do valor-trabalho, o que se transforma em valor-finança que não é outro senão a expressão subjetiva da expectativa dos lucros futuros realizados pelos mercados financeiros que acumulam, desse modo, um rendimento. É esse o biopoder das finanças contemporâneas.

### **IHU On-Line - Em que sentido a crise das finanças é crise de governança financeira do biopoder atual?**

**Andrea Fumagalli** - A crise de governança socioeconômica com base no papel dos mercados financeiros tem duas origens. A primeira diz respeito ao fato de que a atual crise financeira marca o fim da ilusão de que o financiamento pode constituir uma medida de trabalho, pelo menos no contexto atual de fracasso da governança cognitiva do capitalismo contemporâneo. Assim, a crise financeira é também uma crise do desenvolvimento capitalista.

A segunda está na instabilidade estrutural do capitalismo atual, o que não pode ser sanado com ações corretivas de natureza reformista. Na presença de ganhos de capital, os mercados financeiros desempenham no sistema econômico o mesmo papel que, no contexto fordista, desempenhava o multiplicador keynesiano (ativado por gastos deficitários). No entanto – ao contrário do multiplicador keynesiano tradicional

## **“Falar sobre a especulação excessiva para a ganância dos gestores ou dos bancos não tem absolutamente nenhum sentido e só pode servir somente para desviar a atenção das verdadeiras causas estruturais dessa crise”**

– isso leva a uma redistribuição distorcida de renda. Para que tal multiplicador seja operativo ( $> 1$ ), é necessário que a base financeira (ou seja, a extensão dos mercados financeiros) esteja constantemente aumentando e que os ganhos de capital acumulados sejam, em média, superiores à perda do salário mediano (que, a partir de 1975 em diante, foi de aproximadamente vinte por cento). Por outro lado, a polarização das rendas aumenta o risco de insolvência das dívidas que estão na base do crescimento da mesma base financeira e reduz o salário médio. Aqui, então, abre-se a primeira contradição que faz com que a governança socioeconômica dos mercados financeiros, por intermédio da distribuição dos ganhos de capital, possa ser sustentada ao longo do tempo.

### **Endividamento crescente**

A crise da governança não é apenas uma crise “técnica”, mas é também, e sobretudo, uma crise “política”. A condição para que os mercados financeiros possam apoiar as fases de expansão e de crescimento real seria o aumento constante da base financeira. Em outras palavras, é necessário que a quota de riqueza mundial canalizada para os mesmos mercados financeiros cresça constantemente. Isso implica um contínuo au-

mento da relação entre débito e crédito ou por meio do aumento do número de pessoas endividadas (grau de extensão dos mercados financeiros) ou por meio da construção de novos instrumentos financeiros que se alimentam do comércio financeiro já existente (o grau de intensidade mercados financeiros). Os produtos derivados são um exemplo clássico dessa segunda modalidade de expansão dos mesmos mercados financeiros. Sejam quais forem os fatores considerados, a expansão dos mercados financeiros é acompanhada necessariamente ou pelo aumento do endividamento ou pelo aumento da atividade especulativa e dos riscos envolvidos. Trata-se de uma dinâmica intrínseca ao papel dos mercados financeiros como a pedra angular do capitalismo cognitivo.

Falar sobre a especulação excessiva para a ganância dos gestores ou dos bancos não tem absolutamente nenhum sentido e só pode servir somente para desviar a atenção das verdadeiras causas estruturais dessa crise. O resultado final é, necessariamente, a insustentabilidade de um endividamento crescente, especialmente quando começa a ficar endividada parte da população com maior risco de insolvência: exatamente aqueles estratos sociais que, devido à precariedade dos processos de trabalho, não estão em condições de desfrutar daquele “efeito riqueza” que a participação nos ganhos do mercado de ações permitia aos estratos sociais mais abastados.

### **Nó contraditório**

A crise de inadimplência no crédito imobiliário tem, assim, a sua origem em uma das contradições do capitalismo cognitivo contemporâneo: a natureza irreconciliável de uma distribuição desigual de renda com a necessidade de alargar-se a base financeira para continuar a desenvolver o processo de acumulação. Esse nó contraditório não é outro senão o vir à luz de uma irreduzibilidade (superávit) da vida de boa parte dos atores sociais para subsunção (eles são fragmentados em singularidade ou definíveis nos segmentos de classe). Um superávit que hoje se expressa em uma multiplicidade de comportamentos: das formas de infidelidade às hierarquias corpora-

tivas, à presença de comunidades que se opõem à governança territorial, ao êxodo individual e grupal dos ditames de vida impostos pelas convenções sociais vigentes, até ao desenvolvimento de formas de auto-organização no mundo do trabalho e da revolta aberta contra novas e velhas formas de exploração nas favelas das megalópolis do Sul do mundo, nas metrópoles ocidentais, nas áreas de maior industrialização recente no sudeste da Ásia como na América do Sul. Um excedente que pode ser encontrado, declarando em uníssono, nos quatro cantos do planeta, que não está disponível para pagar por essa crise. A instabilidade incurável do capitalismo contemporâneo é também o resultado desse excedente.

### IHU On-Line - Quais são os efeitos dessa crise em termos econômicos e subjetivos?

**Andrea Fumagalli** - Os efeitos da crise podem ser analisados em diferentes níveis: o macroeconômico e o macrorregional, ou seja, do ponto de vista dos efeitos sobre as hierarquias econômicas mundiais e o nível mais microeconômico e subjetivo relativo aos efeitos sobre a vida dos seres humanos.

#### Nível macroeconômico

A capacidade dos mercados financeiros para criar “valor” está relacionada ao desenvolvimento de “convenções” (bolhas especulativas), capazes de criar expectativas tendencialmente homogêneas que empurram os principais operadores financeiros a apoiarem determinados tipos de atividade financeira. Na década de 1990, era a **Economia da Internet**; nos anos 2000, a atração veio do desenvolvimento de mercados asiáticos (com a **China** entrando na **OMC** em dezembro de 2001) e da propriedade imobiliária. Os efeitos devastadores do colapso da bolha imobiliária, em 2008, exigiam uma forte intervenção do estado para tapar as lacunas da balança abertas nas grandes instituições bancárias, de seguros e financeiras. O Estado desenvolveu assim o papel de prestador de última instância, e, conseqüentemente, a fundo perdido e sem qualquer estímulo ao pedido. É a recessão atual e a forte introdução de liquidez pública,

## “Hoje, a negação da individualidade (e da sua autonomia) é expressa exatamente com a exaltação do individualismo”

mais que o excesso de despesas públicas, a principal causa do déficit/PIB. Em um cenário similar, estão os países mais dependentes da dinâmica econômica internacional a serem os mais penalizados, ou seja, os países que desempenham o papel de subfornecedores, sem poderem influenciar a trajetória tecnológica dominante. A área do Mediterrâneo está entre eles.

A especulação financeira pretende, assim, desenvolver uma nova convenção, que podemos definir como “**Acordo do bem-estar**”, em que o objeto dessa mesma especulação é diretamente a prosperidade (o *bios*) dos indivíduos. Dos acordos de tipo setorial à alta intensidade cognitiva (economia de internet), passando pelas convenções relacionadas ao desenvolvimento de áreas territoriais globais, chega-se, assim, a acordos que têm como objeto as condições de vida e de trabalho dos seres humanos. O biopoder das finanças confirma-se penetrante e cada vez mais direta. A crise europeia e as dificuldades dos EUA e do Japão evidenciam a capacidade de manutenção econômica demonstrada pelos países do Leste da Ásia e da América Latina (e, em primeiro lugar, do Brasil). A crise atual, portanto, põe em discussão a questão da hegemonia financeira dos EUA e a centralidade dos mercados de ações anglo-saxões no processo de financiamento. A saída dessa crise, necessariamente, marcará um deslocamento do centro de gravidade financeiro para o Leste e em parte para o Sul (América). Já, em nível produtivo e de controle dos escambos comerciais, ou seja, em nível real, os processos de globalização cada vez mais evidenciaram uma mudança do centro produtivo para o leste e para o sul do mundo. Desse ponto de vista, a atual crise financeira pôs fim a um tipo de

anomalia que tinha caracterizado a primeira fase da expansão do capitalismo cognitivo: o deslocamento da centralidade tecnológica e do trabalho cognitivo para **Índia** e para a **China**, na presença da manutenção da hegemonia financeira no Ocidente. Quando o desenvolvimento dos países orientais (**China** e **Índia**), do **Brasil** e **África do Sul** era ainda impulsionado pelos processos de terceirização e subcontratação laboral no estrangeiro ditadas pelas grandes corporações ocidentais, não era possível identificar uma distonia espacial entre as duas principais variáveis de controle do capitalismo cognitivo: o controle da moeda-finança, por um lado, e o controle da tecnologia de outro. A atual crise financeira pôs fim à tal distonia espacial.

O primado tecnológico e o financeiro tendem desde então a se articular também em nível geoeconômico. Resulta que o capitalismo cognitivo, como um paradigma de acúmulo bioeconômico, torna-se hegemônico até na **China**, na **Índia** e no Sul do mundo. Isso não significa, seja dito claramente, que eles tenham deixado de ter importantes diferenças também radicais entre as diferentes áreas e os diferentes tempos por meio dos quais se distendem os processos capitalistas de valorização e por meio dos quais se rearticula continuamente a composição de trabalho controlado e explorado pelo capital. Também não é possível, então, estabelecer uma série de conceitos *passepertout* que são igualmente aplicáveis em **Nairóbi**, em **Nova Iorque** e em **Xangai**. O ponto é, especialmente, que o próprio sentido das diferenças radicais entre as localidades, as regiões e os continentes deve ser recomprimido dentro da rede heterogênea de sistemas de produção, de temporalidade e experiências subjetivas do trabalho, que constituem o capitalismo cognitivo.

#### Nível subjetivo e microeconômico

Os principais efeitos microeconômicos preocupam-se com a dinâmica do mercado de trabalho. As crises econômicas raramente produzem processos de transformações sociais, especialmente rebeliões. E frequentemente são utilizadas como uma gazuza para iniciar

o processo de reestruturação, também nos contextos em que não seriam justificadas. O resultado final, na verdade, é um aumento da insegurança, habitualmente justificada pela necessidade de combater o desemprego crescente. Se, depois de tudo isso, vêm unidas a políticas econômicas fiscais recessivas (como está acontecendo na Europa), ao agravamento das condições de trabalho e renda, também se adicionam o desmantelamento dos serviços sociais e a privatização da vida. Aqui estão as principais tendências:

- Uma vez terminada a fase decadente e recessiva do PIB, na atual fase de estagnação, o mercado de trabalho torna-se ainda mais flexível.
- Nesse contexto, a crise evidencia o grau e a intensidade da insegurança.
- Favorece-se relativamente a inserção de trabalhadores jovens (que são mais baratos e mais fáceis de serem demitidos) para substituir os de mais de quarenta anos com contratos de trabalho estáveis. Aumenta-se assim o problema dos acima de quarenta sem trabalho.
- Acentua-se o processo de terceirização, o que facilita ainda mais o processo de insegurança. Além disso, a quota de contratos atípicos aumenta também na indústria. A precariedade é condição comum, mesmo que prevaileça no setor de serviços.
- É penalizado o emprego das mulheres e interrompe-se o processo de feminização do trabalho.
- Não admira que o trabalho migrante venha ulteriormente penalizado, por meio da expulsão do mercado de trabalho.
- Em conclusão, o trabalhador e a trabalhadora migrantes são diretamente dispensados; o trabalhador e a trabalhadora indígenas, primeiro, são tornados inseguros e só sucessiva e eventualmente demitidos.

**IHU On-Line - Como podemos compreender a alienação e as doenças enquanto efeitos dessa financeirização e biopoder?**

**Andrea Fumagalli** - Nos últimos vinte anos, o processo de mercantilização da vida (da *bios*) deu passos gigantescos não só do ponto de vista tecnológico (por exemplo, o desenvolvimento da genética e da biotecnologia), mas também no que

respeita à subsunção das atividades culturais, criativas e ambientais. O processo de “remodelação” interessou às estruturas espaço-urbanísticas das grandes cidades, modificando de modo estrutural a relação centro/periferia. A atividade cultural que é relacional; tornou-se uma fonte de valorização. A condição feminina e a atividade de reprodução tornaram-se paradigmas da condição econômica e precária da pós-modernidade. Tal processo teve repercussões graves para a saúde do gênero humano.

A crescente privatização dos serviços de saúde aumentou a governança biopolítica das instituições econômicas sobre o corpo humano, tanto do ponto de vista físico quanto do mental. Em termos de corpo físico, está se ampliando no mundo uma divisão social e geográfica entre os que têm acesso à medicação e ao tratamento, e os que não o têm. A instituição pública não é mais uma garantia da saúde pública, assim como tinha evoluído na Europa tecnocrática do século passado no sentido foucaultiano. Da mesma forma, o desenvolvimento da divisão cognitiva do trabalho, graças aos processos de desmantelamento da educação e da sua privatização, determina novas segmentações sociais com base na possibilidade de acesso aos diferentes níveis de ensino, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento de uma abordagem cultural crítica e sistêmica.

Hoje, a alienação do corpo tende a tornar-se cerebral. Reduziu-se a separação entre as atividades manuais (o braço) e a atividade intelectual (o cérebro), entre o processo de trabalho e o produto do trabalho, mas cada vez mais, uma vez que o cérebro se tornou máquina, desenvolveu-se uma alienação cerebral, totalmente interna ao próprio processo de trabalho e à vida humana. A alienação cerebral produzida de maneira sofisticada por causa do controle social é o instrumento de domínio do biopoder atual.

**IHU On-Line - Como esse biopoder e financeirização impactam na constituição do sujeito e sua autonomia?**

**Andrea Fumagalli** - O impacto da financeirização sobre o sujeito é, ao mesmo tempo, um impacto de chantagem e medo, mas também de um consenso: chantagem de uma necessidade

em um contexto de trabalho cada vez mais individualizado e precário (também do ponto de vista existencial), o consenso do imaginário estereotipado veiculado pelo sistema de informação e de comunicação simbólico (considera-se o papel dos meios de comunicação como o **Facebook** e a internet, bem como o processo de atribuição de marca do consumo). A autonomia pessoal é hoje, de longe, muito mais limitada do que há trinta anos, nos dias de trabalho na fábrica. A divisão entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho poderia ser traduzida (não automaticamente) também na separação entre coerção e liberdade potencial. Uma vez terminado o horário de trabalho, a disciplina do trabalho (principalmente no corpo físico) acabava em favor de outras estruturas disciplinares (família, gênero, escolaridade, raça etc.), embora menos difundidas sobre a mente humana a respeito das formas de controle e condicionamento social que hoje parecem prevalecer, quando as faculdades cognitivas são os principais fatores produtivos.

A autonomia individual resulta muito limitada e reprimida. É paradoxal que, na era da ideologia do indivíduo livre, o que vem reprimido é a individualidade em favor do individualismo. E sabemos bem que, entre a individualidade entendida como expressão potencial dos seus próprios talentos criativos e humanos e o individualismo como comportamento oportunista e egoísta, há uma grande diferença. Hoje, a negação da individualidade (e da sua autonomia) é expressa exatamente com a exaltação do individualismo.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Andrea Fumagalli à IHU On-Line.

\* *As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo*. Edição nº 327, Revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/c68dqC>

\* *“Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo”*. Edição nº 302, Revista IHU On-Line, de 03-08-2009, disponível em <http://bit.ly/brJzel>

\* *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*. Edição nº 301, Revista IHU On-Line, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/98Ds3S>

## Foucault e o direito dos governados

A política não nos defende de um poder externo, acentua o filósofo francês Frédéric Gros. Segundo ele, “cada fase do capitalismo vai desenvolver uma biopolítica particular”

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“Falar do direito dos governados é levar em conta o fato de que a política não é a defesa de nossos direitos contra um poder externo, e sim as lutas travadas dentro de um jogo de poder. Somos ‘governados’, isto é, aquilo que nos é imposto nos dá o direito de não aceitá-lo”. A reflexão é do filósofo francês Frédéric Gros, professor da Universidade de Paris XII, na França. De acordo com ele, a “noção de direito dos governados está, portanto, ligada à ideia de liberdade, mas no sentido das liberdades práticas, no sentido dos processos de libertação”. Gros recupera aspectos do curso de Foucault intitulado *O nascimento da biopolítica*, e mostra como o “capitalismo gestor da Escola de Chicago faz um apelo a todos para que se tornem empreendedores de si mesmos, para construírem suas vidas como um empreendimento”. Dessa forma, prossegue, “o neoliberalismo não tem somente efeitos políticos ou éticos. Cada qual é convidado a construir uma relação consigo mesmo de acordo com a modalidade capitalística dominante (o empreendimento), o que significa que, em suas relações sociais e em seu lazer, o sujeito deverá perguntar-se sempre: será que estou fazendo o investimento certo?” As reflexões fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, antecipando aspectos que serão aprofundados na conferência *O direito dos governados*, na noite de 13-09-2010, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU : o (des)governo biopolítico da vida humana. A programação completa do evento está disponível em <http://bit.ly/cAXuGq>.

Frédéric Gros é editor dos últimos cursos de Michel Foucault no Collège de France. Publicou livros sobre a história da psiquiatria e filosofia penal. Estabeleceu com Arnold Davidson uma antologia de textos de *Foucault e États de violence - Essai sur la fin de la guerre* (Paris: Editions Gallimard, 2006). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que contexto se insere o surgimento do biopoder dentro dos moldes atuais?**

**Frédéric Gros** - O biopoder tem uma longa história de vários séculos. Inicialmente, foi um conceito forjado por Michel Foucault, em meados dos anos 1970, para descrever as grandes transformações das sociedades ocidentais a partir do século XVII e o desenvolvimento de duas novas formas de poder que concerniam tanto aos indivíduos quanto às coletividades: uma disciplina dos corpos que permitia obter comportamentos julgados “normais” e uma regulação das populações que se traduzia em leis públicas que visavam alcançar índices médios de natalidade ou de mortalidade. Podemos falar de

biopolíticas, posto que o poder toma como objeto o corpo ou a espécie biológica. O poder não se dirige mais a um sujeito de direito ou a um cidadão, mas a um dado biológico. Existe um segundo sentido do biopoder que Foucault desenvolve no final dos anos 1970, quando estuda o liberalismo. O biopoder também está ligado ao capitalismo: neste caso, trata-se de compreender como o aumento e o confisco das riquezas supõem o desenvolvimento de poderes que capturam as forças vitais para fazer com que participem do processo de criação de riquezas. Cada fase do capitalismo vai desenvolver uma biopolítica particular. O problema estaria em compreender qual biopolítica supuseram a globalização

e o desenvolvimento do capitalismo financeiro. Para isso, é preciso estudar os conceitos de “circulação dos fluxos” e “virtual”.

**IHU On-Line - O que significa o fato de falarmos a respeito do direito dos governados na pós-modernidade?**

**Frédéric Gros** - O direito dos governados é uma expressão encontrada também nos textos de Michel Foucault. A filosofia dos direitos humanos supõe uma definição abstrata da humanidade: definem-se os direitos essenciais a partir de uma antropologia fundamental, e pede-se que os Estados respeitem esses direitos. Falar do direito dos governados é outra coisa: é levar em conta o fato de que a política não é a defesa de nossos

direitos contra um poder externo, e sim as lutas travadas dentro de um jogo de poder. Somos “governados”, isto é, aquilo que nos é imposto nos dá o direito de não aceitá-lo. O direito dos governados é uma noção mais dinâmica do que aquela de direitos do homem. Esta noção não supõe uma metafísica, nem do homem em essência, nem dos valores eternos. Ela significa um jogo de lutas, resistências e contrapoderes. Implica também a dupla responsabilidade dos governantes e dos governados. A pós-modernidade dessa noção encontra-se, pois, nessa relação com o tempo: o direito dos governados não supõe uma filosofia eterna do homem, mas capacidades históricas de indignação e denúncia.

**IHU On-Line - Como podemos entender o paradoxo entre a existência do direito dos governados e os limites que lhes são impostos pelo biopoder?**

**Frédéric Gros** - Este paradoxo se deve ao fato de que, justamente, esses direitos não são exercidos fora do poder. Não se trata de lembrar aos Estados verdades eternas. Trata-se de dizer que, em política, nunca existe pura coerção, pura exploração. Quero dizer que os limites nunca podem sufocar totalmente as liberdades. A noção de direito dos governados está, portanto, ligada à ideia de liberdade, mas no sentido das liberdades práticas, no sentido dos processos de libertação. Os direitos humanos afirmam de forma abstrata que o homem deve ser livre. Falar do direito dos governados é indagar: do quê o homem precisa se libertar? É assim que a biopolítica pode significar, em última instância, duas coisas opostas: ora as formas de dominação e coerção pelas quais as

## “Podemos falar de biopolíticas, posto que o poder toma como objeto o corpo ou a espécie biológica”

forças vitais dos indivíduos são dirigidas e orientadas, ora as capacidades de revolta perante essas formas que pertencem também à vida e à sua recusa de ser limitada.

**IHU On-Line - Quais são os principais mecanismos do biopoder que se expressam no direito dos governados?**

**Frédéric Gros** - Como acabamos de ver, o biopoder é duplo: ele está presente nas formas de dominação, mas também na resistência. Assim, entende-se bem que, no direito dos governados, o que vai expressar-se é o direito no sentido de Espinosa<sup>1</sup>: uma energia vital. A vida, de fato, embora seja explorável, como vimos, é também resistência e criação de formas. O biopoder que o direito dos governados expressa é, portanto, duplo: de um lado, trata-se de se revoltar contra as opressões, de denunciar o intolerável, de condenar aquilo que violenta a vida e sua realização; de outro, trata-se também de inventar novas formas de vida, de criar estilizações inéditas da existência. A vida, então, é sempre re-

sistência e criação ao mesmo tempo.

**IHU On-Line - Em que medida podemos falar de “autogoverno” e autonomia numa sociedade onde o biopoder é tão preponderante?**

**Frédéric Gros** - Em nossas sociedades, o biopoder, como domínio exercido sobre a vida dos indivíduos, é, de fato, muito importante. Quero dizer com isso que são inúmeras as formas de invasão de nossas vidas por solicitações e pressões que têm por função fortalecer as grandes forças econômicas e políticas. Por exemplo, em seu curso intitulado *Nascimento da biopolítica*, Foucault mostra como o capitalismo gestor da Escola de Chicago faz um apelo a todos para que se tornem empreendedores de si mesmos, para construírem suas vidas como um empreendimento. Observa-se, assim, que o neoliberalismo não tem somente efeitos políticos ou éticos. Cada qual é convidado a construir uma relação consigo mesmo de acordo com a modalidade capitalística dominante (o empreendimento), o que significa que, em suas relações sociais e em seu lazer, o sujeito deverá perguntar-se sempre: será que estou fazendo o investimento certo? Neste modelo, considera-se a si mesmo como um capital a ser valorizado. Entende-se que a força desse modelo está no fato de que ele supõe justamente a liberdade e a autonomia do sujeito. Mas a esta autonomia o neoliberalismo confere uma forma determinada: a do empreendimento. Portanto, trata-se menos de autogovernar-se do que de desgovernar, ou seja, aprender a libertar-se das formas de autogoverno que o poder pode nos levar a adotar.

<sup>1</sup> Baruch de Espinosa (1632-1677): filósofo holandês, pertencente a uma família judia originária de Portugal. Publicou o *Tractus Theologico-Politicus*, e a *Ética* e deixou várias obras inéditas, que foram publicadas em 1677 com o título de *Opera Posthuma*. (Nota da IHU On-Line)



**XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU - A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA: TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE**

**DATA DE INÍCIO: 25 DE OUTUBRO DE 2010**  
**INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR**

## O devir-Brasil do mundo e o biopoder

Para Giuseppe Cocco, o devir-Brasil do mundo confirma a abertura do conceito foucaultiano de biopoder em duas linhas antagônicas: “por um lado, no processo de brasilianização, encontramos as dinâmicas do biopoder como poder sobre a vida, como regulação dos pobres; pelo outro, temos a potência dos pobres, ou seja, a biopolítica como potência da vida”

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

“**A** crise da modernidade industrial e a formação de um capitalismo globalizado, financeiro e cuja acumulação tem características cognitivas, fez entrar em colapso as significações (implícitas e explícitas) dessa perspectiva: não é mais o Brasil que se torna futuro, mas é o futuro que virou Brasil e, dessa maneira, o futuro do Brasil passa a ser o próprio Brasil!”. A ideia é defendida por Giuseppe Cocco. Em entrevista à *IHU On-Line*, por email, o pesquisador explica que essa inversão paradoxal tem um nome: “Se chama ‘brasilianização do mundo’”. A partir desse novo paradigma, o país pode repensar sua relação para com o mundo ou, “a relação do Brasil com o mundo pode ser atravessada por uma alternativa radical”. Segundo ele, “o agenciamento do Brasil e do mundo acontece (pode acontecer e ser visto) num plano radicalmente outro e põe, positivamente, o Brasil no cerne dos movimentos de construção de uma outra métrica, de um outro padrão de valor. É nesses termos que podemos apreender o destaque impressionante que o Brasil tem no mundo hoje, um destaque ainda mais forte depois da crise dos subprimes”. Cocco menciona ainda que a partir do devir-Brasil do mundo é possível operar uma troca radical de pontos de vista, deixando de assumir um ponto de vista do Sul antiimperialista, e dando espaço ao “devir-Sul do mundo, para além do Norte e do Sul, em direção à construção de novos valores”.

Giuseppe Cocco possui graduação em Ciências Políticas pela Universidade de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciências Tecnológicas e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Doutor em História Social pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne), atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Publicou com Antonio Negri o livro *Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada* (Ed. Record, 2005). No XI Simpósio Internacional IHU - O (des)governo biopolítico da vida humana, Cocco ministrará o minicurso *Pensar a crise do capitalismo Global na perspectiva do devir-Brasil do Mundo*, às 14h30min, do dia 15-9-2010. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que medida é possível pensar a importância do devir-Brasil do mundo na perspectiva da crise do capitalismo global?**

**Giuseppe Cocco** - A relação “moderna” do Brasil ao mundo sempre foi marcada pela ideia de futuro: dizia-se que o Brasil era o “país do futuro”. O futuro sendo o progresso que o processo de desenvolvimento nacional ia trazer por meio da industrialização e do pleno emprego. Indo em direção ao futuro, o Brasil devia dessa maneira ir da periferia para o centro, do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Quando a economia não crescia, falava-se (e ainda fala-se) de décadas “perdidas”. Tinha-se perdido

o trem que levava para o “primeiro mundo”: era o trem do desenvolvimento nacional, seu motor se chamava “nacional desenvolvimentismo” e a gasolina era a “industrialização”.

Embora hoje haja uma corrente de pensamento neodesenvolvimentista, muito forte no governo Lula, a crise da modernidade industrial e a formação de um capitalismo globalizado, financeiro e cuja acumulação tem características cognitivas, fez entrar em colapso as significações (implícitas e explícitas) dessa perspectiva: não é mais o Brasil que se torna futuro, mas é o futuro que virou Brasil e, dessa maneira, o futuro do Brasil passa a ser o próprio Brasil! Essa in-

versão paradoxal tem um nome preciso, se chama “brasilianização” do mundo. O capitalismo global e financeiro, por um lado, substitui a empregabilidade ao emprego e precariza o trabalho, pelo outro privatiza os serviços e desmonta os sistemas de proteção social. Informalidade, precariedade, desemprego, subemprego, fraca (ou nula) proteção social não são mais o fruto de níveis insuficientes de modernização, mas são promovidos por essa: suas sinistras palavras de ordem são *outsourcing* e *downsizing*, terceirização das empresas e terciarização da economia. Centro e periferia se misturam! De repente, a luta contra a desigualdade e contra a exclusão no Bra-

sil deve enfrentar, ao mesmo tempo, as heranças do passado e as consequências da inserção na globalização.

Ao mesmo tempo, também esse capitalismo global, esse “futuro que virou Brasil”, entrou numa crise profunda. Aquela que estourou com o desmoronamento do crédito imobiliário nos Estados Unidos (os *subprimes*). Com as finanças, entrou em crise a ilusão de poder governar a contradição que esse deslocamento do trabalho para fora da relação salarial implica: por um lado, o trabalho se separa do emprego e se torna empregabilidade, pelo outro o trabalhador precisa continuamente investir no que a retórica neoliberal chama de capital humano e capital social. O poder de compra, a segurança e proteção do trabalhador diminuíram proporcionalmente à sua transformação em genérico “empregável”. Ao mesmo tempo, esse poder de compra continua sendo importante - mas de maneira menos decisiva, na medida em que a integração produtiva de zonas de baixíssimos salários e a própria globalização dos mercados já relativizaram esse mecanismo fordista-keynesiano que ligava a produção em massa ao consumo em massa por meio dos salários operários - para manter os níveis de crescimento, mas, sobretudo, ele é decisivo para que o trabalhador realize os gastos, que são investimentos, em sua própria empregabilidade. O capitalismo cognitivo (sob hegemonia neoliberal), para explorar as redes de empregabilidade, passou a privatizar os serviços e reduziu a renda de um trabalho que cada vez mais necessita de boa educação, saúde, infraestrutura, transportes e moradia “conectada” às redes. Tudo isso, como dissemos, para continuar a ser empregável: algo que ele passou a fazer graça ao crescente recurso ao crédito: crédito ao consumo, para a saúde, para a educação, para a moradia: um débito que se tornou impagável! Assim, a brasilianização da qual falaram Michael Lindt e Ulrich Beck<sup>1</sup> e a faveliza-

ção que alimenta o catastrofismo conservador de Mike Davis<sup>2</sup> acabam por abrir-se a uma alternativa radical de tipo novo. A crise, evidentemente, amplifica os efeitos de crise social (exclusão) e crise civil (violência) desse processo. Ao mesmo tempo, ela aparece claramente como uma crise de valor, do próprio conceito de desenvolvimento e, pois, como crise da ideia de futuro, da própria noção de tempo.

### A relação do Brasil no mundo

De repente, o Brasil pode repensar sua relação para com o mundo ou, dito de outra maneira, a relação do Brasil com o mundo pode ser atravessada por uma alternativa radical, de novo tipo: por um lado, como dissemos, a brasilianização do mundo, ou seja, a dimensão pejorativa do futuro (o progresso) que nunca chegava e agora - pelo mesmo mecanismo - se torna regresso; pelo outro, um devir-Brasil do mundo que é necessariamente um devir-mundo do Brasil. O agenciamento do Brasil e do mundo acontece (pode acontecer e ser visto) num plano radicalmente outro e põe, positivamente, o Brasil no cerne dos movimentos de construção de uma outra métrica, de um outro padrão de valor. É nesses termos que podemos apreender o destaque impressionante que o Brasil tem no mundo hoje, um destaque ainda mais forte depois da crise dos *subprimes*. Apesar da dramaticidade da “brasilianização”, o devir-Brasil do mundo se define pelo plano de construção de uma política dos pobres, quer dizer da diferença e da paz. No devir-Brasil do mundo temos, pois, a possibilidade de operar uma troca radical de pontos de vista, assumindo o ponto de vista não mais do Sul antiimperialista (a identidade subalterna contra aquela da dominação, o terceiro-mundo que quer ser primeiro-mundo, como se diz nas reuniões da elite), mas do devir-Sul do mundo, para além do

[line/uploads/edicoes/1158345309.26pdf.pdf](http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158345309.26pdf.pdf). (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Mike Davis: intelectual de origem operária, chofer de caminhão, é professor de urbanismo no Southern California Institut of Architecture e articulista da imprensa americana é autor dos livros *Cidade de Quartzos. Escavando o futuro de Los Angeles* (São Paulo: Scritta, 1990) e *Ecologia do Medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre* (Rio de Janeiro: Record, 2001). (Nota da IHU On-Line)

Norte e do Sul, em direção à construção de novos valores.

### IHU On-Line - Como esse devir-Brasil do mundo se relaciona com o conceito de biopoder de Foucault?

Giuseppe Cocco - O devir-Brasil do mundo confirma a abertura do conceito foucaultiano de biopoder em duas linhas antagônicas, assim como vários autores (Michael Hardt<sup>3</sup>, Judith Revel<sup>4</sup>, Maurizio Lazzarato<sup>5</sup>, Simone Sampaio, Peter Pál Pelbart) têm proposto e assim como fizemos Negri<sup>6</sup> e eu, em nosso livro so-

<sup>3</sup> Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Marie Judith Revel (1966): filósofa francesa. É professora da Universidade de Roma - La Sapienza e colaboradora no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade de Consenza e do Centro Michel Foucault (Paris). Suas pesquisas abordam o pensamento francês contemporâneo, particularmente a obra de Michel Foucault. Foi diretora da edição italiana dos *Ditos e Escritos de Foucault* (Feltrinelli, 1996-1998). Confira a entrevista concedida por Revel às *Notícias do Dia* do site do IHU, em 10-02-2009, *A passagem do capitalismo material ao imaterial cognitivo e a crise da representação política*, disponível em <http://migre.me/BinQ>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Maurizio Lazzarato: é sociólogo independente e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. Junto com o Grupo Knowbotic Research, elaborou o projeto *IO\_dencies/travail immatériel* para a Bienal de Veneza. Além disso, participa de ações e reflexões sobre os “intermitentes do espetáculo” no âmbito da CIP-idf (Coordination des intermittents et précaires d’Île-de-France), onde coordena uma importante “pesquisa-ação” sobre o estatuto dos trabalhadores e profissionais do espetáculo e do mundo das artes, além de outros trabalhadores precários. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele

<sup>1</sup> Ulrich Beck: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. Confira na edição 181 da revista IHU On-Line, de 22-05-2006, intitulada *Sociedade do risco. O medo na contemporaneidade*, a entrevista *Incertezas fabricadas*, concedida por Beck com exclusividade a nós. O material está disponível para download em <http://www.unisinos.br/ihuonline>

bre o Brasil e a América Latina (*Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*): por um lado, no processo de brasilianização, encontramos as dinâmicas do biopoder como poder sobre a vida (para usar os termos de Peter Pál Pelbart), como regulação dos pobres (que, aliás, mistura as políticas de segurança - de fazer viver e deixar morrer - com aquelas mais arcaicas do poder soberano - de fazer morrer e deixar viver); pelo outro, temos a potência dos pobres, ou seja, a biopolítica como potência da vida. Tudo isso se concretiza na questão das favelas: nelas temos, ao mesmo tempo, o biopoder como nova tecnologia de dominação e a biopolítica como plano de consistência da luta e da resistência dos pobres.

Sabemos que a favelização foi e é um processo contraditório. Com efeito, a chegada dos pobres nas cidades teve (pelo menos) dois grandes determinantes: o primeiro determinante é a persistência do latifúndio (inclusive graças à ditadura que reprimiu os movimentos camponeses e continua encontrando amplo apoio naquela mídia que lhe deve concessões estatais e proteção econômica), que expulsou a população rural do campo (do mesmo jeito que a abolição tardia da escravidão acabou empurrando os escravos libertos para a formação das primeiras favelas): a regulação das populações pobres urbanizadas passou pelas favelas, pelos dispositivos de biopoder exercido sobre essa pressão demográfica. Não por acaso, um dos primeiros momentos foi a introdução do higienismo, com a vacina contra a febre amarela; o segundo determinante da favelização, porém, é o movimento de resistência que atravessou o país com o êxodo rural rumo a melhores condições de vida e de trabalho, dentro do processo de urbanização e para além de sua capacidade de absorção industrial (do mesmo jeito que os quilombos, as favelas foram também zonas de autoconstrução de espaços urbanos de resistência, persistência dos pobres a viver, desejar, dançar, criar). Temos aqui, nas favelas e pelos pobres,

foi apresentado na primeira edição do evento *Abriendo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 estive na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU On-Line)

## “O poder de compra, a segurança e proteção do trabalhador diminuiram proporcionalmente à sua transformação em genérico ‘empregável’”

uma luta biopolítica, a potência dos pobres. Aqueles que fizeram a revolta contra o higienismo (e não contra a vacina!) e agora lutam contra as remoções - por exemplo, no Rio de Janeiro -, que a especulação imobiliária ligada aos megaprojetos está querendo impor em nome do controle do “risco”.

### IHU On-Line - Em que sentido é preciso desinventar o Brasil?

Giuseppe Cocco - Essa é uma expressão que retomo do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro<sup>7</sup>, para afirmar, com ele, que a passagem da brasilianização para o devir-Brasil implica justamente na ruptura com o projeto identitário (nacionalista) do Brasil “potência” soberana e independente. Isso aparece claramente na política externa: o que o Brasil está fazendo com o governo Lula não é uma política soberana de desconexão da globalização. Pelo contrário, ele está trabalhando de maneira autônoma (ou seja, em rede) e numa perspectiva pós-soberana, em direção ao governo da interdependência. No plano da política interna isso aparece claramente na questão indígena, assim como vimos no embate para demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol (Roraima). Fica evidente que

<sup>7</sup> Eduardo Viveiros de Castro: antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concedeu uma entrevista à revista IHU On-Line nº 161, 24-10-2005, que tem como tema de capa *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*. O título da entrevista de Eduardo Viveiros de Castro é “O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife”, disponível em <http://migre.me/s9Y9>. Entre outros, escreveu *Arawete: O Povo do Ipixuna* (São Paulo: CEDI, 1992), *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. (São Paulo: Cosac & Naify, 2002) e *Métaphysiques cannibales. Lignes d’anthropologie post-structurale* (Paris: Presses Universitaires de France, 2009). (Nota da IHU On-Line)

os índios (que deveriam ser o que há de mais “raiz”) enxergam o Brasil como um problema ao passo que os defensores do “projeto nacional” ficam incomodados com os estes que querem continuar a serem índios e não se deixam homologar no processo de desenvolvimento nacional. Não é por acaso que, entre os grandes opositores à demarcação contínua das reservas indígenas, não temos apenas os representantes das elites neoescravagistas (os ruralistas, as grandes mídias monopolistas), mas também os representantes do neodesenvolvimentismo. A comunidade de pontos de vista entre o passado (escravocrata) e o futuro (industrial) não é mera coincidência, mas nos mostra que o futuro é uma armadilha: uma armadilha que se torna bem evidente e grosseira nesse caso, quando os pobres aparecem como diferença radical, como não-Brasil, como devir-Brasil: mas devir antropofágico.

O devir-Brasil do mundo é também um devir-índio do Brasil. Desinventar o Brasil significa apontar para essas trocas de perspectivas.

### IHU On-Line - Quais são os limites e possibilidades de se “fazer multidão” numa sociedade na qual o biopoder atua cada vez mais?

Giuseppe Cocco - A noção de biopoder diz respeito a uma tecnologia de poder que investe diretamente a vida na sua articulação entre segurança (*sécurité*), território e população. O regime de acumulação que está em sua base (e que não por acaso, em seus cursos de 1977-78 e 1978-79, Foucault atribuiu ao neoliberalismo) implica, pois, a integração das redes produtivas diretamente nos territórios, misturando tempo de vida e tempo de trabalho, produção e reprodução: é o que encontramos nas redes locais e globais de terceirização (*outsourcing*) e nas bacias metropolitanas de serviços (terciarização). A produção se torna biopolítica, o trabalho se separa do emprego e coincide diretamente com a vida como um todo: o resultado disso é a sua crescente fragmentação em um sem-número de estilhaços. O capitalismo contemporâneo explora os pobres enquanto pobres, sem previamente incluí-los e homogeneizá-los na relação salarial. Para fazer isso, passa-se a explorar diretamente as redes de cooperação (por

meio das privatizações dos serviços - desde a telefonia até a água e do controle do direito autoral, do copyright e, enfim, da responsabilidade social). A exploração se torna cada vez mais parasitária, quer dizer rentista: o lucro funciona como um imposto e por isso tem características de dominação política (como no caso das milícias que substituem o narcotráfico em alguns territórios do Rio de Janeiro e passam a controlar as redes de serviços). Ao mesmo tempo, se o trabalho não precisa mais passar pela relação salarial para ser produtivo, ele pode passar a lutar e se organizar enquanto tal, enquanto uma multidão de singularidades que cooperam entre si e que se mantêm tais, sem fundir. Essa passagem, do sem-número de fragmentos modulados politicamente pelo mercado (na sociedade de controle) para a multiplicidade produtiva (e livre) das singularidades encontra, por um lado, os limites da crise das antigas formas de representação (sindicatos, partidos, cooperativas, Estado) e, pelo outro, as possibilidades de um novo tipo de práticas: de produção e de luta. O desafio da luta política e de classe no capitalismo contemporâneo é duplo: em primeiro lugar, trata-se de levar em conta o fato que a passagem da fragmentação para a multidão (dos fragmentos para as singularidades) não é automaticamente determinada pelas novas tecnologias das redes; em segundo lugar - e por consequência -, se trata de pensar e praticar uma política da multiplicidade, quer dizer imanente à produção de diferença (onde as diferenças nada têm a ver com a diversidade e com o multiculturalismo).

#### LEIA MAIS...

>> Giuseppe Cocco já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

• “MundoBraz”: a brasilianização do mundo. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas *Notícias do Dia*, em 21-1-2010. Acesse no link <http://bit.ly/7wWPht>;

• *O Império e a Multidão no contexto da crise atual*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas *Notícias do Dia* de 18-5-2009. Disponível no endereço eletrônico <http://bit.ly/cHmraS>;

• *Uma renda universal. Trabalho e vida tendem a coincidir*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada em 10-1-2007, nas *Notícias do Dia* e disponível no link <http://bit.ly/bNzmgU>.

## Políticas de memória: um dever social

O exercício de memória atinge o status de um dever, defende José Carlos Moreira Filho, professor da Pontifícia Universidade Católica - PUCRS

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

“Realizar políticas de memória sobre períodos tão sombrios como os relativos a ditaduras e regimes totalitários é um dever não só para impedir que eles se repitam, mas também, e fundamentalmente, para que se possa fazer justiça às vítimas, rostos sem voz perdidos na pira do tempo e ocultados pela, cada vez mais veloz, marcha do progresso”. A opinião é de José Carlos Moreira Filho e foi expressa na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line.

Para o pesquisador, a maior dívida que uma sociedade possui “é para com as vítimas que caíram ao longo dos processos políticos e sociais de transformações violentas e autoritárias”. Entretanto, a dívida dos brasileiros não se resume apenas a perseguidos políticos, mas ela diz respeito também “aos indígenas massacrados, aos africanos e descendentes escravizados e aos imigrantes europeus pobres que vieram ao Brasil após a abolição da escravatura”.

Nesse sentido, Moreira Filho menciona ainda que a Justiça de Transição “é fundamental para fortalecer e afirmar os valores democráticos e o respeito aos direitos humanos”.

José Carlos Moreira da Silva Filho participará do XI Simpósio Internacional IHU - O (des)governo biopolítico da vida humana, com o minicurso *Dever de memória e violência do esquecimento: anistia e transição democrática no Brasil*. O evento ocorre no dia 15-9-2010, às 14h30min.

José Carlos Moreira da Silva Filho é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente é professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Membro-Fundador do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição - IDEJUST. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Por que manter a memória é um dever?**

**José Carlos Moreira Filho** - Há inúmeras situações em que todas as pessoas necessitam realizar um exercício de memória, para se lembrarem onde colocaram um objeto, por exemplo. O exercício de memória atinge o status de um dever, e aqui trato sem dúvida do âmbito coletivo, quando nos defrontamos com um passado de

violências e injustiças.

O imperativo da não repetição, assinalado de modo emblemático por Adorno<sup>1</sup>, surge especialmente após

<sup>1</sup> Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movi-

a Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade foi confrontada com um nível de barbárie e desconsideração da pessoa humana em patamares que ainda não haviam sido atingidos, colocando em funcionamento o aparato bélico e tecnológico de uma verdadeira indústria de eliminação física, moral e existencial de milhões de seres humanos. Morte industriosa e apoiada na frieza de uma razão instrumental, que é prima irmã da mesma racionalidade que em nossos dias condena milhões de pessoas à pobreza mais absoluta. Um Estado orientado para a implementação de uma política delinquente que, com cada vez maior frequência ao longo do século XX e no presente século, volta-se, com todo o peso das suas instituições jurídicas, políticas e econômicas, à perseguição e eliminação de uma parcela dos seus próprios cidadãos. Em linhas gerais, é esta situação que tipifica os Crimes Contra a Humanidade, conceito surgido no Acordo de Londres de 1945 e que é a própria base da fundação da Organização das Nações Unidas e das Constituições democráticas contemporâneas, voltadas para a proteção e promoção de uma série de direitos e garantias fundamentais, exatamente porque eles foram tão fortemente ignorados ao longo da Guerra.

Em seu livro *A História, a Memória e o Esquecimento* (Campinas: Unicamp, 2007), Paul Ricoeur<sup>2</sup> afirma que uma sociedade que não faz o luto das suas perdas e traumas está condenada a repetir a violência que as gerou. Sem uma clara e simbólica determinação no espaço público do reconhecimento das violências e injustiças cometidas e, conseqüentemente, da sua reprovabilidade, é muito difícil, senão inviável, a construção de uma cultura e de uma prática de respeito aos direitos humanos, diametralmente oposta a sociedades e governos autoritários que aceitem diretrizes políticas que levam ao cometimento de crimes contra a

mento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo e pensador europeu do período pós-guerra. Estabeleceu uma ligação entre a fenomenologia e a análise contemporânea da linguagem através da teoria da metáfora, do mito e do modelo científico. (Nota da IHU On-Line)

humanidade. No Brasil, por exemplo, como não construímos até hoje um claro juízo público de reprovabilidade da prática disseminada e institucionalizada da tortura, capilarizada pela ditadura civil-militar, muitos agentes públicos de segurança não só não se sentem inibidos na prática da tortura e da violência contra suspeitos e prisioneiros, como até acham que isto é correto e recomendável. A ausência de qualquer investigação e construção de uma verdade judicial sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira é um penoso obstáculo para a diminuição dos alarmantes índices de violência policial no Brasil. Nesse sentido, a Lei de Anistia de 1979<sup>3</sup> nos impôs um verdadeiro exercício de esquecimento, ratificado de modo deplorável, tanto pelo resultado quanto pelos argumentos utilizados, no julgamento sobre a interpretação desta lei que teve lugar na Suprema Corte do país nos dias 28 e 29 de abril de 2010.

Realizar políticas de memória sobre períodos tão sombrios como os relativos a ditaduras e regimes totalitários é um dever não só para impedir que eles se repitam, mas também, e fundamentalmente, para que se possa fazer justiça às vítimas, rostos sem voz perdidos na poeira do tempo e ocultados pela, cada vez mais veloz, marcha do progresso. A maior dívida moral que uma sociedade possui é para com aquelas vítimas que caíram ao longo dos processos políticos e sociais de transformações violentas e autoritárias. A dívida que nós brasileiros, hoje, temos não é só com os perseguidos políticos na ditadura civil-militar, ela é também em relação aos indígenas massacrados, aos africanos e descendentes escravizados e aos imigrantes europeus pobres que vieram ao Brasil após a abolição da escravatura. Ela também é em relação às vítimas da ditadura de Getúlio Vargas<sup>4</sup> e continua

<sup>3</sup> Sobre o tema, confira a edição 269, de 18-8-2008, intitulada *Tortura, crime contra humanidade. Um debate urgente e necessário*. Disponível no link <http://bit.ly/9GqeFM>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente República nos seguintes períodos: 1930-1934 (Governo Provisório), 1934-1937 (Governo Constitucional), 1937-1945 (Regime de Exceção), 1951-1954 (Governo eleito por

sendo em relação à numerosa massa de presidiários, submetidos constantemente a condições desumanas nas masmorras brasileiras, e aos grupos de pessoas pobres que cotidianamente são projetadas para as margens da cidadania, bem como com relação às vítimas de execuções sumárias e grupos de extermínio.

**IHU On-Line - Nessa lógica, em que medida o esquecimento é uma violência?**

**José Carlos Moreira Filho - É importante entender que o esquecimento não é um mal em si. Nietzsche<sup>5</sup>, em**

pularmente). Sobre Getúlio o IHU promoveu o Seminário Nacional *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Paralela ao evento aconteceu a *Exposição Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, no Espaço Cultural do IHU. A revista IHU On-Line publicou os seguintes materiais referentes a Vargas: edição 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://migre.me/QYAi>, e a edição 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://migre.me/QYBn>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://migre.me/QYCb>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004 o Prof. Dr. Juremir Machado da Silva, da PUCRS, apresentou o IHU ideias *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, também de autoria de Juremir, disponível em <http://migre.me/QYDR>. Vale destacar o *Caderno IHU em formação* número 1, publicado pelo IHU em 2004, intitulado *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://migre.me/QYEE>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, nihilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://migre.me/s7BB>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada *Nietzsche e Paulo*, disponível para download em <http://migre.me/s7BH>. A edição 15 dos *Cadernos IHU em formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://migre.me/s7BU>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à

sua *Segunda Consideração Intempestiva*, nos mostra isto de modo genial, prescrevendo os benefícios do esquecimento e alertando para o excesso de história, especialmente daquela história fria, racionalizada, total e hegemônica, distante do pertencimento afetivo e tradicional, e da multiplicidade de vivas narrativas que, como assinalou Walter Benjamin, são como escadas que vão para todas as direções.

Quando nos referimos àqueles tipos de acontecimentos que nos demandam um dever de memória, tal como expus na resposta anterior, o esquecimento só pode aparecer como um fruto possível da superação dos traumas e do fim do luto, do arrependimento simbolizado no plano público. Neste caso, podemos nos deparar com o que Ricoeur chamou de uma “dívida sem culpa”. Contudo, o esquecimento exercido para que o reconhecimento da violência e sua reprovabilidade não aconteçam, o esquecimento que procura sufocar certas narrativas e impedir que documentos públicos possam se tornar acessíveis, este sim é uma violência, na mesma medida em que permite que ela continue se reproduzindo, sem uma clara ruptura com as práticas autoritárias do passado.

**IHU On-Line - Quais são os maiores exemplos de violência do esquecimento na transição democrática do Brasil? Dentro de contexto, qual é a importância da Justiça de Transição? José Carlos Moreira Filho - Tratando especificamente do processo de transição política da ditadura civil-militar, ocorrida de 1964 a 1985, para a ordem democrática instituída a partir da Constituição Federal de 1988, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a lei 6683/79 tem dado ensejo a uma**

edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos *Filosofias da diferença* - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://migre.me/Jzvg>. (Nota da IHU On-Line)

## “O esquecimento só pode aparecer como um fruto possível da superação dos traumas e do fim do luto, do arrependimento simbolizado no plano público”

verdadeira política de esquecimento, na medida em que tem impedido a construção de uma verdade judicial sobre os crimes contra a humanidade praticados sistematicamente pelo Estado ditatorial brasileiro.

É possível compreender que ainda durante a vigência da ditadura, quando surgiu a Lei de Anistia, era inviável a investigação e a responsabilização pelos crimes cometidos pelo Estado repressor. Entre 1975, quando começa o forte movimento popular pela Anistia, deflagrado pela liderança de Terezinha Zerbini<sup>6</sup> e de outras bravas mulheres brasileiras, e 1979, quando sai a Lei de Anistia, continuavam a ocorrer desaparecimentos forçados, como o de David Capistrano<sup>7</sup> (dirigente do PCB), assassinatos, como o de Vladimir Herzog<sup>8</sup>,

<sup>6</sup> Terezinha Godoy Zerbini: advogada brasileira, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia em 1974. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> David Capistrano (1913-1974): dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Participou do Levante de 1935, como sargento da Aeronáutica, sendo expulso das Forças Armadas e condenado pelo Estado Novo, à revelia, a 19 anos de prisão. Participou da Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais e da Resistência Francesa, durante a ocupação nazista. Preso em um campo de concentração alemão, foi libertado e regressou ao Brasil em 1941. Com o golpe militar, entrou na clandestinidade e asilou-se na Checoslováquia, em 1971. Retornou ao Brasil em 1974, atravessando a fronteira em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Vlado Herzog (1937-1975) jornalista, professor e dramaturgo nascido na Croácia, mas naturalizado brasileiro. Passou a assinar “Vladimir” por considerar seu nome muito exótico nos trópicos. Tornou-se famoso pelas consequências que teve de assumir devido suas conexões com a luta comunista contra a ditadura militar, autodenominada movimento de resistência contra o regime do Brasil, e também pela sua ligação com o Partido Comunista Bra-

sileiro, como as sofridas por milhares de perseguidos políticos, censura, como aquela exercida sobre qualquer publicação, aula ou discussão que desagradasse ao governo, cassações de mandatos políticos, como aquelas sofridas por inúmeros parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido de oposição consentida, expulsão de alunos e professores das universidades brasileiras, entre outros atos autoritários e castradores de direitos fundamentais.

O que é difícil compreender é como, mais de trinta anos depois, a Suprema Corte brasileira, cuja missão deveria ser a de zelar pelos valores e princípios da nossa Constituição democrática, continua insistindo no mesmo entendimento adotado pelos ditadores e seus subordinados. O desvirtuamento dos fatos históricos, hoje mais detalhadamente conhecidos pelos inúmeros estudos que já foram produzidos sobre o período e, em especial, sobre o contexto de surgimento da Lei de Anistia (e aqui não posso deixar de citar a magnífica tese de doutorado defendida pela historiadora Heloísa Greco<sup>9</sup>), foi escancarado na decisão do STF. E dou dois exemplos disto. Em primeiro lugar, a perversão da bandeira da Anistia. O lema “Anistia ampla, geral e irrestrita” quando empunhado pelos movimentos populares, pelos Comitês Brasileiros de Anistia e por órgãos apoiadores da causa como a OAB, a CNBB e a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, jamais esteve voltado para a anistia de torturadores e assassinos de Estado. No entanto, somos hoje obrigados a ouvir estarecidos, no voto do ministro relator Eros Grau<sup>10</sup>, que questionar a anistia aos torturadores seria “romper com a boa-fé dos atores sociais e os anseios das diversas classes e instituições políticas do final dos anos 1970, que em conjunto pugnaram (...) por uma lei de

sileiro. Sua morte causou impacto na ditadura militar brasileira e na sociedade da época, marcando o início de um processo pela democratização do país. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Heloísa Greco: historiadora brasileira, doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a tese *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*, defendida em 2003. (Nota da IHU On-Line)

<sup>10</sup> Eros Grau: jurista brasileiro, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. (Nota da IHU On-Line)

anistia ampla, geral e irrestrita, o que significa também prejudicar o acesso à verdade histórica”.

Eu pergunto: Ministro, de que verdade histórica estamos tratando? Como é possível chamar de acordo, como o fizeram os cinco ministros e ministras que indeferiram a ação da OAB, a imposição de um projeto de lei a um Congresso Nacional que estava dobrado de joelhos por medidas de força? O Congresso Nacional que analisou e votou o projeto de lei enviado por João Baptista Figueiredo<sup>11</sup>, para cuja redação concorreu, nada mais nada menos, que Golbery do Couto e Silva<sup>12</sup>, o cérebro da Doutrina de Segurança Nacional, havia sido desfigurado pelo Pacote de Abril de 1977, imposto pelo ditador Ernesto Geisel<sup>13</sup>. Diante da iminência de uma vitória maciça do MDB nas eleições diretas para governadores, programadas para 1978, Geisel tirou o AI-5 do bolso e simplesmente fechou o Congresso Nacional em 01 de abril de 1977. Antes de “re-abri-lo” no dia 15 do mesmo mês, ele mudou todas as regras de composição do Congresso: instituiu os senadores biônicos, a maioria simples, o critério para o cálculo da representação e cassou parlamentares, tudo para impedir que qualquer proposta contrária aos interesses do governo pudesse passar. Foi exatamente o que aconteceu com a Lei de Anistia. Na Comissão Mista, formada para apreciar o projeto de Figueiredo, a ARENA, partido de apoio à ditadura, tinha 13 representantes e o MDB, nove, sendo que um destes

era o presidente da Comissão, Teotônio Vilela, que por isto não votava. O resultado é que todas as propostas de mudanças apresentadas pelo MDB eram rejeitadas pelo placar estático de 13 a 8. No Congresso, a votação não foi nominal, foi em bloco, e caso acontecesse a improvável rejeição do projeto do governo na Câmara, das duas uma: ou a tropa de choque de senadores biônicos barraria o eventual substitutivo, ou o ditador Figueiredo, como declarou inclusive, iria simplesmente vetar toda a lei. Este foi o “acordo”.

É inadmissível que hoje, passados mais de 20 anos da promulgação da Constituição Federal, o judiciário brasileiro continue de costas para as normas de Direito Internacional Humanitário e para os valores democráticos de proteção à dignidade da pessoa humana insculpidos no próprio texto constitucional. É vergonhoso que o Supremo Tribunal Federal chamele a auto-anistia entre nós, vedada na legislação e na jurisprudência internacional humanitária. Não se vê tanta má vontade com as normas internacionais quando o assunto é garantir os contratos internacionais e a livre ação da *lex mercatoria*. Que democracia é esta que não repudia publicamente a tortura e a perseguição sistemática de parte da população nacional pelo próprio Estado? Que não responsabiliza e nem identifica os agentes públicos que protagonizaram tal perseguição? Qual a coragem que nos falta para passar a nossa história a limpo?

A Justiça de Transição é algo fundamental para que possamos fortalecer e afirmar os valores democráticos e o respeito aos direitos humanos. Ela se espalha em quatro grandes temas: o “Direito à memória e à verdade (abertura dos arquivos e reconhecimento das violências praticadas pelo Estado), a “Justiça” (a responsabilização dos agentes públicos que cometeram Crimes Contra a Humanidade), a “Reparação” (econômica e, sobretudo, moral, ao reconhecer o papel de resistência que os perseguidos tiveram, e as punições e prejuízos que sofreram), e, por fim, o “Fortalecimento das instituições democráti-

cas”, em especial dos órgãos ligados à justiça e à segurança pública (que, no Brasil, continuam intocadas, pois ainda temos a Justiça Militar, a mesma estrutura das polícias repressivas instituídas na ditadura, e vários juízes que pensam como o ministro Marco Aurélio, que disse semanas antes do julgamento da *Arguição de descumprimento de preceito fundamental* (ADPF) 153, em entrevista em rede nacional, que “a ditadura foi um mal necessário”).

O campo de estudos da Justiça de Transição tem crescido bastante no mundo todo e tem tido um impulso expressivo no Brasil. Eu, por exemplo, invisto nesta linha de estudos no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS, onde coordeno um Grupo de Estudos e um Grupo de Pesquisa sobre o tema. Também faço parte de um maravilhoso grupo de intelectuais e estudantes do Brasil inteiro, com sede no Instituto de Relações Internacionais da USP, o Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição - IDEJUST, que se dedica a pesquisar e a trocar informações e produções acadêmicas sobre o tema. Para quem quiser conhecer um pouco mais sobre o grupo e participar dos seus encontros, convido a visitar o sítio : <http://idejust.wordpress.com/>.

#### LEIA MAIS...

>> José Carlos Moreira Filho já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

- “*É imoral igualar o terrorismo do Estado brasileiro à luta que se empreendeu contra ele*”. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho, concedida em 12-1-2010 e publicada nas *Notícias do Dia*. Acesse no link <http://bit.ly/dbicyn>;
- *Lembranças vivas, feridas abertas: a punição aos torturadores da ditadura no Brasil*. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho, concedida em 22-8-2009, para as *Notícias do Dia*. Disponível no endereço eletrônico <http://bit.ly/arTUlz>;
- *A afirmação positiva da diferença*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 266, de 28-07-2008. Acesse no link <http://bit.ly/9Zk7gx>;
- *Um direito mais amplo e interdisciplinar*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 305, de 24-08-2009. Disponível no link <http://bit.ly/dw9VXn>.

11 João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999): político e ditador militar brasileiro, o 30º presidente do Brasil, de 1979 a 1985. (Nota da IHU On-Line)

12 Golbery do Couto e Silva (1911-1987): militar e geopolítico brasileiro. Destacou-se como teórico do movimento político-militar de 1964. (Nota da IHU On-Line)

13 Ernesto Geisel (1908-1996): militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. Buscou em seu governo uma gradual saída do regime militar. Deixou a presidência em 1979, quando assumiu o último ditador do regime autoritário instaurado em 1964. (Nota da IHU On-Line)

## A exceção jurídica na biopolítica moderna

Contradições graves aparecem no estado de exceção: a primeira delas é negar a ordem para defendê-la, assinala Castor Ruiz. Para os excluídos, a exceção é seu modo de vida cotidiano

POR MÁRCIA JUNGES

“**A** exceção é a figura jurídico-política que defende a ordem suspendendo-a; defende a vida (de alguns) ameaçando a vida (de outros)”. A afirmação é do filósofo espanhol, radicado no Brasil, Castor Ruiz, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**, adiantando aspectos que irá abordar em seu minicurso *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, em 16 de setembro, dentro da programação do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, que está disponível em <http://bit.ly/cAXuGq>. De acordo com ele, “no estado de exceção aparecem algumas contradições graves que devem ser analisadas criticamente. A primeira é que para defender a ordem tem que, primeiramente, negá-la”. E continua: “ao suspender a ordem e o direito, em seu lugar se coloca a arbitrariedade da vontade daquele que a suspende”. Ruiz aponta o paradoxo da existência do estado de direito concomitante à escravidão moderna, e pontua que, ao decretar o estado de exceção, “o objetivo é oferecer poderes plenos, ou absolutos, a alguém que possa controlar de forma eficiente a vida daqueles considerados perigosos para o status quo”. No caso dos excluídos, a exceção se constitui em sua forma normal de vida. No Brasil, afirma, as condições das prisões “beiram, quando não já ultrapassaram, o limite de qualquer forma de exceção”.

Castor é graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Propiedad o alteridad, un dilema de los derechos humanos* (Bilbao: Universidad de Deusto, 2006); *Os Labirintos do Poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os Paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Confirma a entrevista.

**IHU On-Line - O que é a exceção jurídica e o estado de exceção?**

**Castor Ruiz** - Podemos definir a exceção jurídica como a suspensão da lei em casos excepcionais. A exceção é a figura jurídico-política que defende a ordem suspendendo-a; defende a vida (de alguns) ameaçando a vida (de outros). Esta técnica política do direito adquire uma especial relevância quando aplicada ao próprio estado de direito, ou seja, à suspensão, total ou parcial, da ordem vigente por motivos considerados graves. Neste caso se origina o chamado estado de exceção. O estado de exceção foi criação do es-

tado de direito para defender o direito de quaisquer ameaças grave que pudesse subverter a ordem.

No estado de exceção aparecem algumas contradições graves que devem ser analisadas criticamente. A primeira é que, para defender a ordem, tem que, primeiramente, negá-la. A seguir, aquele que tem o poder de decretar o estado de exceção tem que estar fora da ordem, ou seja fora da lei. Em terceiro lugar, se alguém tem o poder de se posicionar com legitimidade fora da ordem e acima da lei para suspender a ordem e a lei, seja quem for, atua como um soberano. Em quarto lugar,

cabe perguntar quem é que decide quando há ou não uma condição grave para decretar a suspensão da lei? Quem tem o poder de decidir é, uma vez mais, uma vontade soberana que está acima da lei e fora da ordem.

O estado de exceção não existia como figura jurídica ou política na ordem pré-moderna porque o poder absoluto do soberano identificava sua vontade com a lei, tendo o direito arbitrário de poder suspender a lei como parte de sua vontade soberana. O paradoxal é que o estado de direito foi instituído para negar qualquer vontade soberana acima da lei. Contudo, o próprio estado de direito

criou a figura política da exceção jurídica para defender a ordem instituída contra quaisquer ameaças graves que venham a pretender transformá-la radicalmente. Isso significa que o estado de direito mantém na sua sombra a figura política do soberano que aparecerá de forma implacável quando alguém com poder considere que há motivo grave e decida suspender a ordem. O soberano não foi abolido pelo estado de direito, senão que está recolhido na sombra para defender a ordem em caso de necessidade.

### **IHU On-Line - Qual é a sua relação com a biopolítica moderna?**

**Castor Ruiz** - Cabe enfatizar que, ao suspender a ordem e o direito, em seu lugar se coloca a arbitrariedade da vontade daquele que a suspende. Na exceção a arbitrariedade é a norma e a normalidade é constituída pela vontade soberana daquele que tem o poder de suspender o direito. O poder soberano que impõe a exceção põe no lugar do direito sua vontade, no espaço vazio do direito vigora a arbitrariedade do soberano. A exceção que suspende a ordem, de forma total ou parcial, torna a vida humana de todos aqueles que caem sob a exceção objeto da vontade soberana. A vida humana no estado de exceção é uma vida que lhe foi retirado o direito, é uma vida exposta ao arbítrio do poder soberano. A exceção jurídica é uma figura política que tem como alvo principal o controle da vida humana.

Ao decretar o estado de exceção, a vida das pessoas que caem no campo da excepcionalidade se torna vulnerável ao extremo. É uma vida que, privada do direito, é reduzida a mera vida biológica ou vida natural (o que Agamben denominou de *vida nua*). Objetivada como mera vida biológica, fica exposta a quaisquer violações como parte da normalidade de sua condição de vida excepcional. Dependendo do grau de excepcionalidade decretada, a vida humana pode regredir ao extremo de ser equiparada a mera vida animal, biológica. Neste ponto a vida humana se torna uma vida “matável” sem que sua morte seja imputável. Qualquer um poderia agredir, violentar e até matar sem imputabilidade a uma vida

## **“A exceção que suspende a ordem, de forma total ou parcial, torna a vida humana de todos aqueles que caem sob a exceção objeto da vontade soberana”**

humana, que só existe enquanto mera vida biológica e não se reconhece nenhuma dignidade ou direito.

A exceção jurídica se constitui numa tecnologia biopolítica de controle social muito eficiente, quando consegue ser aplicada com abrangência. A biopolítica se caracteriza pelo governo da vida humana como um recurso útil. No caso da exceção jurídica, se aplica como técnica biopolítica para poder controlar a vida daquelas pessoas consideradas perigosas para a ordem social. Ao decretar o estado de exceção, o objetivo é oferecer poderes plenos, ou absolutos, a alguém que possa controlar de forma eficiente a vida daqueles considerados perigosos para o *status quo*.

### **IHU On-Line - Como podemos compreender eticamente o paradoxo de que o estado de exceção cumpre um código positivo mas viola um código moral?**

**Castor Ruiz** - As graves contradições do estado de exceção apareceram desde os primórdios do próprio Estado moderno. O mesmo estado que criou a isonomia das leis para os seus cidadãos criou a exceção para poder implementar a escravidão como um negócio e o genocídio indígena como um direito de expansão. A escravidão moderna é concomitante ao estado de direito. O mesmo estado que cria a cidadania, decreta a exceção da lei sobre os afrodescendentes capturados e comercializados como mercadorias. De forma paradoxal (tragicômica se não fossem seres humanos os atingidos) elabora-se um código de leis específicas sobre a propriedade, compra e venda de seres

humanos, dentro do Estado de direito. Os indígenas que sobreviveram ao genocídio dos colonizadores foram catalogados pelos muitos dos estados modernos como fora da cidadania, como foi o caso da constituição dos EUA.

Sobre os indígenas e escravos vigorava um estado de exceção em que a lei do estado de direito, e a cidadania por ele reconhecida, era suspensa e só eram reconhecidos como mera vida natural. Eles viviam no campo. O campo é a figura jurídica que não foi inventada pelos nazistas, mas pelo estado moderno. No campo, o estado de exceção é a norma. A vida dos escravos e indígenas era uma vida “matável” e não imputável. Qualquer um que agredisse, violasse ou matasse um escravo ou indígena estava isento de imputabilidade. Salvo se ao agredir ou matar um escravo violasse a propriedade de outro cidadão, neste caso sua imputabilidade era por ter destruído a propriedade alheia, e não a vida humana.

### **Razão instrumental e barbárie**

É importante sermos conscientes de que a barbárie da escravidão, o encurralamento em reservas e o paulatino extermínio dos povos indígenas não foi obra de irracionalidade, mas da razão instrumental. Não foi um feito de sádicos e tiranos, senão que foi uma operação política legal, em muitos casos dentro do Estado e operada pelo próprio Estado como forma de expandir seu território para as populações que ele protegia.

A pertinência desta análise é mais grave quando percebermos que a utilização da exceção, pelo Estado, como forma política de controle de populações indesejadas ou perigosas, continua sendo uma sombra que nos ameaça e que pode se tornar realidade quando as condições vierem a ser propícias.

As barbáries das ditaduras latino-americanas foram impostas por decretos jurídicos e atos políticos de suspensão da ordem sob o argumento de que havia uma ameaça subversiva contra a própria ordem. As ditaduras latino-americanas se instituem como formas de exceção política para preservar a ordem ameaçada. O paradoxo, uma vez mais, é que para defender a ordem

de uma suposta ameaça tem que se negar a mesma ordem que se pretende defender. Uma vez decretada a exceção, outorgam-se poderes soberanos a quem tem poder de defender a ordem. Neste ponto sua vontade é a norma. O estado de exceção possibilitou a arbitrariedade da vontade soberana de militares que decretaram a tortura, perseguição, desaparecimento e morte de centenas de milhares de pessoas em toda América Latina dentro da lei do estado de exceção em que a norma se assimila à vontade do soberano.

**IHU On-Line - Em que aspectos para os oprimidos o estado de exceção continua sendo a norma?**

**Castor Ruiz** - Walter Benjamin em sua tese VIII, *Sobre o conceito de história*, diz que para os oprimidos o estado de exceção é a norma. Esta sentença capta com perfeição um outro desdobramento das consequências da exceção como forma de controle biopolítico. Os oprimidos vivem tal condição como parte de seu modo de vida. Esta realidade pode ser constatada em nossas sociedades latino-americanas em que a exclusão e os privilégios se perpetuam geração após geração numa espécie de fatalidade naturalista sobre as mesmas pessoas e seus descendentes.

Para os excluídos a exceção é seu modo normal de viver. A exceção se aplica quando se suspendem, de forma total o parcial, os direitos fundamentais da vida digna. Para os excluídos, por exemplo, viver e morrer por falta de atendimento de saúde se tornou uma norma entre nós. Que milhares de pessoas sofram, sobrevivam indignamente ou morram permanentemente nas filas dos hospitais por falta de atendimento médico, é a norma, é o normal entre nós. A falta de uma alimentação digna e suficiente é normal para milhões de excluídos. Morar em condições infra-humanas, não ter uma educação básica digna, etc., é a norma para muitos.

Para os excluídos, viver em estado de exceção é a norma. Contudo, nelas impera uma exceção duplamente paradoxal. Sua vida é privada dos direitos básicos, porém não há um ato de direito que decreta tal suspensão, pelo contrário: os seus direitos são ga-

## “A exceção jurídica é uma figura política que tem como alvo principal o controle da vida humana”

rantidos pela Constituição. O irônico desse paradoxo é que a exceção opera sobre eles como um fato sem que exista um ato de direito que a decreta. Nessa condição, os oprimidos não podem se insurgir contra uma vontade soberana que os submete a tal condição. Para o direito, eles têm todas as garantias legais, não existem como excluídos de direito. Sua exceção foge ao ato político da vontade soberana para diluir-se na trama da estruturas do mercado que decreta sua condição de vida excluída. A condição da vida excluída sofre outro desdobramento da retirada dos direitos fundamentais, da exceção, em que o soberano se oculta no anonimato dos dispositivos de poder para deliberar como maior eficiência e menor imputabilidade.

**IHU On-Line - Poderia traçar um paralelo entre as formas antigas e atuais de se aplicar o estado de exceção?**

**Castor Ruiz** - Como indicava anteriormente, a importância de manter uma expectativa crítica sobre o estado de exceção deriva de sua potencial aplicabilidade a cada momento dependendo das circunstâncias. Ele constitui-se uma técnica biopolítica muito eficiente para o controle de populações consideradas perigosas ou indesejadas. Dada a versatilidade possível desta figura jurídico-política, provavelmente estaremos constantemente expostos a enfrentar ou sofrer novas versões da mesma técnica, a exceção.

Um exemplo da versatilidade da formas de exceção como controle biopolítico de populações indesejadas o encontramos nas técnicas jurídico-políticas aplicadas sobre as massas de migrantes ao longo de todo o mundo. É sabido que a migração se tornou um caminho alternativo dos excluídos do mundo para tentar sair de sua con-

dição de exclusão perene. Emigrar é resistir a permanecer na vida indigna. A maioria dos migrantes é obrigada a deixar sua terra, povo e cultura. Eles são bem recebidos quando se necessita de mão de obra barata para aumentar os benefícios do capital. Neste caso, o Estado incentiva a emigração. Porém os próprios Estados querem ter o controle das populações de migrantes, colocando quotas, impedindo entradas, expulsando quando não são mais necessários, etc. O capitalismo é um sistema que planeja de forma estratégica a produção, o benefício e a exclusão. Os excluídos são parte da engenharia do mercado.

### Vidas frágeis

A migração é uma forma de resistir à negação dos direitos básicos da vida digna a que estão submetidos os excluídos nos seus respectivos países. Para controlar estas populações consideradas perigosas, criou-se uma rede de armadilhas legais, sistemas policiais e centros administrativos de retenção que, em seu conjunto, configuram, a depender de cada país, um modelo de aplicabilidade da exceção dos direitos de cidadania aos estrangeiros quando eles não são úteis. Despojados dos direitos da cidadania plena, perambulam num estado laxo de exceção em que lhes são reconhecidos alguns direitos básicos de respeito à sua dignidade, embora lhes sejam negados os direitos necessários para consegui-la. Em muitos casos permanecem retidos durante meses sem cargos, sem sentença, sem acusação, esperando uma deportação a um lugar que também não é definido. Os centros administrativos de retenção constituem em novas figuras jurídico-políticas de campos, onde a vontade arbitrária dos administradores governa a vida dos que ali residem, isso ainda dentro do Estado de direito. A vida dos migrantes retidos ou sem papeis é uma vida que perambula no espaço da exceção jurídica. É uma vida frágil, exposta à vulnerabilidade, muitos poderão dela se aproveitar e até abusar sem maiores consequências.

Outro exemplo muito próximo de exceção jurídica encontramos nas con-

dições de vida dos campos de refugiados. O refugiado é alguém que teve que abandonar seu país ou região à força. Retidos em campos, os refugiados se expandem ao longo do planeta, vivendo uma condição de exceção, pois, no país onde habitam, não são reconhecidos como cidadãos de pleno direito, ao seu não podem retornar e também não lhes reconhece os direitos de cidadania. Refugiados em campos, eles estão expostos permanentemente ao abuso e à violência. Um estado de exceção permanente se abate sobre suas vidas. Lembremos os acampamentos de refugiados palestinos, saharauís, Chad, Sudão, Iraque, Afeganistão, Paquistão, Birmânia, Filipinas, etc. Uma condição similar aos refugiados acomete aos “desplaçados” por conflitos dentro da Colômbia. Cabe também uma menção especial à situação da população palestina de Gaza, cercada por terra, mar e ar, submetida a todos os controles possíveis até deixar viver no limite do minimamente digno; eis um caso paradigmático de controle biopolítico pela imposição da exceção e seu cercamento num campo.

### Exceção como norma

Ainda outro exemplo contemporâneo de estado de exceção jurídica o encontramos no Ato Patriótico decretado pelo presidente Bush quando dos atentados do 11 de setembro. Nele se suspendiam uma parte importante dos direitos da cidadania (privacidade, correspondência, etc.) para que os serviços de inteligência do Estado tivessem mais poder e em contrapartida oferecer mais segurança. Decretou-se que quaisquer estrangeiros suspeitos de terrorismo poderiam ser detidos sem provas, sem acusação, até decisão em contrário. Esta é a versão mais nítida em que a exceção se tornou o controle biopolítico dos suspeitos. A vontade soberana toma o lugar do direito, e o arbítrio dos serviços de inteligência, dos militares ou dos políticos se torna lei soberana. Guantánamo é, até hoje, o triste exemplo do campo onde a exceção é a norma, o arbítrio do soberano que governa o campo substitui o direito. Também se teve conhecimento de campos secretos de internamento

## “É importante sermos conscientes de que a barbárie da escravidão, o encurralamento em reservas e o paulatino extermínio dos povos indígenas, não foi obra de irracionalidade, mas da razão instrumental”

de suspeitos de terrorismo na Europa, no Iraque e até em barcos em águas internacionais.

Nos últimos tempos tivemos conhecimento de que métodos truculentos de perseguição, tortura e extermínio de civis ou suspeitos colaboradores do inimigo, continuam se utilizando de forma sistemática no Afeganistão e no Paquistão pelos exércitos dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, como parte da estratégica do Estado de direito para se proteger contra os que o ameçam desde aquelas latitudes.

Se olharmos nossa realidade brasileira, poderemos perceber que as condições de vida das prisões beiram, quando não já ultrapassaram, o limite de qualquer forma de exceção. De outro lado, bairros e favelas inteiras de algumas de nossas cidades vivem sob o arbítrio dos traficantes, e a exceção vigora de outra forma. São territórios onde a vida humana se encontra exposta à violência porque dela foi suspenso o direito para viver numa forma de exceção.

**IHU On-Line - Pode-se falar num refinamento da forma de aplicar o estado de exceção, atingindo hoje muito mais a subjetividade dos sujeitos?**

**Castor Ruiz** - Temos que ter certo cuidado em não extrapolar o sentido da exceção jurídica ou do estado de exceção para não descaracterizá-lo. A exceção é uma técnica jurídico-política de controle biopolítico de populações.

Penso que o sentido da exceção pode ampliar-se para entender a condição da vida excluída como uma forma paradoxal de negação do direito em que a vontade soberana se esconde no anonimato dos dispositivos de poder do Estado e do mercado. Sem dúvida, toda forma de exceção tem um efeito de poder sobre a subjetividade dos indivíduos que a sofrem.

Não seria apropriado denominar “formas de exceção” ou assimilar aos estados de exceção os dispositivos biopolíticos de produção e controle de subjetividades. A subjetividade tornou-se hoje um bem material muito apreciado pelo mercado e pelo Estado. Conseguir produzir subjetividades flexibilizadas acordes com as demandas do mercado é um objetivo estratégico dos dispositivos de poder. Conseguir administrar a vontade dos sujeitos, de modo que eles venham a desejar aquilo que é conveniente para o mercado e o Estado, é o ideal de governo moderno. O governo biopolítico coexiste no seio do Estado de direito e até o legítima, porém seu objetivo é aprender a governar a vontade dos outros, governar sua natureza, governar seus desejos de modo que, bem dirigidos, possam ser úteis e produtivos. Neste modelo biopolítico o indivíduo não é sujeito de governo, mas objeto a ser governado. Insisto que a forma de governo biopolítico é produtiva e não necessita da exceção para governar a vontade dos outros. Ela interfere de modo ativo no desejo dos sujeitos.

O uso da exceção como forma de controle biopolítico ocorrerá nos casos extremos em que determinados indivíduos, grupos ou populações fujam ao controle de modo que coloquem em risco a ordem social. Neste caso, a biopolítica se utilizará da exceção como controle da vida que ameaça para assegurar a vida dos ameaçados.

**IHU On-Line - Em que sentido o controle sanitário originou o controle biopolítico? Poderia recuperar essa história?**

**Castor Ruiz** - A genealogia da biopolítica é complexa e nela confluem várias práticas e discursos oriundos de várias áreas. Uma delas é, sem dúvida, o discurso da saúde. De forma breve,

podemos localizar uma prática de controle biopolítico na forma como ainda nos séculos XVI-XVII se organizaram o controle das pestes e dos pesteados. Quando declarada a peste, imediatamente as autoridades decretavam um cerco geográfico com proibição terminante de que ninguém poderia entrar nem sair. Nesse campo se designavam funcionários com a lista dos nomes de cada habitante para controlar cada bairro, se indicava um responsável por cada rua. As pessoas, obrigadas a ficarem dentro de casa, eram chamadas pelo nome. Quando não se apresentavam na janela, normalmente presas a ela, um outro funcionário entrava na casa para ver se havia morrido. Neste caso, recolhia o cadáver para ser enterrado. Desta forma se tinha o controle diário e detalhado da vida da cidade, do bairro, de cada rua, de cada habitante.

Quando as pestes passaram, os governantes perceberam que esta técnica de controle de população era muito eficiente para outros fins, entre eles a arrecadação de impostos, evitar sedições políticas, controlar roubos, planejamentos urbanos, etc. É assim que a técnica biopolítica da peste migrou para uma técnica administrativa do Estado.

Uma outra prática de saúde, inerente ao modelo de governo biopolítico, é o surgimento da chamada saúde coletiva. Quando o Estado percebe que a vida humana é um bem produtivo que deve cuidar porque dele depende a riqueza, aparecem os discursos e as práticas de saúde coletiva. Enquanto a vida humana foi percebida sem valor para os governantes, ela ficou de responsabilidade particular dos indivíduos. Quando o Estado compreendeu que seu poder era dependente da qualidade de vida dos cidadãos e que a vida humana é a potência que traz riqueza para o Estado, nesse momento começaram a surgir novas formas de administrar a vida humana de forma produtiva, entre elas os discursos e as práticas da saúde coletiva. Cuidar da saúde da população virou sinônimo de cuidar da riqueza do Estado e da sociedade. E vice-versa, quando a saúde de um determinado grupo so-

## “Conseguir produzir subjetividades flexibilizadas acordes com as demandas do mercado é um objetivo estratégico dos dispositivos de poder”

cial não afete à potência do Estado, esse grupo será facilmente esquecido e abandonado à sua sorte. Este é o paradoxo do biopoder!

**IHU On-Line - Por que o modelo do campo é o paradigma do governo biopolítico?**

**Castor Ruiz** - Esta é a tese de Giorgio Agamben, que tem um grande fundamento histórico e filosófico. Quando se impõe a exceção jurídica, é necessário demarcar geográfica e demograficamente a população sobre a que se suspende o direito. Historicamente tem prevalecido a demarcação geográfica, de modo que as populações que caíram sob o estado de exceção ficavam cercadas em um determinado confinamento geográfico, o campo.

O campo é o espaço geográfico e demográfico em que vigora o estado de exceção como norma. No campo, a exceção é a norma. O campo não foi inventado pelos nazistas para exterminar os judeus, comunistas e ciganos. O campo é uma herança que receberam do Estado de direito. As origens jurídico-políticas e históricas do campo podemos encontrá-las nas reservas criadas por decreto pelo estado democrático de direito dos Estados Unidos da América para confinar os grupos indígenas, aos quais não se lhes reconhecia o direito de cidadania e se lhes preservava como meros seres viventes que habitavam aquelas paragens. Nas reservas, vigorava a exceção plena. A reserva é uma figura jurídica criada expressamente para manter um estado de exceção interno. Os indíge-

nas moradores das reservas não eram reconhecidos como cidadãos. Se eles sássem eram imediatamente declarados criminosos, se um cidadão americano os agredisse ou matasse não cometia delito, mas se fosse ao contrário, o indígena era imediatamente acusado de crime e penalizado. A reserva cumpriu perfeitamente o objetivo biopolítico de controle e extermínio da vida indesejada.

Há muitas e tristes experiências de confinamentos em campos. Todas elas foram criações jurídicas do estado de direito para controlar a pessoas ou populações consideradas por ele perigosas. Os nazistas levaram ao clímax da barbárie uma técnica que herdaram. O processo de colonização do século XIX, feito pelos estados de direito europeus, utilizaram longamente o confinamento de populações das colônias em campos, para melhor controlar e em muitos casos exterminar.

Hoje em dia, o campo não é uma figura superada. Pelo contrário, como já enumerei anteriormente, quando há uma população considerada perigosa por algum motivo, imediatamente acerca-se em um campo para impor nele a exceção. Guantánamo, as cadeias secretas para suspeitos de terrorismo, os campos de refugiados, os centros de detenção para imigrantes ilegais, o cercamento de populações inteiras (como o caso da faixa de Gaza) para melhor controlá-las, são exemplos atuais de que o campo continua a ser o modelo jurídico sobre o qual se aplica a exceção como norma de vida. A vida no campo é reduzida à mera vida natural, a uma vida biológica; o ser humano se torna um mero ser vivente exposto à vontade dos que controlam o campo.

### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Castor Ruiz à IHU On-Line.

\* *Alteridade, dimensão primeira do sujeito*. Edição número 334, Revista IHU On-Line, de 21-06-2010, disponível em <http://bit.ly/ce9wfa>.

## O gênero como norma e fonte de subversão e resistência

Márcia Arán defende que ainda tem sentido falar de sexo masculino e feminino porque são normas de gênero fortemente incorporadas

POR MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART

**P**ara a psicóloga Márcia Arán, “existe a possibilidade de uma diversidade de formas de construção de gênero, de identidades e de subjetivações que ultrapassam o binarismo masculino/feminino”. Na entrevista que aceitou conceder por e-mail à **IHU On-Line** ela aponta como um grande desafio a despatologização da transexualidade. “O fato de se definir uma política de saúde integral tendo como referência os princípios do SUS permite uma ampliação da noção de saúde, a qual não deve ficar restrita à ausência de doença. Desta forma, podemos considerar a noção de sofrimento psíquico e corporal como critério de acesso à saúde sem que, necessariamente, este sofrimento tenha que ser patologizado”.

Márcia Arán apresentaria o minicurso *Gênero, Tecnologia e Biopolítica: sobre as modificações corporais do sexo na transexualidade*, na tarde do dia 16 de setembro, durante o **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, e que está disponível em <http://bit.ly/cAXuGq>. No entanto, não comparecerá ao evento por motivos de saúde.

Márcia Arán, psicóloga e psicanalista, é professora do Instituto de Medicina Social da UERJ e coordenadora da linha de pesquisa Gênero, Subjetividade e Biopolítica. É bacharel em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul - UCS, e mestre e doutora em Saúde Coletiva pela UERJ. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual é o sentido em se falar de sexo feminino e masculino quando já se fala no transgênero?**

**Márcia Arán** - Transgênero é uma expressão muito utilizada nos Estados Unidos e em parte da Europa. Aqui no Brasil, as experiências trans, em geral, são definidas como transexualidades, travestilidades, crosdressing e uma minoria se define como transgênero. De qualquer forma, acho que ainda tem sentido falar de sexo masculino e feminino porque são normas de gênero fortemente incorporadas. Porém, o que as experiências trans vêm demonstrar é que estas identidades não são fixas, ou seja, não são nem uma substância no sentido biológico do termo, nem mesmo posições sexuadas permanentes. Existe a possibilidade de uma diversidade de formas de construção de gênero, de identidades e de subjetivações que ultrapassam o binarismo masculino/feminino.

**IHU On-Line - Quais são as “novas**

**escritas” sobre o corpo que estão se configurando na contemporaneidade a partir da revolução transgênero?**

**Márcia Arán** - Desde a revolução feminista estão acontecendo deslocamentos importantes na sociedade, principalmente devido ao declínio das bases econômicas, sociais e políticas do modo familiar de produção e reprodução social. Soma-se a isto a escolarização e a profissionalização das mulheres e a “revolução dos costumes”, que inaugurou questões como contracepção, aborto e divórcio. Em seguida o movimento de gays e lésbicas problematizou a normatividade do casamento, da parentalidade e da filiação e, mais recentemente, o movimento trans colocou na ordem do dia a questão do trânsito entre os gêneros e as práticas de modificação corporal. A partir destes deslocamentos ocorridos nos últimos 50 anos as normas de gênero estão mais fluidas e permitem escritas sobre o corpo que comportam novas identificações e novos devires.

**IHU On-Line - O que essa necessidade de transformação dos corpos aponta sobre a sexualidade e a subjetividade dos sujeitos do século XXI?**

**Márcia Arán** - Esta é uma questão colocada para toda a sociedade e não apenas para transgêneros. Todos nós utilizamos tecnologia para a transformação dos corpos, seja a nível hormonal ou cirúrgico. A questão que importa pensar é quem tem acesso a estas tecnologias, em que circunstâncias e por quê. Neste sentido, uma reflexão no campo da bioética pode ajudar a pensar como regulamentar as modificações corporais. No campo das novas tecnologias, nós temos que refletir quando uma cirurgia pode ser considerada estética e/ou reparadora. Quando a regulamentação de uma intervenção somática exige uma tutela médica ou psi e quando pode ser realizada a partir da noção de autonomia e de autodeterminação.

**IHU On-Line - Como a saúde brasileira trabalha com a questão de troca de sexos? Ainda há muita discriminação na busca de atendimento médico de quem quer transformar seu corpo?**

**Márcia Arán** - O Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.707/2008 instituiu no Sistema Único de Saúde - SUS o Processo Transexualizador, através da constituição de serviços de referência que estejam habilitados a prestar atenção integral e humanizada a transexuais. Esta iniciativa foi importante porque o Ministério passou a reconhecer que questões relacionadas à identidade de gênero e práticas sexuais fazem parte da saúde e devem ser acolhidas e tratadas pelo SUS. Vários atores sociais contribuíram para a promoção do debate sobre transexualidade e saúde, dando visibilidade para a vulnerabilidade da população trans no país. Destaca-se a contribuição dos coordenadores dos programas assistenciais que construíram um espaço de atenção a essa clientela, muitas vezes enfrentando enorme resistência institucional devido ao preconceito, à homofobia e à discriminação incutidas em algumas práticas de saúde. Além disso, foi importante a ação do Ministério Público Federal para a inclusão da cirurgia de transgenitalização na tabela de procedimentos do SUS em 2001. A instituição do Comitê Técnico Saúde da População LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em 2004, a participação dos movimentos sociais e as contribuições de pesquisadores acadêmicos também possibilitaram o estabelecimento de pactuações sobre propostas de saúde integral que fundamentaram

## “A partir destes deslocamentos ocorridos nos últimos 50 anos as normas de gênero estão mais fluidas e permitem escritas sobre o corpo que comportam novas identificações e novos devires”

esta iniciativa. No entanto, os desafios para a institucionalização destas práticas são muitos. É de fundamental importância investir na formação de profissionais capacitados para atender a esta clientela; a promoção de uma política de atenção básica (nós já temos alguns ambulatórios que têm sido uma experiência muito importante); a imediata discussão sobre a especificidade da assistência a homens transexuais que ficaram excluídos da portaria e das travestis; a construção de uma rede com sistema jurídico para a mudança do nome civil, entre outras. No entanto, o grande desafio na regulação desta prática consiste na despatologização da transexualidade. O fato de se definir uma política de saúde integral, tendo como referência os princípios do SUS, permite uma ampliação da noção de saúde, a qual não deve ficar restrita à ausência de doença. Desta forma,

podemos considerar a noção de sofrimento psíquico e corporal como critério de acesso à saúde sem que necessariamente este sofrimento tenha que ser patologizado.

**IHU On-Line - Qual é a contribuição de Foucault para pensarmos a temática da biopolítica relacionada com a transexualidade?**

**Márcia Arán** - A contribuição de Foucault é decisiva. Interessa-me, particularmente, no debate sobre a biopolítica contemporânea, a utilização que Judith Butler faz do conceito de norma. Para a autora, as normas que governam a identidade inteligível são estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. Neste sentido, o gênero não seria nem a expressão de uma essência interna, nem mesmo um simples artefato de uma construção social, mas sim o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes, ou seja, o gênero é ele próprio uma norma. Uma identidade atenuamente construída através do tempo por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos. Porém, partindo da teoria de biopoder de Foucault, Butler argumenta que é, justamente pelo fato de a instabilidade das normas de gênero estarem abertas à necessidade de repetição do mesmo, que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial. Assim, se o gênero é uma norma, ele também pode ser fonte de subversão e resistência.

**XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU:  
O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO  
DA VIDA HUMANA**

13 a 16 de setembro de 2010  
Instituição e localização: www.ihu.unisinos.br  
ou Central de Relacionamento Unisinos - (51) 3591 1022  
Local: Unisinos • Av. Unisinos, 950 • São Leopoldo • RS



**A próxima edição da IHU On-Line  
dará sequência ao debate do XI Simpósio  
Internacional IHU: O (des)governo  
biopolítico da vida humana.  
Confira novas entrevistas no dia 21-09-2010  
no endereço eletrônico [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

**B.**

**Destques da Semana**

# Memória

Raimon Panikkar (1918-2010).

## Panikkar e a eterna busca pela harmonia do saber

Para Victorino Pérez Prieto, Raimon Panikkar foi um dos grandes pensadores da nossa época, que insistia na busca da harmonia da realidade

POR GRAZIELA WOLFART

“Raimon Panikkar preferia falar de diálogo ‘intrarreligioso’ ao invés de diálogo inter-religioso. Um diálogo que começa no interior de nós, descobrindo a relatividade das nossas crenças (relatividade, não relativismo) e aceitando o desafio de uma mudança, de uma conversão; uma conversão que começa renunciando à pretensão de possuir toda a verdade; renunciar a uma ideia de verdade que se diz exclusiva, porque a verdade está acima de nós e da nossa religião. O seu projeto era alcançar um ecumenismo ecumênico, além do cristianismo, a busca da harmonia das religiões, além de um sincretismo e uma ‘teoria universal das religiões’, que vinha a ser uma espécie de absurdo ‘esperanto religioso’”. A definição é do teólogo Victorino Pérez Prieto. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line** ele fala sobre o legado de Raimon Panikkar, recentemente falecido. Para Victorino, Panikkar “era um homem de uma qualidade intelectual e humana excepcional; um filósofo e um teólogo, um sábio e um místico, um profeta do nosso tempo que rompeu as fronteiras estreitas do cristianismo e do ocidente para se abrir a todas as religiões e culturas”.

Victorino Pérez Prieto é teólogo e escritor. Atualmente dá aulas na Universidade de Santiago de Compostela. Estudou Filosofia e Teologia e doutorou-se em Teologia pela Universidade Pontifícia de Salamanca. É membro da Asociación de Teólogos Juan XXIII, da Asociación de Escritores en Lingua Galega, do Centro Interculturale Raimon Panikkar, da Argentina, e de outras associações. Ensaísta e publicista, publicou mais de uma dúzia de livros em galego e castelhano, entre os quais citamos *Más allá de la fragmentación de la teología, el saber y la vida: Raimon Panikkar* (Valência: Tirant lo Blanch, 2008). Confira a entrevista.

### IHU On-Line - Quem foi Raimon Panikkar?

Victorino Pérez Prieto - Raimon Panikkar foi um dos grandes pensadores da nossa época. Nestes dias depois de sua morte, temos lido que ele foi o maior na sua Catalunha natal depois do grande pensador medieval Raimon Llull<sup>1</sup>. Era um homem de uma qualidade intelectual e humana excepcional; um filósofo e um teólogo, um sábio e um místico, um profeta do nosso tempo que rompeu as fronteiras estreitas do cristianismo e do ocidente para se abrir a todas as religiões e cul-

turas. Teve uma vida longa e riquíssima; realmente excepcional pelas múltiplas realidades que nele convergiam: pela múltipla origem hindu-cristã, pelos seus estudos interdisciplinares (doutorados em Filosofia, Ciências e Teologia), pela sua interculturalidade e inter-religiosidade. Ele mesmo reconhecia o “risco existencial” como uma característica da sua própria existência, por estar enraizado em mais de uma cultura e religião; conforme consta no seu relato autobiográfico (*Autobiografía intelectual. La filosofía como estilo de vida*. Barcelona: Anthropos, 1985): “minhas circunstâncias pessoais me permitiram aceitar

o risco de uma conversão sem loucura, uma assunção sem repúdio, uma síntese e simbiose sem cair em um sincretismo ou ecletismo”. Como se escreveu sobre ele, é um místico portador de uma mensagem que apresenta um problema sem nunca se limitar ao todo constituído de uma instituição. Tivemos uma longa e intensa relação, intelectual e amistosa, alimentada, sobretudo, pelos nossos encontros na sua casa em Tavertet (Espanha). Ele foi um mestre e amigo; por isso me escrevia com frequência: “Lembro de ti e muito. Não deixes de me visitar em Tavertet. A uma certa idade, é preciso superar a tentação de se fazer de

difícil”, me escrevia. “A amizade, que é uma forma de amar, é uma virtude humana e, portanto, cristã”.

#### IHU On-Line - Quais os principais passos de sua trajetória?

**Victorino Pérez Prieto** - Panikkar nasceu em Sarriá-Barcelona (Espanha) em 1918, numa família católica, mas com uma circunstância excepcional: seu pai era indiano e de religião hindu, aristocrático de Kerala, no sul da Índia, e sua mãe era catalã, burguesa e profundamente católica. Ele assumiu esta dupla origem fazendo-a mais ainda sua: “Não me considero meio espanhol e meio indiano, meio católico e meio hindu, mas totalmente ocidental e totalmente oriental”. Educou-se com os jesuítas de Barcelona, e em seguida realizou os seus estudos universitários em Ciências e Letras entre as universidades de Barcelona, Bonn e Madrid; posteriormente cursou Teologia em Roma. É doutor nas três disciplinas com magníficas teses publicadas (*Filosofia: El Concepto de la naturaleza. Análisis histórico y metafísico de un concepto*. Madrid 1972; *Ciencias: Ontonomía de la ciencia. Sobre el sentido de la ciencia y sus relaciones con la filosofía*. Madri, 1961; *Teología: The Unknown Christ of Hinduism*. Londres, 1964). Ordenou-se sacerdote em 1946, em Madri. E em 1953 fez sua “viagem romana”, para ir no ano seguinte à Índia, a Varanasi. A permanência ali mudou a sua vida. No encontro com a religião e a cultura daquele país descobriu um modo diferente de pensar e ver a religião, Deus, o ser humano e o cosmos. O terceiro grande encontro depois do cristianismo e do hinduísmo foi com o budismo, mas este triplo encontro não lhe fez abandonar nenhuma das identidades anteriormente conquistadas. Na Índia trabalhou como pesquisador nas universidades de Vanarasi e Mysore, aprofundando-se nas raízes do hinduísmo e do budismo. Voltou várias vezes à Europa e viajou por todo o mundo, dando cursos e conferências.

#### Vida nos Estados Unidos

Em 1971, instalou-se nos Estados Unidos, primeiro em Harvard e depois, de maneira quase permanente, na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, como

## “Panikkar insistia na busca da harmonia da realidade, que expressa com seu conceito da ‘perspectiva cosmoteândrica’”

catedrático de Filosofia Comparada da Religião e História das Religiões. Ali se casou, mas sem abandonar o sacerdócio católico. Chegada a sua jubilação em 1987, Panikkar volta às suas raízes catalãs, instalando-se em Tavertet, onde viveu como um monge, com sua mulher e participando ativamente na vida cultural e religiosa catalã. Podemos falar de etapas na sua vida, as quais tenho recolhido no meu livro *Más allá de la fragmentación de la teología, el saber y la vida: Raimon Panikkar* (Prólogo de Raimon Panikkar, Valência 2008):

1. Etapa de estudos e atividade em Barcelona, Madri, Salamanca, Roma e outras cidades europeias (1918-1954).
2. Etapa da Índia. Simbiose cristã-hindu (1955-1966).
3. Etapa docente norte-americana (1966-1987).
4. Volta às suas raízes catalãs, para completar o ciclo vital (1987-2010).

#### IHU On-Line - Qual a principal contribuição de seu pensamento e de suas obras?

**Victorino Pérez Prieto** - Como expressei no meu livro citado anteriormente e, sobretudo, em outro mais centrado no seu pensamento (*Dios, Hombre, Mundo: La trinidad en Raimon Panikkar*. Prólogo de Xabier Pikaza, Barcelona, 2008), Raimon Panikkar sempre buscou a harmonia do saber, a harmonia entre a Filosofia, as Ciências e a Teologia. Insistia na busca da harmonia da realidade, que expressa com seu conceito da “perspectiva cosmoteândrica”: a realidade é trinitária, a comunhão perfeita, sem divisão nem confusão, entre Deus – a Divindade, o ser Humano – a Consciência e o Cosmos – a Matéria. Elaborou este pensamento interculturalmente, relacionando a

sabedoria de Ocidente e Oriente, e inter-religiosamente, pondo em relação o cristianismo, o hinduísmo e o budismo. Para ele era importante o pensamento e a filosofia, mas não menos importante a contemplação e a mística. E isto atinge toda a sua obra, que é a expressão da necessidade de integração do conjunto de toda a realidade em todas as suas dimensões. Além disso, Panikkar não só foi um criador de conceitos, como também de neologismos, palavras da sua autoria com as quais expressava esses conceitos novos: filosofia dialógica ou imperativa, ecosofia, tecnocronia, microdogia, katacronismo, pisteuma, equivalentes homeomórficos, ontonomia, diferença simbólica, hermenêutica diatópica, tempiternidade, intuição cosmoteândrica, etc.

#### IHU On-Line - Como o senhor entende os conflitos que Panikkar tinha com a Igreja?

**Victorino Pérez Prieto** - Os conflitos de Panikkar com a Igreja católica nascem, em primeiro lugar, pelo fato de o seu pensamento ser livre; fixado na tradição católica, mas aberto a outras tradições, que buscou harmonizar com esta, mas sem cair num sincretismo, coisa que não foi bem entendida por alguns, mergulhados em uma interpretação tradicional-conservadora-reacionária da fé católica. Além disso, os conflitos vêm do fato de ter casado apesar de ser sacerdote, rompendo, portanto, a norma do celibato, que considerava injusta e caduca, e por reivindicar o seu direito a continuar exercendo esse sacerdócio, que não era nem sequer exclusivamente cristão, sujeito ao direito canônico, mas que pertencia “à ordem de Melquisedec” (que não era nem sequer judeu).

#### IHU On-Line - Qual sua análise da frase de Panikkar “parti cristão, descobri-me hindu e retornei budista, sem ter jamais cessado de ser cristão”?

**Victorino Pérez Prieto** - Esta frase expressa três das identidades que Raimon Panikkar reconhece como próprias: cristianismo, hinduísmo e budismo. A estas três eu somaria a identidade de secular, das suas raízes no pensamento ocidental moderno, tal como escrevi no meu trabalho *Raimon Panikkar: 90 anos e quatro identidades* (Dialogal, 2008). As duas

“O seu projeto era alcançar um ecumenismo ecumênico, além do cristianismo, a busca da harmonia das religiões”

primeiras fazem parte das suas raízes e a terceira, um descobrimento posterior que faz na Índia. Ele comentou que foi à Índia como missionário para converter os hindus; mas que foram os hindus que o converteram; não tanto ao hinduísmo, mas a uma verdade mais profunda, que ele mesmo chamava de “mais católica”.

**IHU On-Line - Como a figura e o exemplo de Panikkar elucidam o debate atual sobre o pluralismo religioso e o diálogo inter-religioso?**

**Victorino Pérez Prieto - Raimon Panikkar preferia falar de diálogo “intrarreligioso” ao invés de diálogo inter-religioso. Um diálogo que começa no interior de nós, descobrindo a relatividade das nossas crenças (relatividade, não relativismo) e aceitando o desafio de uma mudança, de uma conversão; uma conversão que começa renunciando à pretensão de possuir toda a verdade; renunciar a uma ideia de verdade que se diz exclusiva, porque a verdade está acima de nós e da nossa religião. O seu projeto era alcançar um ecumenismo ecumênico, além do cristianismo, a busca da harmonia das religiões, além de um sincretismo e uma “teoria universal das religiões”, que vinha a ser uma espécie de absurdo “esperanto religioso”. Panikkar expressava isso com o conceito hindu dharma-samanvaya: “harmonização (convergência) de todos os dharmas ou religiões. Samanvaya não quer dizer necessariamente igualdade, mas comporta a esperança de que a cacofonia atual podia se converter numa sinfonia futura” (A nova inocência). Devemos aspirar à harmonia da vida e das religiões, não a uma uniformidade. Este é seu grande aporte ao diálogo religioso: todas as religiões são uma busca legítima de Deus, cada uma a sua maneira, ainda que as grandes religiões o façam de um**

jeito especialmente relevante. Todas se complementam.

LEIA MAIS...

>> Sobre Raimon Panikkar leia também:

- *Raimon Panikkar, buscador do Mistério*. Entrevista com Faustino Teixeira, publicada na IHU On-Line número 341, de 30-08-2010, disponível em <http://bit.ly/9UaUxJ>.
- *Panikkar, um filósofo para três religiões*. Matéria publicada no sítio do IHU em 31-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/a0s6yt>
- *Panikkar: o “monge” cujo verbo foi o diálogo entre as religiões*. Matéria publicada no sítio do IHU em 31-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/bT74A4>
- *O adeus a Panikkar, teólogo do diálogo igual entre as fés*. Matéria publicada no sítio do IHU em 31-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/ckiq7p>
- *Panikkar, ponte entre dois mundos*. Matéria publicada no sítio do IHU em 30-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/9JMIFQ>
- *O diálogo entre religiões e culturas perde Raimon Panikkar*. Matéria publicada no sítio do IHU em 30-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/agL8FA>
- *Ícone da Unidade, Raimon Panikkar*. Matéria publicada no sítio do IHU em 28-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/bLwKj0>
- *Raimon Panikkar, teólogo da dissidência*. Matéria publicada no sítio do IHU em 28-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/dtBaVI>
- *Panikkar, uma visão oriental do catolicismo*. Matéria publicada no sítio do IHU em 14-06-2010 e disponível em <http://bit.ly/cQdlAn>
- *Raimon Panikkar: felicidade no momento presente*. Matéria publicada no sítio do IHU em 20-05-2010 e disponível em <http://bit.ly/bTdXL>
- *Crer com o corpo: a lição de Raimon Panikkar*. Matéria publicada no sítio do IHU em 13-04-2010 e disponível em <http://bit.ly/aPUYGG>
- *O tempo do perdão e a lógica do inimigo*. Matéria publicada no sítio do IHU em 25-10-2007 e disponível em <http://bit.ly/9vFVgq>
- *“O grande desafio do terceiro milênio para o cristianismo é tornar-se realmente católico”*. Entrevista com Raimon Panikkar publicada no sítio do IHU em 04-01-2007 e disponível em <http://bit.ly/cZbHZl>
- *Por uma teologia pós-religião: sem dogmas nem doutrinas*. Matéria publicada no sítio do IHU em 18-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/bBTAnu>
- *“Deus está além das religiões”*. Matéria publicada no sítio do IHU em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/agwV4u>
- *Pannikar, pensador único e irrepetível*. Matéria publicada no sítio do IHU em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/cYiKXn>
- *Raimon Panikkar: diálogo e interculturalidade*. Matéria publicada no sítio do IHU em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/a5sc5N>
- *Unir céu e terra serve para restituir um sentido ao mundo*. Matéria publicada no sítio do IHU em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/dutFqn>
- *O adeus a Panikkar, teólogo da cosmoteandria*. Matéria publicada no sítio do IHU em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/aBSJYc>
- *Superar a cristologia tribal, o desafio proposto por Raimon Panikkar*. Matéria publicada no sítio do IHU em 02-09-2010 e disponível em <http://bit.ly/brL2kf>

Participe dos eventos do IHU.  
Informações em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Panikkar e a Teologia da Libertação

POR MARCELO BARROS

**R**ecebemos e publicamos a seguir o testemunho de Marcelo Barros, enviado à **IHU On-Line**, sobre Raimon Panikkar. Marcelo Barros é monge beneditino e biblista. Membro da Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT), é autor de 32 livros, entre os quais *O Amor fecunda o Universo - Ecologia e espiritualidade* (Editora Agir, 2009), em co-autoria com Frei Betto. Confira o artigo.

Raimon Panikkar se foi deste mundo no mesmo dia 27 de agosto, em que lembramos a partida de Dom Hélder Câmara<sup>1</sup>. Foi através deste bispo profeta que conheci Panikkar no final dos anos 60, quando este passava pelo Recife em uma viagem pelo Brasil. Dom Hélder Câmara o apresentou como um dos “nossos” teólogos na Europa. Naquela época não havia ainda surgido o conceito de “Teologia da Libertação”<sup>2</sup>. Compreendi que Panikkar era nosso no

<sup>1</sup> Dom Hélder Câmara (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Hélder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro, que pode ser lida em <http://migre.me/KtGO>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. O material pode ser acessado em <http://migre.me/KtIb>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Teologia da Libertação**: escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. (Nota da IHU On-Line)

sentido de que estava ligado à nossa busca de ligar profundamente a fé com a defesa da vida e a causa da justiça para toda a humanidade. Posteriormente, só o encontrei novamente, há poucos anos, em Barcelona. Entre aquele encontro dos anos 60 e este de 2002, conheci várias de suas obras. Embora ele nunca tenha assumido explicitamente a Teologia da Libertação, todas as pessoas que, no mundo e nas Igrejas, trabalham pela justiça podem considerá-lo “irmão e companheiro na tribulação e no testemunho do reino” (Ap 1, 9). Para nós, latino-americanos, isso se torna mais claro, principalmente, quando, a partir da preparação da 4ª Conferência do episcopado latino-americano, em Santo Domingos (1992), o diálogo das culturas e tradições espirituais se tornou questão central da vida e da Teologia da Libertação.

## Os diversos rostos do Cristo

Em 1978, no documento de Conclusões da Conferência de Puebla já aparece o tema do “rosto de Cristo no negro, no índio e nos diversos tipos de empobrecidos” (n. 31- 40). Nesta época, Panikkar já havia escrito: “Il Cristo sconosciuto del induísmo”<sup>3</sup>. A abordagem deste livro nos ajudou a relativizar nosso “cristocentrismo”, aprofundado a partir do catolicismo popular. Naquela época, os teólogos latino-americanos insistiam exata-

mente na figura histórica de Jesus<sup>4</sup> de Nazaré<sup>5</sup>. Panikkar ressaltava a distinção não tanto entre o Jesus histórico e o Cristo da Fé, como fazia a teologia ocidental dos anos 60, mas distinguia a figura histórica de Jesus e a dimensão misteriosa do Cristo, bem mais ampla e cósmica. Era a sua forma de contemplar o sentido salvífico das religiões orientais, sem cair no tal inclusivismo ocidental. Esta visão de Panikkar nos ajudava a aprofundar a presença do Cristo nas culturas e religiões populares. Nos anos 90, ao preparar o 9º Encontro intereclesial de CEBs em São Luiz (MA), Carlos Mesters<sup>6</sup> escreveu: “Jesus Cristo está presente no Candomblé”<sup>7</sup>. Isso lhe valeu um violento protesto da coordenação do Movimento de Renovação Carismática Católica em uma carta aberta aos bispos brasileiros.

Com sua proposta de uma visão cosmoteândrica<sup>8</sup>, Panikkar se colocou

<sup>4</sup> Sobre Jesus de Nazaré leia a IHU On-Line número 336, de 06-07-2010, intitulada *Jesus de Nazaré. Humanamente divino e divinamente humano*, disponível em <http://bit.ly/aB4gaM> (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> - Por exemplo: L. BOFF, *Jesus Cristo Libertador* (Vozes: Petrópolis, 1973); J. SOBRINO, *Cristologia a partir da América Latina* (São Paulo: Loyola, 1977). Em italiano JON SOBRINO, *Gesù Cristo Liberatore* (Assisi: Cittadella, 1993). (Nota do autor)

<sup>6</sup> Carlos Mesters: frei carmelita, holandês, radicado no Brasil, biblista, fundador do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI). Foi protagonista, no Brasil, da leitura popular da Bíblia. É autor de inúmeros comentários dos livros da Escritura Judaica e Cristã. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> - Cf. FREI CARLOS MESTERS, *Jesus e o Povo*, in *CEBs, Vida e Esperança nas Massas*, Textobase (São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996, pp. 128- 129). (Nota do autor)

<sup>8</sup> - Cf. R. PANIKKAR, *Las tres dimensiones de la realidad. La experiencia cosmoteândrica*,

muito próximo da Teologia Pluralista da Libertação, insistindo na centralidade do Espírito e do reino. (eu teria preferido que ele usasse o termo antropos no lugar de andros para evitar um enfoque especificamente masculino e centrar a questão no humano que é masculino e feminino).

### Sincretismo, diálogo intra-religioso e interculturalidade.

No caminho de inserção no Catolicismo popular e religiões ancestrais de nossos povos, um elemento central a ser compreendido é o que geralmente se chama de sincretismo. Em 1983, no livro “Igreja, Carisma e Poder”, Leonardo Boff dedicou um capítulo ao Sincretismo<sup>9</sup>. Em 1978, Panikkar publicara a primeira versão do seu “diálogo intra-religioso”<sup>10</sup>. Trata-se de não só dialogar com alguém exterior, mas carregar dentro de si mesmo as interrogações surgidas das diferentes tradições espirituais. É preciso expressar a fé não de modo relativista, mas relacional. “A finalidade do diálogo intra-religioso é a compreensão. Não se trata de ganhar o outro (em outro escrito ele chama isso de “diálogo dialético”), nem chegar a um acordo total, ou a uma religião universal. O ideal é a comunicação (diálogo dialogal), visando preencher o fosso de ignorância entre as diferentes culturas do mundo, deixando-as falar e expor abertamente suas intuições próprias em suas próprias linguagens”<sup>11</sup>.

Para uma Teologia da Libertação, empenhada em servir à vida e à libertação dos pobres, a questão do sincretismo aparece, em primeiro lugar, como elemento de resistência cultural. Durante séculos e até poucos anos, ser cristão era a única forma de negros e índios se sentirem “incluídos” na sociedade hegemônica. Ao mesmo tempo, ser do Candomblé ou de uma religião índia era uma forma de resistir e manter sua identidade cultural.

Madrid, Trotta, 1999. (Nota do autor)

9 - Cf. L. BOFF, Igreja, Carisma e Poder, Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 45 ss. (Nota do autor)

10 - R. PANIKKAR, The Interreligious dialog, New York, Paulist, 1978; (trad francesa: Paris, Aubier, 1985; na Itália, Assisi, Cittadella, 1988). (Nota do autor)

11 - PANIKKAR, R., The Intrareligious Dialogue, New York, Orbis, 1978, p. 27. (Nota do autor)

## “Acreditamos ser possível retomar o sopro profético de um novo mundo e uma nova espiritualidade possível”

Por isso, além de qualquer argumento religioso, era e é importante defender o direito das pessoas viverem essa integração como diálogo intra-religioso a serviço da libertação e da vida.

Uma vez, nos anos 80, vi um sacerdote tentar convencer um índio xavante de que ele não precisaria batizar seu filho. O índio respondeu: “O batismo é o único instrumento que o torna humano igual aos outros. Meu filho não tem o mesmo direito dos filhos dos brancos?”. Enquanto não conseguimos a transformação radical da sociedade e a convivência igualitária de todos em uma real interculturalidade, temos de garantir o profundo respeito e diálogo com a sensibilidade das pessoas envolvidas, no caso, as mais pobres e que lutam pelo reconhecimento de sua dignidade humana e cultural.

A reflexão de Panikkar sobre interculturalidade<sup>12</sup>, mesmo sendo “uma reflexão filosófica”, é um trabalho de teologia da libertação. Ali, ele denuncia a falácia do que, em geral, se chama de multiculturalismo e legitima a colonização<sup>13</sup>. Além de denunciar a opressão como faria um bom teólogo da libertação, ele trabalha a questão da interculturalidade para aprofundar o caminho da paz, no sentido de aliança de justiça, comunhão humana e com todos os seres vivos. Ele faz isso a partir de sua cultura que liga Ocidente e Oriente. A conclusão do livro é o capítulo no qual ele descreve nove sutras sobre a paz.

### Para continuar o caminho.

A intuição fundamental da Teologia da Libertação é ligar a fé e a espiritualidade com o compromisso de trans-

12 - Ver, por exemplo, em italiano R. PANIKKAR, *Pace e Interculturalità* (Milano: Jaca Book, 2002). (Nota do autor)

13 - idem, pp. 27 ss. (Nota do autor)

formação do mundo e de cada pessoa. Embora isso se realize a partir da prática, sem dúvida, uma reflexão como a de Panikkar, em seu livro “El espíritu de la Política - Homo Politicus”<sup>14</sup> propicia um aprofundamento da questão. Ali, diferentemente de nossas abordagens marcadas pela urgência do aqui e agora, ele toca na profundidade da natureza humana e vocação universal e comunitária do ser humano. Este livro é um bom instrumento para a elaboração de uma Teologia mundial da Libertação, desenvolvida nos três fóruns de Teologia e Libertação, ocorridos no contexto do Fórum Social Mundial e cuja quarta sessão se está preparando para Dakar (janeiro de 2011).

Atualmente, um desafio da Teologia da Libertação será a volta às bases. Além disso, de todos os cantos, vem o apelo por um maior aprofundamento de uma espiritualidade popular, laica, pluralista e libertadora. Na América Latina, chamamos isso de “espiritualidade macro-ecumênica”. Panikkar afirma: “a experiência religiosa ou mística, da qual somos conscientes, através da sensibilidade, da inteligência e do espírito, é o resultado de muitos fatores: experiência pessoal, linguagem, memória, interpretação, recepção e atualização. É a mais profunda experiência humana em sua plenitude irreduzível”<sup>15</sup>.

Nos anos 80, o livro de Panikkar “L’Éloge du Simple” (Aubier, 1985) me marcou profundamente, certamente porque sou monge e, desde minha juventude, acredito no que, na Idade Média, dizia o abade Santo Estêvão de Muret: “toda pessoa que busca a unidade interior é monge ou monja”. E justamente nos anos 80, eu procurava organizar um mosteiro beneditino aberto a leigos e leigas, ecumênico e no qual a vida monástica fosse uma forma de viver a vocação humana naquilo que ela tem de transcendente e de amorosidade. Em seu livro, Panikkar insiste nesta dimensão universal da monasticidade como busca de unidade presente no coração de toda

14 - A edição espanhola é de Barcelona (Ed. Península, 1999), a edição italiana é de Bologna (EDB, 1995). (Nota do autor)

15 - PANIKKAR, R., *De la Mistica - Experiencia plena de la Vida* (Barcelona: Herder, 2005, p. 131.) (Nota do autor)

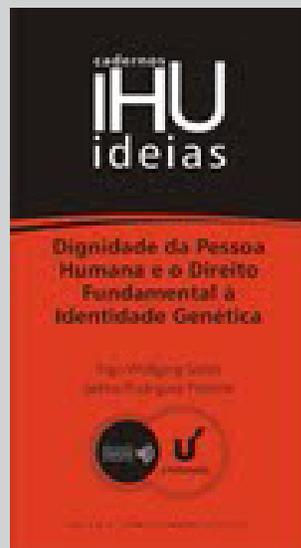
peessoa. A relação disso com a Teologia e a Espiritualidade da Libertação é que ele mostra como esta construção interior e íntima se realiza sempre no compromisso com os outros e em um contexto de algum modo comunitário.

Atribui-se a Eduardo de Filippo a afirmação: “O homem nasce velho e morre criança”. Este processo se dá pelo amadurecimento de uma espiritualidade que poderíamos chamar de humana e crística. Quem conheceu de perto Hélder Câmara e Raimon Panikkar pode testemunhar que ambos, apesar de aspectos frágeis e mesmo de suas contradições humanas, viveram isso profundamente. Neste sentido percorreram o caminho da libertação interior e das instituições mundanas e eclesiásticas, como processo de simplificação e mesmo de infância espiritual.

Acreditamos ser possível retomar o sopro profético de um novo mundo e uma nova espiritualidade possível. Fortalecidos pela herança espiritual de homens como Hélder Câmara e de Raimon Panikkar poderemos reinventar o caminho. Em uma conferência em Madrid, Panikkar contava: “Um pai da Igreja, um dos Gregórios, põe na boca de Abraão a seguinte reflexão: “Com minha família e os rebanhos, deixei Ur, na Caldéia, abandonei casa e tudo o mais, mas eu tinha dúvidas. Agora estou seguro de que a voz que me chamou era mesmo a voz do Senhor e tenho certeza disso porque não sei aonde vou”. Panikkar prossegue: “Se sabemos onde vamos, ao céu, ao inferno, a Deus ou ao Nada, ao Nirvana, não podemos ter uma espiritualidade realmente nova. Quem não recria a cada instante a sua vida, não refaz a cada momento a sua espiritualidade, quem não se deixa absorver pela realidade e não a recria com os meios que ela lhe oferece para ser realmente livre, de que espiritualidade está falando? O Espírito faz novas todas as coisas e sopra onde, quando e como quer”<sup>16</sup>.

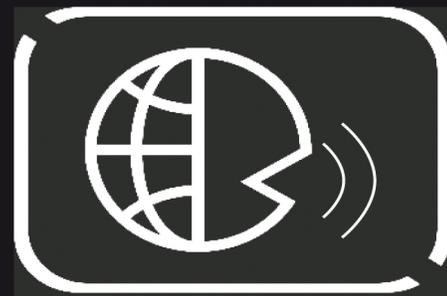
16 - R. PANIKKAR, *Movimientos Orientales de Espiritualidad*, in XXIV Congreso de Teología, (Espiritualidad para un mundo nuevo) (Madrid: Ciento Evangelio y Liberación, 2004, pp. 87-88). (Nota do autor)

## CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



## A diversidade cultural e o regionalismo na TV brasileira

POR SÉRGIO MATTOS\*

O multiculturalismo no Brasil, cuja principal característica é a miscigenação dos credos e culturas, ocorre desde a época da colonização. Esta mestiçagem cultural, no entanto, não é devidamente considerada pelos grupos de produção de conteúdos midiáticos que acabam tendendo para o estereótipo, contribuindo para a disseminação de preconceitos.

Sabe-se que o que diferencia as culturas são os valores, as identidades e os símbolos. No caso da televisão, as culturas regionais brasileiras são estereotipadas, a partir dos sotaques regionais, das danças típicas, da culinária e das músicas regionais, tais como o axé-music (ritmo baiano), do frevo (ritmo pernambucano) o forró (ritmo nordestino), ou pela culinária: a moqueca baiana, o churrasco gaúcho, o pão de queijo mineiro, o baião-de-dois cearense e outros.

Diferenças culturais regionais passaram a ser reveladas pela TV, que se transformou na maior mediadora cultural do país. Mas, ao transmitir uma programação baseada em informações fornecidas por agências noticiosas e produções internacionais, a televisão passou a ser responsável pelo processo de mundialização de um padrão do que seja cultura, contribuindo para

inviabilizar a divulgação da produção regional.

Num país cheio de diferenças culturais como o Brasil, a pluralidade de produção e distribuição de conteúdo tem que existir, mas a produção televisiva continua centralizada no eixo Rio-São Paulo, tendo como o maior produtor a Rede Globo, que tem difundido por todo o país o que Leonardo Brant classificou como sendo o “carioca way of life”. Tal padrão se viabiliza a partir da implantação da TV Globo, que trouxe ao país o videoteipe, permitindo a gravação e a exibição de um mesmo programa em várias regiões do país.

Diante disso, há um consenso de que a única maneira de se mostrar uma maior diversidade do ponto de vista geográfico é a descentralização da produção. No entanto, os programadores entendem “produção regional” como sendo aquela programação produzida e gerada por uma emissora afiliada dentro da grade nacional dirigida a um público específico em horário nobre.

Nos últimos cinco anos, com o objetivo de atender as demandas regionais, a Globo passou a reservar um espaço em sua programação total, uma média de 12 a 14 horas semanais,

\* Sérgio Mattos é mestre e doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos. É professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e autor de livros como História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política (Vozes, 2009, 4ª edição); Mídia controlada: história da Censura no Brasil e no mundo (Paulus, 2005); e O contexto midiático (IGHB, 2009) entre outros. Participa e contribui regularmente das atividades do Grupo Cepos.

para a transmissão das produções regionais, acompanhando a tendência de suas concorrentes. A partir daí foi identificado que, se o horário nobre nacional se estende das 18h:00min às 23h:00min horas, o horário nobre regional está concentrado no período das 12h:00min às 14h:00min horas, de segunda a sexta-feira.

Um levantamento feito pela revista *Veja* (edição de 05-08-2009), em capitais como Fortaleza, Macapá, Porto Alegre, Teresina, Recife, Salvador, Teresina, o percentual de televisores ligados durante esse horário nobre regional fica em torno dos 60% - um índice tão elevado quanto o noturno. Integram esse horário o telejornalismo e a programação esportiva. O sensacionalismo ocupa a maior parte do noticiário do horário nas emissoras do norte e nordeste do país. Em Pernambuco, o “Sem Meias Palavras”, da TV Jornal, atinge altos índices de audiência apresentando entrevistas de porta de delegacia. Na Bahia, o programa “Se liga Bocão”, da TV Itapoan, parceira da Record no estado, aumenta sua audiência transmitindo imagens chocantes, captadas pelos celulares dos espectadores. Entretanto, as produções regionais não vivem apenas do sensacionalismo, pois, como exemplo, tanto a gaúcha RBS quanto a pernambucana TV Jornal produzem especiais de teledramaturgia. A TV Diário, de Fortaleza, produz o humorístico “Nas Garras da Patrulha”, que também tem feito sucesso no YouTube, e o “Forrobodó”.

**“Num país cheio de diferenças culturais como o Brasil, a pluralidade de produção e distribuição de conteúdo tem que existir, mas a produção televisiva continua centralizada no eixo Rio-São Paulo, tendo como o maior produtor a Rede Globo”**

O debate sobre a regionalização da produção mereceu a atenção do Observatório do Direito à Comunicação - OCB, que, em 2009, promoveu um estudo intitulado “Produção Local na TV Aberta Brasileira”, com o objetivo de medir a presença de conteúdos regionais na TV aberta. O estudo envolveu 58 emissoras em 11 capitais das cinco regiões brasileiras e chegou à conclusão de que apenas 10,83% do tempo veiculado é ocupado com conteúdo de origem local.

O estudo do OCB constatou que dentre as redes nacionais, a que obteve o

maior percentual de programação regional foi a Rede Pública, com 25,55%, enquanto dentre as comerciais a que obteve melhor índice foi a Rede TV!, com 12,2%, seguida da Record, com 11,2%. A Rede CNT obteve média de 9,12%; a SBT ficou com 8,6%; a Rede Bandeirantes com 8,56%; e a Rede Globo, em último lugar, com média de 7% de programação regionalizada. Dentre os conteúdos analisados, o que apresentou maior presença foi o gênero jornalístico. Quanto à produção e veiculação de programas locais por regiões, o estudo constatou que a região com melhor média de produções locais foi o Sul, com 13,92%. A região Centro-Oeste, com 11,66% apareceu em segundo lugar. A região Norte ficou com 9,1%; a região Nordeste com 9,8%; e o Sudeste com 9,19%.

Para aumentar a quantidade de horas e de programas regionais nas emissoras de TV, garantindo a diversidade cultural regional e assegurando espaços para a transmissão das produções independentes nas grades das emissoras, é de fundamental importância a regulamentação do Artigo 221 da Constituição brasileira. Só com um novo marco regulatório poderemos garantir a presença da produção audiovisual independente nas grades das emissoras abertas e fechadas; estimular a produção independente de filmes e de programas de TV; ter um maior espaço para a programação regional na grade das emissoras; e estimular a produção local pelas próprias emissoras e por produtores independentes.



**Ouçá o programa!**

**Sexta 20h**  
**Domingo 21h**

**PERISCÓPIO DA MÍDIA**  
**Unisinos Fm 103.3**

periscopiodamidia@gmail.com

A indústria da Comunicação  
Social de cabeça para baixo

**Fone: 3591.1122**  
**Ramal:1356**



## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) de 07-09-2010 a 10-09-2010.**

**Online ou offline? Usos e apropriações das novas tecnologias**

**Entrevista especial com Adriana Amaral, professora da Unisinos**

**Confira nas Notícias do Dia de 07-09-2010**

**Disponível no link <http://bit.ly/cy75mv>**

A professora Adriana Amaral comenta como as novas ferramentas digitais estão fazendo parte da vida das pessoas e como elas estão se apropriando desses dispositivos.

**“Não existe lixo. Tudo é nutriente”**

**Entrevista especial com Jacques Saldanha, engenheiro agrônomo**

**Confira nas Notícias do Dia de 08-09-2010**

**Disponível no link <http://bit.ly/d8IBQw>**

O país passa a ter um marco regulatório na área de

resíduos sólidos. Nesta entrevista, Jacques Saldanha explica a Lei Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**A presença dos espíritos no imaginário da sociedade brasileira**

**Entrevista especial com Faustino Teixeira, teólogo**

**Confira nas Notícias do Dia de 09-09-2010**

**Disponível no link <http://bit.ly/c4EN6S>**

“A forma de viver a religiosidade no Brasil é bem mais alargada do que aquela declarada no Censo”, constata o teólogo.

**“O solo é o grande reservatório de carbono orgânico terrestre”**

**Entrevista especial com Carlos Schaefer, agrônomo**

**Confira nas Notícias do Dia 10-09-2010**

**Disponível no link <http://bit.ly/aopOJM>**

O aquecimento global vai tornar o clima “cada vez mais errático, mais cheio de altos e baixos e imprevisível”, constata o pesquisador.

**CICLO DE PALESTRA JOGUE ROAYVU: HISTÓRIA E HISTÓRIAS DOS GUARANI. PRÉ - EVENTO DO XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA: TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE**

**INFORMAÇÕES [WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista

# **XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL O (DES)GOVERN DA VIDA HUMANA**

**13 a 16 de setembro de 2010**

Informações e inscrições: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

ou Central de Relacionamento Unisinos - (51) 3591 1122

Local: Unisinos • Anfiteatro Pe. Werner • Av. Unisinos, 950 • São Leopoldo • RS

# ...HU: ...NO BIOPOLÍTICO ...NA

Apoio:



Promoção:



# CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA  
WWW.IHU.UNISINOS.BR

## A crise civilizacional e os desafios das alternativas energéticas

Para Heitor Scalabrini Costa, a mudança do atual modelo de produção e consumo passa pela “completa revisão do conceito de crescimento econômico adotado pela humanidade como verdade divina”

POR PATRICIA FACHIN

“**D**evemos visualizar e apontar para um mundo sem combustíveis fósseis, com matrizes energéticas que utilizam recursos energéticos locais, geridas e produzidas localmente de maneira descentralizada, evitando as perdas por transmissão e distribuição”. A ideia é defendida pelo físico Heitor Scalabrini Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Segundo ele, ao associar energia e desenvolvimento local com o conceito de cultura sustentável, “estaremos apontando para uma reconciliação entre a democracia política e a democracia econômica”.

Além de pensar alternativas para a atual geração de energia fóssil, o pesquisador aponta a “racionalização no uso da energia” como “ponto fundamental” para resolver os problemas energéticos da atualidade. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, Costa também destaca o potencial da energia das ondas em eletricidade. “As fontes de energia provenientes dos oceanos e dos mares possuem um enorme potencial energético disponível em uma área de 360,6 milhões de km<sup>2</sup> (70,7% da superfície do planeta Terra)”. De acordo com o professor, em conjunto, “o gradiente térmico, as ondas, as correntes marítimas, o gradiente salino e as marés, poderiam proporcionar muito mais energia do que a humanidade seria capaz de consumir, hoje ou no futuro, mesmo considerando que o consumo global tem dobrado de dez em dez anos”.

O **Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, discute a questão energética e as perspectivas de emergência de uma sociedade sustentável. Até o dia 18-9-2010, ocorre o segundo módulo, que discute a questão energética no mundo contemporâneo.

Heitor Scalabrini Costa é graduado em Física pelo Instituto de Física Gleb Wattaghin da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestre em Energia Solar, pelo Departamento de Energia Nuclear da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE- e doutor em Energética, pela Commissariat à l’Energie Atomique - CEA, Centre d’Etudes de Cadarache et Laboratoire de Photoelectricité Faculte Saint- Jérôme/Aix-Marseille III, França. Atualmente, coordena os projetos da ONG Centro de Estudos e Projetos Naper Solar, o Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis - Naper, e o Sendes - Soluções em Energia e Design da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Será necessário e possível, no futuro, criar matrizes energéticas descentralizadas? Como isso é viável?**

**Heitor Scalabrini Costa** - A diversificação da matriz energética mundial, baseada hoje principalmente no petróleo e seus derivados, é uma necessidade imposta pelos problemas, incertezas e

riscos causados pelos combustíveis fósseis. Devemos visualizar e apontar para um mundo sem combustíveis fósseis, com matrizes energéticas que utilizam recursos energéticos locais, geridas e produzidas localmente de maneira descentralizada, evitando as perdas por transmissão e distribuição.

A racionalização no uso da energia

é outro ponto fundamental. A União Europeia, por exemplo, estaria consumindo 50% mais energia se não tivesse adotada sérias medidas de conservação energética. Sendo algumas delas como o uso de geladeiras mais eficientes, automóveis com maior quilometragem por litro de combustível e muitas outras, relativamente simples,

que são bem conhecidas e testadas na prática. Nesta mesma linha, graças a programas de eficiência, lembremos também que o consumo de energia nos EUA, entre 1973 e 1988, não aumentou em um só kilowatt-hora, e nem assim prejudicou o crescimento do PIB, que foi de quase 40% nesse período.

### Produção de energia local

O envolvimento da comunidade na discussão, no planejamento e na gestão democrática dos recursos energéticos é chave para a sua soberania e para a sustentabilidade, e uma opção de resistência aos modelos centralizadores de recursos e poder que impõe aos povos altos custos econômicos, ambientais e sociais em troca do acesso a este bem de interesse comum que é a energia e que, portanto, deveria ser um direito de todo o cidadão, assim como direito a uma vida digna num ambiente saudável.

No Brasil, fontes energéticas, como a biomassa a partir de resíduos agrícolas (bagaço da cana, cascas de arroz, serragem), óleos vegetais (de soja, o dendê, mamona, etc.), florestas energéticas, a energia solar (térmica e fotovoltaica), a energia eólica, a energia produzida por micro e pequenas centrais hidrelétricas e a energia das ondas, constituem em um potencial enorme para o suprimento de energia. Como vantagens, podem ser aproveitadas de forma descentralizada, conforme as potencialidades e particularidades de cada região e de acordo com as necessidades e capacidades dos territórios. Ou seja, a necessidade de regionalização da matriz energética.

Assim, ao associarmos energia local, desenvolvimento local com o conceito de cultura do desenvolvimento sustentável, estaremos apontando para uma reconciliação entre a democracia política e a democracia econômica. O possível outro mundo vai exigir uma ciência econômica mais aberta, que incorpore estas dimensões.

Na minha visão, resgatar o potencial econômico da gestão local com energia local não envolve apenas eficiência de gestão empresarial e pública; ela envolve também colocar uma parte maior da economia na escala onde

## “Sou contrário ao projeto atual que tem concentrado todos os esforços em apoiar e incentivar a indústria do petróleo e do gás natural, a instalação de usinas nucleares e a construção de mega-hidrelétricas no norte do país”

as pessoas têm sobre ela um controle maior, resgatando assim o controle sobre as suas próprias vidas. Uma economia movida a fontes renováveis passa a pertencer ao cidadão, abre mais espaço para uma política que pertença ao cidadão.

### IHU On-Line - Que aspectos dificultam o desenvolvimento do mercado nacional de energias renováveis?

**Heitor Scalabrini Costa** - Se há um país no mundo que goza das melhores oportunidades ecológicas e geopolíticas para ajudar formular a possibilidade de uma matriz energética menos agressiva ao meio ambiente - à base da água, do vento, do sol, das ondas do mar e da biomassa -, este país é o nosso. Ele é a potência das águas, possui a maior biodiversidade do planeta, as maiores florestas tropicais. Entretanto, ainda não acordou para isso.

Infelizmente, temos avançado para um modelo de desenvolvimento econômico e social que privilegia o uso intensivo de recursos naturais, e o apoio governamental a grandes empresas que são historicamente contrárias a ter limites no uso dos recursos. O que é contrário aos interesses de um desenvolvimento sustentável.

Internacionalmente, o uso da energia solar térmica/fotovoltaica e energia eólica tem crescido rapidamente, impulsionado por diferentes mecanis-

mos de suporte ao mercado, baseado a promoção das tecnologias em subsídios prêmios e linhas especiais de crédito medidas de apoio campanhas públicas, educação ambiental incentivos fiscais, e obrigação legal de instalação ou preparação da instalação.

Há uma completa omissão do governo federal sobre a tecnologia solar. O aproveitamento é irrisório, tanto para aquecimento de água quanto para geração elétrica. No Brasil, um dos empecilhos para o desenvolvimento das energias renováveis é a inexistência de uma legislação federal que incentive políticas públicas nesta área.

Um alento foi o relatório sobre o **Projeto de Lei 630/2003**, que consolidou outros 18 projetos de lei que trata dos incentivos ao desenvolvimento das fontes renováveis de energia. Este PL trata da comercialização de energias renováveis, e a conexão delas à rede; o estabelecimento de contratos de longo prazo entre os geradores e as distribuidoras de energia, o que dá um mínimo de segurança aos investimentos em usinas de geração renovável; a criação de programas para a geração de energia renovável em sistemas isolados; institui a renúncia fiscal para a importação de equipamentos para a geração a partir de fontes renováveis; restringe a participação de termelétricas fósseis nos leilões de energia; prevê a criação de um fundo para a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis. Fundos como estes são importantes para a capacitação tecnológica e técnica do país, sem as quais seria impossível o desenvolvimento interno de pesquisas e equipamentos.

Até hoje não foi votado por falta de vontade política. Portanto, sem dúvida alguma, o que dificulta uma maior disseminação das tecnologias energéticas renováveis em nosso país é a falta de uma definição política.

### IHU On-Line - Considerando a atual conjuntura nacional, que projeto energético seria adequado para o país?

**Heitor Scalabrini Costa** - Sou contrário ao projeto atual que tem concentrado todos os esforços em apoiar e incentivar a indústria do petróleo e do gás natural, a instalação de usinas

nucleares e a construção de mega-hidrelétricas no norte do país.

Senão, vejamos:

O **Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (22-01-2007)** destinou investimentos em combustíveis fósseis (petróleo e gás) da ordem de R\$ 179 bilhões. Com o setor elétrico abocanhando R\$ 65,9 bilhões para a geração de energia (grandes usinas, termelétricas e usinas nucleares) e R\$ 12,5 bilhões para a transmissão e distribuição. Enquanto que, para as fontes renováveis de energia, foram destinados R\$ 17,4 bilhões para a produção do etanol e do biodiesel.

No **Plano Nacional de Energia 2030**, os cenários traçados pelo governo para geração de energia elétrica nos próximos anos prevêem, além do aumento de usinas termelétricas, principalmente a combustíveis fósseis, a construção de usinas hidrelétricas na região Amazônica, e a reativação do polêmico plano de construção de novas usinas nucleares no país, inclusive duas delas no Nordeste brasileiro.

A proposta energética governamental apoiada por setores empresariais, juntamente com interesses localizados na academia pelo programa nuclear, e pelos militares que sonham com a bomba nuclear, se baseia em um modelo “ofertista” cujo suprimento será a partir de recursos fósseis, mega-hidrelétricas e de usinas nucleares.

Portanto, para concretizar em nosso país uma estratégia em bases sustentáveis, é necessário modificar profundamente as atuais políticas energéticas. Elas precisam e devem ser substituídas por um projeto diferente, contemporâneo dos desafios e possibilidades do século XXI, para que tenhamos segurança energética a curto e a longo prazo, com a regionalização, diversificação e a complementaridade da matriz energética nacional.

A transição da matriz insustentável para uma sustentável implicará uma crescente racionalização do consumo e eficiência na produção, paralelamente ao emprego de energias renováveis (eólica, solar térmica e fotovoltaica, ondas, biomassa e **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)** e à redução do emprego de fontes não renováveis, como o petróleo, o gás natural

## “A energia das ondas tem sido considerada uma das mais promissoras fontes de energia renovável”

e minérios radioativos.

Existem trabalhos que demonstram não ser necessário construir mais usinas para aumentar a oferta de energia no país. Basta racionalizar o uso, tornar a produção mais eficiente, e apostar no potencial de fontes renováveis que dispõe um país solar como o Brasil. Para isso é necessário uma decisão política que conduza o país para um futuro limpo, sem corrupção.

### IHU On-Line - Qual o potencial das energias renováveis no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas?

**Heitor Scalabrini Costa** - No que chamamos de desenvolvimento sustentável, a energia como “mola propulsora” da economia tem um papel fundamental no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas recorrentes. E aí recai a importância das escolhas energéticas, que devem priorizar a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e, assim, mitigar os impactos do aquecimento global. Tarefa urgente para ser cumprida, pois as evidências confirmadas cientificamente pelos relatórios do **Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC**, da ONU, mostra o papel do homem na degradação ambiental, principalmente devido ao uso e à produção de energia.

Logo, trazer toda a humanidade a um padrão de vida digno, com acesso à alimentação adequada, à saúde, à educação e a oportunidades de trabalho é uma questão que passa pela mudança de paradigma, e constitui em um grande desafio. Visto que, para continuar o crescimento da produção e do consumo atuais, como é proposto pelo modelo vigente, precisaríamos de mais de um planeta Terra para atender a estas necessidades, pois hoje já são consumidos recursos naturais a uma taxa 30% maior do que a Terra tem condições de repor.

Para se chegar à sustentabilidade, é indispensável que se criem e apliquem mecanismos pelos quais a expansão dos sistemas e a escolha das fontes de energia independa das atuais estruturas de custos e passem a ser regidas por critérios ligados aos impactos provocados sobre o meio ambiente, pela produção e consumo de energia.

### IHU On-Line - Qual é o potencial energético dos mares? O país tem capacidade para ter tecnologia própria nesta área?

**Heitor Scalabrini Costa** - A energia das ondas tem sido considerada uma das mais promissoras fontes de energia renovável. As fontes de energia provenientes dos oceanos e dos mares possuem um enorme potencial energético disponível em uma área de 360,6 milhões de km<sup>2</sup> (70,7% da superfície do planeta Terra), coberta por massas de água. Essas gigantescas massas de água que cobrem dois terços do planeta constituem o maior coletor de energia solar imaginável. Sabemos que a energia de origem solar não incide de igual modo sobre a Terra, sendo que a maior parte desta radiação atinge uma faixa, a volta do Equador terrestre, entre 34° N e 34° S. Nesta região, se concentra grande potencial energético que pode ser extraído dos oceanos.

As ondas se formam pela ação do vento sobre a superfície da água, que cria forças de pressão e fricção que perturbam o equilíbrio da superfície dos oceanos. O vento transfere parte da sua energia para a água através da fricção entre o vento e a água. Quanto maior a força do vento, duração e comprimento sobre o qual ele atua na superfície, maior será a altura das ondas. Essas ondas formadas viajam grandes distâncias até atingir a costa. Podemos ter vento forte no meio do oceano, a cerca de 2 mil quilômetros do litoral, que as ondas geradas naquele local pelos ventos fortes vão até a costa. Existe uma grande variedade de tecnologias para o aproveitamento da energia das ondas. A potência extraível das ondas é proporcional ao quadrado da amplitude, podendo variar entre 20 a 70 km/m.

A maioria dos projetos de utilização desta forma de energia usa o mesmo princípio, onde a onda pressiona um

corpo oco, comprimindo o ar ou um líquido, ou seja, a energia cinética do movimento ondular move uma turbina ligada a um gerador. A energia mecânica da turbina é transformada em energia elétrica através do gerador. Quando a onda se desfaz e a água recua, o ar desloca-se em sentido contrário passando novamente pela turbina, entrando na câmara por comportas especiais normalmente fechadas.

De acordo com estudos já realizados, a exemplo de alguns disponibilizados pela **Agência Internacional de Energia**, uma onda de três metros de altura pode conter pelo menos 25 kW de energia por metro de frente. O problema ainda não resolvido tecnologicamente é como transformar toda essa energia em eletricidade de maneira eficiente, sem perdas e garantindo alto rendimento.

Em conjunto, o gradiente térmico, as ondas, as correntes marítimas, o gradiente salino e as marés, poderiam proporcionar muito mais energia do que a humanidade seria capaz de consumir, hoje ou no futuro, mesmo considerando que o consumo global tem dobrado de dez em dez anos.

Os mares e oceanos representam quase 98% da água encontrada na Terra. As grandes energias utilizáveis do oceano podem ser classificadas, pelo seu potencial, do seguinte modo:

a) a exploração do gradiente térmico entre a superfície e o fundo: 40 bilhões de MW;

b) a exploração dos gradientes de salinidade, por exemplo, na foz dos rios: 1,4 bilhões de MW;

c) a exploração das correntes marinhas: 5 milhões de MW;

d) a exploração das marés: 2,7 milhões de MW;

e) a exploração das ondas: 2,5 milhões de MW.

Especificamente, as marés são as alterações do nível das águas do mar causadas pela interferência gravitacional da Lua e do Sol (com menor intensidade, devido à distância) sobre o campo gravitacional da Terra.

A ideia de extrair energia acumulada nos oceanos, utilizando a diferença da maré baixa e da maré alta, não é nova. Já no século XII havia na Europa moinhos submarinos que eram instala-

“O desafio que se coloca neste início do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização. É preciso construir uma nova ordem internacional, que respeite a soberania dos povos e das nações. Deslocar, num curto espaço de tempo, o eixo da lógica ‘viver é produzir sem fim e consumir o mais que pode’”

dos na entrada e saída de baías. O fluxo e o refluxo das águas moviam as pedras de moer. A energia que pode ser captada a partir das marés se faz de modo semelhante ao aproveitamento hidroelétrico, que consiste de: um reservatório junto ao mar, através da construção de uma barragem, e uma casa de força (turbina + gerador). O aproveitamento é feito nos dois sentidos: na maré alta a água enche o reservatório, passando através da turbina, e produzindo energia elétrica, na maré baixa a água esvazia o reservatório, passando novamente através da turbina, agora em sentido contrário ao do enchimento, e produzindo energia elétrica.

Em 1967, os franceses construíram a primeira central maremotriz, ligada à rede nacional de transmissão. Uma barragem de 710 m de comprimento, equipada com 24 turbinas, fechando a foz do rio Rance, na Bretanha, aproveitando uma diferença de marés de 13,5 m, produzindo assim uma potência de 240 MW.

No entanto, a captação desse tipo de energia é restrita a poucas localidades no mundo, pois o desnível das marés deve ser superior a sete metros. No Brasil, os locais favoráveis à construção de estações para o aproveitamento dessa forma de energia são o estuário do rio **Bacanga**, em **São Luís-MA**, com marés de até sete metros, e, principalmente, a **ilha de Macapá-AP**, com marés de 11 metros.

Com 8,5 mil quilômetros de costa e cerca de 70% da população ocupando regiões litorâneas, o Brasil apresenta condições mais do que propícias para obter vantagens com esta fonte de energia abundante, renovável e não poluente.

Nos últimos anos da década de 1990, ficou claro que a conversão da energia das ondas em eletricidade é uma possibilidade real. O Reino Unido instalou seu primeiro dispositivo interligado ao sistema elétrico no ano 2000. Atualmente só no Reino Unido existem sete projetos, dois em operação e cinco em estágio avançado de desenvolvimento.

Atualmente, tem ocorrido um grande avanço na implantação de usinas de energia das ondas em vários países da Europa, principalmente no Reino Unido, Espanha, Austrália e Japão.

Logo, nosso país apresenta um potencial significativo que não está sendo aproveitado, estimado em vários estudos em:

a) 143.000 MW para a energia eólica;

b) 10.000 MW para PCHs;

c) 4.000 MW para o bagaço da cana-de-açúcar;

d) 1.300 MW com o uso da casca de arroz e papel/celulose em termoelétricas;

e) além do aquecimento solar de água que poderia substituir o chuveiro elétrico, e assim economizar em torno de 10% da energia elétrica consumida no país.

Para a instalação de usinas maremotrizes são necessários altos investimentos, sendo sua eficiência baixa (aproximadamente 20%). Com relação aos impactos ambientais, os mais comuns estão relacionados à flora e fauna. Porém, esses impactos são bem inferiores se comparados aos causados por hidroelétricas instaladas em rios. Outro agravante é a possibilidade do rompimento das estruturas por fura-

cões, terremotos ou qualquer razão que leva a uma inundação da região costeira. Os riscos ocupacionais também são elevados durante a construção da estrutura da usina, que requer operações abaixo do nível d'água.

**IHU On-Line - Discute-se no país a questão da energia nuclear. Qual sua opinião sobre esse modelo energético?**

**Heitor Scalabrini Costa** - Que no caso específico da energia nuclear para geração de eletricidade, nosso país, e em particular a região Nordeste, não precisa desta fonte energética. Foi um grande equívoco a tomada de decisão em reativar o programa nuclear brasileiro com a instalação de novas usinas nucleares no país, além de **Angra 3**, a construção de mais quatro usinas, sendo 2 na região Nordeste.

As energias renováveis abundantes em nosso país são suficientes para atender a oferta de energia de que ele necessita em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Gostaria de tornar público e denunciar que o governo estuda abrir à iniciativa privada a construção e operação de usinas nucleares, o que é constitucionalmente monopólio do Estado. O governo não possui fôlego para construir sozinho as quatro plantas nucleares previstas no **Plano Decenal de Energia**, estimada em R\$ 50 bilhões, e assim espera obter estes recursos quebrando o monopólio.

**IHU On-Line - Em que medida repensar a questão energética no mundo contemporâneo requer pensar um novo paradigma civilizacional?**

**Heitor Scalabrini Costa** - Decorrente das políticas econômicas contemporâneas o mundo só conseguiu produzir menores taxas de crescimento, maior desigualdade social e crises recorrentes, que culminaram com os graves problemas enfrentados na atualidade: a recessão-depressão econômica, a insegurança energética e alimentar e o aquecimento global. E, agora, uma conjuntura de desemprego e ampliação da miséria. A crise atual, portanto, não é apenas financeira; trata-se de uma crise profunda que põe em cheque a forma de produzir, comercializar e consumir. O modo de ser humano. Uma crise de valores.

Se o atual modelo de produção e consumo, que tem sua base nos combustíveis fósseis, não for profundamente alterado, todos serão atingidos, ricos e pobres. Essa transformação passa pela completa revisão do conceito de crescimento econômico adotado pela humanidade como verdade divina. Está provado que a ideia segundo a qual a humanidade pode crescer indefinidamente a partir da “transformação da natureza” vai nos levar ao suicídio global. É preciso interromper o quanto antes essa corrida ao abismo.

Os bens da natureza são para sustentar a vida humana e não para satisfazer os cofres das companhias multinacionais ou nacionais que, aliás, nem sempre lembram que o fim último das atividades é manter a vida sobre a Terra e não destruí-la para o benefício limitado de umas poucas pessoas ou entidades.

Portanto, o desafio que se coloca neste início do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização. É preciso construir uma nova ordem internacional, que respeite a soberania dos povos e das nações. Deslocar, num curto espaço de tempo, o eixo da lógica “viver é produzir sem fim e consumir o mais que pode” que leva a acumulação, para uma lógica em função do bem estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representa uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

**LEIA MAIS...**

>> Heitor Costa já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. O material está disponível no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

• *Uma matriz energética sustentável só será possível a partir da mudança dos modos de produção e de consumo da sociedade.* Entrevista especial com Heitor Scalabrini Costa, publicada nas **Notícias do Dia** 17-09-2007. Acesse no link <http://bit.ly/bHEA9j>;

• *Plantar para quê e para quem?* Entrevista publicada na revista **IHU On-Line** 258, de 19-05-2008. Disponível no link <http://bit.ly/cDuC1J>;

• *Mudança na matriz energética requer transformações nos padrões atuais de produção e consumo.* Entrevista publicada na revista **IHU On-Line** 236, de 17-09-2007. Acesse no link <http://bit.ly/9dpU30>.

SIGA O IHU NO TWITTER

[http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)

## Os guarani: um povo instituído pela memória mítico-histórica indígena

De acordo com o sociólogo Walmir Pereira, “a verdadeira natureza do homem guarani, sua humanidade, provém de um caráter divino que remonta às origens do cosmos, sendo que esta experiência aparece como fundamento do ser no universo”

POR PATRICIA FACHIN

“**P**ortadores de uma identidade étnica e cultural específica, os guarani contemporâneos desenvolvem uma incessante luta pelo reconhecimento de seus direitos originários aos espaços habitados desde os tempos imemoriais nas terras baixas da América do Sul”, menciona Walmir Pereira, na entrevista que segue, concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

Segundo o pesquisador, as coletividades indígenas que migraram para as cidades nos últimos anos do século XX e primeiros anos do século XXI, não perderam traços diacríticos identitários, ao contrário, realçaram “as diferenças entre os modelos de perceber e experienciar a vida social permitindo, assim, que a etnicidade indígena apareça com força político-cultural renovada”. Nesse sentido, citando Boaventura de Souza Santos, Pereira enfatiza que “os povos e coletividades indígenas no Rio Grande do Sul devem ter o direito de invocar sua diferença toda vez que a igualdade lhes discriminar e reivindicar a igualdade toda vez que a diferença lhes desqualifique”.

*Os guarani contemporâneos* é o tema da palestra que Walmir Pereira ministrará na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, no dia 16-09-2010, às 19h:30min. O evento faz parte do **Ciclo de Palestra Jogue Roayvu: História e Histórias dos guarani**. Pré - evento do **XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**.

Walmir Pereira é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Atualmente é docente nesta universidade. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Como o senhor descreve a identidade dos guarani contemporâneos? Quais suas características?**

**Walmir Pereira** - Portadores de uma identidade étnica e cultural específica, os guarani contemporâneos desenvolvem uma incessante luta pelo reconhecimento de seus direitos originários aos espaços habitados desde os tempos imemoriais nas terras baixas da América do Sul. Concomitante a este movimento de caráter etnopolítico, mantém-se falantes da língua guarani, ativistas de práticas espirituais e zelosos da persistência de vários aspectos da cultura material tradicional.

Contemporaneamente entre os guarani, a verdadeira natureza do homem guarani, sua humanidade, provém de um caráter divino que remonta às origens do cosmos, sendo que esta experiência aparece como fundamento do ser no universo. A sociocosmologia guarani conduz a uma profunda interação entre concreto e abstrato, natureza e cultura, humanidade e divindade, entre heróis mitológicos, deuses e humanos. Os guarani desenvolveram historicamente um tipo ideal de comportamento esperado por sua tradição cultural, melhor dizer instituído pela memória mítico-histórica indígena, visão que é projetada e vivida como

uma certeza que cada pessoa carrega consigo em particular, assim como a própria sociedade guarani em sua totalidade. O diálogo com os espíritos, pautado pela constância diária, levado a efeito no templo-opy pela atuação xamânica dos líderes espirituais mediadores das relações entre os mundos natural, social e o sobrenatural, constitui um valioso legado da tradição cultural mbya à humanidade. Os guarani contemporâneos, em especial os mbya, têm plena confiança que seus ancestrais, ocupantes originários da primeira terra (*yvy tenonde*), foram criados por e na palavra. Como desiderato desta crença, à palavra é con-

ferido o poder de instaurar a comunicação perfeita, dialógica e harmônica entre os mundos socioterrenal, o mundo dos espíritos e seres da natureza e o mundo dos entes sobre-humanos, as divindades.

**IHU On-Line - Como o senhor descreve a cultura milenar guarani? Com o processo de urbanização dos indígenas, que aspectos culturais ainda são preservados?**

**Walmir Pereira** - O povo ou sociedade guarani existe espacial e temporalmente, conforme atestam investigações e estudos arqueológicos, linguísticos e etnoarqueológicos, provavelmente há 5.000 anos antes dos acontecimentos históricos que culminaram com o evento-invasão de população não-indígena no espaço socioambiental e territorial do Novo Mundo. Destarte, as parcialidades constitutivas do povo guarani e sua milenar tradição linguístico-cultural e sociocossmológica estão presentes no continente, reproduzindo seu *modus vivendi* tradicional e imemorial, muito antes da América ser moldada geográfica e politicamente pelos modernos Estados Nacionais latino-americanos, emergentes das ações sociopolíticas de independência continental frente aos reinos Ibéricos.

Os guarani têm seu centro de origem e processo dispersivo na região amazônica, *locus* a partir de onde possivelmente teriam partido e, a partir de então, consolidado um movimento de expansão e ocupação de espaços territoriais no continente americano. Nessa empreitada, conquistadora e colonizadora em direção ao território meridional da América do Sul, os grupos e parcialidades guarani percorreram distâncias imensas em um período epocal de longa duração. Em termos linguísticos, a língua guarani falada pelos grupos étnicos kaiová, mbya e ñandeva ou xiripa, tradicionais habitantes das Terras Baixas sul-americanas, enquadra-se na família linguística Tupi-guarani, pertencente ao tronco Macro Tupi. A referida família encontra-se presentemente subdividida em três ramos dialetais: o kaiová, o mbya e o ñandeva, os quais compõem uma unidade linguística e sociocultural relativamente homogênea.

## “A sociocossmologia guarani conduz a uma profunda interação entre concreto e abstrato, natureza e cultura, humanidade e divindade, entre heróis mitológicos, deuses e humanos”

Grosso modo, esses indígenas vêm reproduzindo, milenarmente, características distintivas de seu *modus vivendi*, marcas identitárias e de pertencimento - assentadas particularmente na organização social do parentesco, espiritualidade e domínio socioambiental do espaço -, que conformam uma cultura prático-simbólica e cosmologia singular. Em boa medida corroboro, também, as assertivas de especialistas em antropologia guarani que atestam, em estudos das últimas três décadas, que os guarani inseriram e continuam a inserir ao longo de sua longa história tênues modificações, ressignificações e ressemantizações em sua cultura, propiciadas, sobretudo, pela experiência drástica da situação de contato vivenciada a partir do processo de invasão espanhola e portuguesa em seus espaços tradicionais de domínio.

É interessante perceber que, especificamente no que tange aos casos brasileiro e gaúcho em particular, a presença de indígenas guarani - assim como de outros grupos étnicos e coletividades indígenas que migraram para as cidades nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI, ao invés de ter levado à invisibilização ou acarretar a perda de traços diacríticos identitários - têm produzido o efeito contrário de realçar as diferenças entre os modelos de perceber e experienciar a vida social permitindo, assim, que a etnicidade indígena apareça com força político-cultural renovada. Em que pese o aparecimento de

novas situações de risco e problemas de marginalização e preconceito aberto, também detectáveis nos processos de urbanização dos coletivos indígenas, a tônica que tem preponderado é a de reforço dos laços de solidariedade e vínculos coletivos que podem ser expressos na máxima segundo a qual na cidade os indígenas são (tornam-se) mais indígenas ainda, quando comparados com os processos de fricção interétnica experimentados nos espaços confinados das terras e reservas indígenas que concentram-se em espaços territoriais ruralizados.

**IHU On-Line - Como, ao longo da história desse povo, foram incorporados novos valores e interesses?**

**Walmir Pereira** - Naturalmente, considerando o axioma de que a cultura é dotada de dinamismo e que encontra-se em constante transformação, era previsível, do ponto de vista das ciências antropológicas, que os guarani e sua cultura milenar, assim como todas as demais culturas humanas, também experimentassem mudanças em sua trajetória histórica. Um bom exemplo de incorporação de novos valores é a figura do cacique líder político, fenômeno que apareceu com ênfase no Novo Mundo, sendo, virtualmente, uma (re)elaboração do universo colonial espanhol, ainda que o mesmo já existisse entre os guarani pré-colombianos. Até então, ele não tinha experimentado a importância e a força política que lhe foi atribuída no espaço reducional das Missões, local em que tal personagem emergiu como um poder nativo importante cujo poder se contrapunha a um “outro” poder indígena arraigado que se pretendia proscrever, o dos xamãs. Esses ofereciam resistência à conversão e aos valores ocidentais, além de incitarem os guarani a se engajarem em inúmeras rebeliões contra a presença de espanhóis e religiosos em seus espaços territoriais e imemoriais na região Platina da América do Sul.

**IHU On-Line - Quais os desafios das políticas públicas no sentido de garantir o respeito e reconhecimento das alteridades e coletividades indígenas guarani, especificamente os que ocupam o território gaúcho?**

**Walmir Pereira** - Acredito que seja uma legítima tarefa de Sísifo o enfrentamento efetivo e a resolução da problemática indígena no espaço social e territorial gaúcho. Em termos da constituição de políticas públicas, responsáveis e socialmente justas, creio que podemos elencar: a) estabelecimento de um diálogo intercultural em que a escuta das alteridades charrua, guarani, kaingang e xokleng seja o ponto de partida para toda e qualquer intervenção no campo das ações, programas e projetos que visem minorar a difícil e injusta situação dos indígenas nos campos da subsistência, saúde, educação, acesso às terras, produção e reprodução biológica e cultural; b) o trabalho diligente de técnicos do poder público, acadêmicos e representantes de ONGs, no sentido de, reconhecendo as assimetrias de poder existentes, trabalhar para desconstruir a visão dominante que desqualifica os indígenas como sujeitos de direitos específicos e dignos de exercerem a condição de cidadania plena; c) diante deste contexto marcadamente desfavorável, entendo que o processo de superação das iniquidades existentes, e das formas conexas de intolerância e não reconhecimento, repousa no imperativo de modificação das estruturas e mecanismos políticos, econômicos e socioculturais que tem permitido a reprodução da discriminação e dos efeitos de exclusão e marginalidade em todos os âmbitos da vida dos povos e coletividades indígenas que ocupam espaços territoriais no Rio Grande do Sul.

Por fim, acredito produtor erigir como princípio ético-político legítimo a ser instituído entre nós a proposição assinalada por Boaventura de Souza Santos, a respeito da relação igualdade/diferença na modernidade contemporânea, ou seja, no caso em questão, o reconhecimento de que os povos e coletividades indígenas no Rio Grande do Sul devem ter o direito de invocar sua diferença toda vez que a igualdade lhes discriminar e reivindicar a igualdade toda vez que a diferença lhes desqualifique.

**IHU On-Line - Como vivem as atuais comunidades indígenas no Rio Grande do Sul?**

**Walmir Pereira** - Atualmente no estado vivem indígenas representantes de quatro povos e coletividades indígenas: charrua, guarani, kaingang e xokleng. Essas alteridades indígenas originárias e suas coletividades desenvolvem processos identitários em constante relação com os direitos coletivos, em especial nas modalidades territoriais e socioculturais, e os dispositivos jurídicos e políticos vigentes em escalas internacionais, nacional e locais. A totalidade das coletividades e famílias indígenas ocupantes de espaços territoriais no Rio Grande do Sul subsiste presentemente em terras indígenas, aldeias, acampamentos e cidades espalhados em varias regiões do estado. A subsistência desses nossos contemporâneos indígenas e de seus coletivos está ancorada predominantemente em atividades de produção agrícola familiar e na confecção e comercialização de artesanato.

**IHU On-Line - Como é tratada, no Brasil, a questão da saúde e do saneamento básico para povos indígenas, em especial para os guarani? Quais os desafios para garantir a atenção à saúde e ao saneamento básico para esses povos?**

**Walmir Pereira** - No plano normativo, os povos e coletividades indígenas que ocupam espaços territoriais no Brasil, em especial os guarani, têm direitos ao pleno exercício das medicinas tradicionais próprias e a manter suas práticas de saúde, aí incluindo a conservação de seus acervos de plantas domesticadas e minerais de interesse vital, sob o ponto de vista curativo e do bem estar social e espiritual. As pessoas indígenas também têm direito constitucional assegurado ao acesso, sem discriminação alguma, a todos os serviços sociais e de saúde pública existentes no país. O governo federal e os entes federados devem providenciar as medidas que sejam necessárias a fim de que se efetive progressivamente a plena realização deste direito. Já no plano empírico, a realidade prática apresenta contextos de saúde e sanitário problemáticos para os indígenas. O atendimento básico de saúde e as ações sanitárias junto aos coletivos e indivíduos indígenas estão sob

responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, embora exista decisão federal que prevê a criação de uma secretaria especial para tratar desta temática e da materialização de políticas públicas para o setor. Nesse ínterim, o atendimento vem ocorrendo majoritariamente nas próprias aldeias por meio de equipes de saúde vinculadas aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs, sendo que o trabalho nos postos de saúde circunscritos aos Distritos Sanitários é desenvolvido pelos agentes indígenas de saúde e de saneamento. Os casos de maior complexidade estão sendo encaminhados para hospitais regionais e para as unidades de referência denominadas Casa de Saúde do Índio. No caso particular dos guarani, mister o registro de que este povo, suas coletividades e grupos familiares, possui concepções, valores e formas próprias de vivenciar o processo saúde-doença. Neste sentido, as ações de prevenção, promoção e proteção da saúde advindas da biomedicina devem reconhecer esses aspectos como centrais no diálogo entre profissionais e gestores do campo da saúde com os usuários indígenas, observando os contextos e o impacto histórico da relação de contato interétnico secularmente vivenciada pelos entes nativos.

Contudo, persiste uma gama sensível de desafios. Em que pese a conformação nos últimos anos de uma Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, emanada das diretrizes e princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, e a melhora relativa dos padrões gerais sanitários e de qualidade de vida do conjunto da população indígena os macrodeterminantes das condições de vida e perfis epidemiológicos de saúde dos indígenas no Brasil ainda carecem de avanços significativos. Ademais, persiste a falta de (re)conhecimento das diferenças sensíveis existentes entre os sistemas indígenas de saúde e o sistema biomédico ocidental de saúde. Entre os aspectos relevantes desta diferenciação está o fato de que os sistemas indígenas de saúde, isto é, os saberes que estruturam a medicina indígena, são de ordem predominantemente holista.

## IHU Repórter

## Alfredo Santiago Culleton

POR GRAZIELA WOLFART | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Uma pessoa disciplinada, que sabe estabelecer metas, e dotado de uma sensibilidade rara nos dias de hoje. Este é o professor Alfredo Culleton, que atua no PPG em Filosofia e no PPG em Direito da Unisinos. Na entrevista que segue ele conta um pouco da sua história de vida, falando sobre os fatos mais marcantes e que contribuíram para a formação do ser humano que hoje ele é. Saiba mais sobre este argentino de família irlandesa que aprendeu sabiamente a viver cada dia de uma vez. Confira.



**Origens** - Nasci em Buenos Aires, em uma família de irlandeses. Somos entre três irmãos homens, sendo que eu sou o mais velho. Meu pai tinha campo e minha mãe era professora. Vivemos no campo até quando eu tinha uns dez anos. Depois fomos para a cidade e moramos em Buenos Aires até eu ter uns 20 anos. Pertencíamos a uma comunidade de irlandeses, que são comunidades católicas, casam entre si, têm colégios, clubes e padres irlandeses. Na Argentina tem uma comunidade grande de imigrantes irlandeses. Eles se instalaram em regiões onde pudessem criar ovelhas, plantar batatas e brigar um pouco.

**Infância** - Minha mãe era uma grande leitora. Então, tínhamos muitos livros à disposição em casa. Como não tinha energia elétrica, se lia muito. Nós também brincávamos andando a cavalo e com as ovelhas. Eram tempos difíceis na Argentina. Em junho de 1955, por exemplo, o governo peronista promoveu um ataque contra a Igreja católica como símbolo do antiperonismo e queimou uma infinidade de templos em todo o país, inclusive a Catedral de Buenos Aires promovendo saques e seqüestros. A minha família participou da defesa armada da Igreja San Patrício de Mercedes, que foi preservada. Foi um sucesso. Os homens guerreando e as mulheres re-

zando, uma festa.

**Massacre e marco na vida** - Em 1976 aconteceu um massacre na Argentina, quando são mortas pelos militares cerca de 30 mil pessoas, entre elas uma comunidade inteira de irlandeses, de padres e seminaristas. Mataram cinco deles em uma noite. E eles eram muito próximos de nós. Isso foi um fato marcante. Minha vida se divide em antes e depois disso, em função dos parentes e amigos envolvidos. Muitos jovens tiveram que sair do país. Um grupo deles entrou na comunidade dos palotinos, que era a ordem a qual pertencia esses religiosos mortos, e foi para o seminário. Eu estava neste grupo. Saímos do país porque já não se podia estudar lá. Então, para preservar a vida dos estudantes fomos para Santa Maria, uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Era uma cidade universitária, de médio porte, suficientemente próxima da Argentina e suficientemente longe no sentido de estar protegida pela fronteira.

**Formação inicial** - Minha formação inicial foi feita em colégios católicos irlandeses. Na época havia escolas de homens e mulheres. No segundo grau já havia escolas mistas. No seminário estudei Filosofia e Teologia, mas os cursos não foram validados. Então concluí e validei minha graduação em

Filosofia na Unijuí, anos mais tarde.

**Experiências únicas** - Vivi no seminário durante cinco anos. Foi uma experiência ótima de convívio, espiritualidade, formação, amizade e de inserção popular. Participei nos primeiros assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, na Fazenda Annoni<sup>1</sup> e Tupanciretã. Lembro do convívio com Adão Pretto<sup>2</sup>, da formação e da fundação do Partido dos Traba-

<sup>1</sup> **Fazenda Annoni**: terra localizada no norte do Rio Grande do Sul, que foi a primeira área ocupada pelo recém-criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em 1985. O local, para onde migraram 1,5 mil famílias de agricultores pobres, é o berço do movimento e tornou-se símbolo da batalha pela terra. Sobre a origem do MST leia a entrevista com Antonio Cechin, publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 05-08-2008 e disponível em <http://bit.ly/8YloKR> (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Adão Pretto**: agricultor e parlamentar gaúcho falecido em 2009. Natural da cidade de Coronel Bicaco, no Noroeste gaúcho, ele iniciou sua participação política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, passando pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguai. Ajudou a criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na região Cealero e o MST. Ingressou no Partido dos Trabalhadores em 1985, depois de passar pelo PDT de Brizola. Desde então, foi uma vez deputado estadual e estava no quinto mandato consecutivo como deputado federal. Na Câmara, Adão Pretto era defensor da reforma agrária e da pequena agricultura e opositor à bancada ruralista. Leia no sítio do IHU uma entrevista com Sérgio Górgen sobre Adão Pretto, disponível em <http://bit.ly/aqBeOj> (Nota da IHU On-Line)



lhadores e da composição dessa frente ampla que abrangia desde o sindicalismo até a Igreja filha do Vaticano II, de Puebla e Medellín. Lembro do Partido Revolucionário Comunista, o PRC, do qual vêm Tarso Genro<sup>3</sup>, Marcos Rolim<sup>4</sup>, José Fortunati<sup>5</sup> e José Genoino. Em Santa Maria tínhamos Dom Ivo Lorscheiter<sup>6</sup>, que era presidente da CNBB na época, que me lembra da Campanha da Fraternidade e de uma Igreja que tinha muita vitalidade, com trabalho em comunidades de base e na universidade. Foi uma

3 **Tarso Genro** (1947): advogado e político brasileiro, prefeito de Porto Alegre por duas vezes e, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça, pasta que ocupou até 10 de fevereiro de 2010, saindo do governo para ser candidato ao governo do estado gaúcho. (Nota da IHU On-Line)

4 **Marcos Rolim**: jornalista, sociólogo, professor no Centro Universitário Metodista (IPA) e consultor em segurança pública. (Nota da IHU On-Line)

5 **José Fortunati** (1955): político brasileiro e atual prefeito da cidade de Porto Alegre. É formado em Matemática, Administração Pública e de Empresas, e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (Nota da IHU On-Line)

6 **Ivo Lorscheiter** (1927-2007): ex-bispo emérito de Santa Maria. Foi o último bispo brasileiro nomeado pelo papa Paulo VI, durante no decorrer do Concílio Vaticano II, em 1965. Dom Ivo presidiu a CNBB durante o Regime Militar Brasileiro. Nessa época, abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação. Dom Ivo Lorscheiter ficou conhecido por ter tentado aproximar a Igreja do povo. No sítio do IHU pode ser acessada a entrevista *A igreja e os meios de comunicação social*, com Dom Ivo, publicada no dia 09-12-2005, republicada em 05-03-2007 e disponível em <http://bit.ly/aGoqWf>. No sítio também podem ser conferidas notícias sobre Dom Ivo Lorscheiter. (Nota da IHU On-Line)

experiência riquíssima e belíssima. Depois fui para Lima, no Peru, trabalhar na casa Bartolomeu Las Casas, com Gustavo Gutiérrez<sup>7</sup>. E então fui trabalhar na periferia de Buenos Aires, em uma diocese que se chamava Quilmes, com ocupações urbanas.

**Mudança de perfil** - Em 1990 saí novamente da Argentina e vim para Porto Alegre, onde fiz mestrado em Filosofia Moral e Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e construí um novo perfil para minha vida. Passei a me dedicar à docência. Comecei dando aulas na Ulbra, em Torres, depois fui para o La Salle, em Canoas, e em seguida para a Unisinos, onde estou desde 1996. Em 2003 concluí o doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e depois fiz o pós-doutorado no

7 **Gustavo Gutiérrez** (1928): padre e teólogo peruano, um dos pais da Teologia da Libertação. Gutiérrez publicou, depois de sua participação na Conferência Episcopal de Medellín de 1968, *Teologia da Libertação* (Petrópolis: Vozes, 1975), traduzida para mais de uma dezena de idiomas, e que o converteu num teólogo polêmico. Uma década mais tarde participou da Conferência Episcopal de Puebla (México, 1978), que selou seu compromisso com os desfavorecidos e serviu de motor de mudança na Igreja, especialmente latino-americana. Alguns dos últimos livros de Gustavo Gutiérrez são: *Em busca dos pobres de Jesus Cristo. O pensamento de Bartolomeu de Las Casas* (São Paulo: Paulus, 1992) e *Onde dormirão os pobres?* (São Paulo: Paulus, 2003). (Nota da IHU On-Line)

Medieval Institute da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos.

**Família** - Sou casado com a Odete, que é engenheira, e que conheci no movimento estudantil, na militância política e nos movimentos de Igreja. Temos dois filhos, o Tomás, de 16 anos, e o Mateus, de 13. Ser pai é ótimo, muito bom. Me divirto muito com eles. Não deixei de fazer nada do que já fazia. Gosto de brincar “de casinha” e de família. Minha esposa trabalha dez horas por dia fora de casa, então sempre fui mais caseiro e cuidei de gerenciar a administração doméstica. Como muito prazer organizo as lidas domésticas. Ensino a meus filhos a ter amigos, a ser querido com os outros, a se surpreender com a vida. E, claro, a importância da leitura. Leio para eles desde que tinham três meses de idade. Não interessa se entendem ou não. Entender é apenas uma parte da leitura. Ler é uma coisa e entender é outra. E não precisa necessariamente entender o que se lê. A leitura é um alimento de afeto e de ideias que vai circulando entre as pessoas.

**Amigos** - Quem encontra um amigo



encontra um tesouro, diz o livro da Sabedoria. É o mistério que salva. A filosofia é amizade. Jesus gostava de ser chamado amigo e não mestre. A alma só descansa na presença do amigo. Amigos são tudo.

**Autor** - Homero.

**Livro** - A Bíblia.

**Filme** - *Morte e vida severina*, de Zelito Viana.

**Hobby** - Jogo golfe duas ou três vezes por semana. Gosto disso porque posso jogar com os outros ou sozinho e se caminha muito, além de que o ambiente de campo aberto é algo que me faz bem. Também gosto muito de acampar, navegar e de fazer longas caminhadas. Por algum tempo tive barco no Rio Guaíba, uma delícia.

**Religião** - Sou católico e tento ensinar isso a meus filhos. Vivo tanto quanto possível dentro dos

parâmetros da tradição católica e cristã, da partilha do pão, da casa aberta, da acolhida a quem precisa. O fato de eu ser estrangeiro também me deixa com uma sensibilidade maior para quem é peregrino.

**Política no Brasil** - Tem alguns mecanismos que estão viciados. O sistema de representação está viciado e exige uma reforma política que fuja do aspecto individual. Se faz necessária uma discussão interna nos partidos, com propostas e programas. Temos hoje campanhas bilionárias, caríssimas e individuais, sem programas políticos. O partido não é mais o espaço da discussão e da formulação de programas, mas acaba sendo o espaço da legitimação do poder, onde as pessoas conseguem se eleger.

**Um sonho** - Aprendi a viver um dia de cada vez. Cada dia tem seus desafios. Já não busco grandes sonhos. Meu cotidiano é digno se estiver à altura da minha

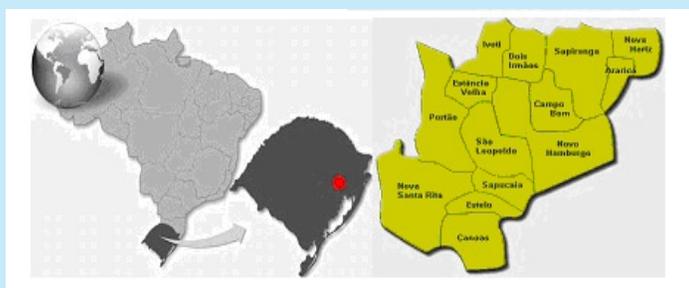
proposta de ser sempre um pouco mais amoroso, mais atento e mais sensível aos sentimentos dos outros.

**Unisinos** - Uma instituição que soube se adequar às exigências dos tempos, que deixou de exercer o papel de dar suporte profissional ao Vale dos Sinos para se tornar um centro de produção do conhecimento, uma verdadeira universidade de pesquisa, que pensa os grandes temas que afetam a sociedade e que compete à altura com as melhores universidades do país.

**IHU** - O Instituto faz o papel de integrar uma espiritualidade que não pode ser vivida nos diferentes departamentos e programas de pós-graduação da universidade, mas que falta, todo mundo necessita e que o IHU tem. Às vezes as pessoas se apropriam mais disso, outras vezes menos, mas sabem que o IHU é este espaço de reflexão mais humana e integrada.

## Observasinos - Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos

É um projeto do Instituto Humanitas Unisinos - IHU que tem como propósito analisar, sistematizar e publicar os indicadores socioeconômicos da região, assim como promover o debate sobre a realidade, em vista de contribuir na implementação, qualificação e controle das políticas públicas afirmadoras de uma sociedade incluyente e sustentável. A região que se constitui como campo de análise do Observatório é delimitada conforme o Conselho Regional de Desenvolvimento - Corede Vale dos Sinos -, formado por 14 municípios: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.



A análise e intervenção na realidade regional exigem aproximações com os cenários nacional, estadual e local. Essa aproximação e confrontação é feita a partir de diferentes bases de dados e pesquisas nas áreas do trabalho, saúde, educação, ambiente, segurança, proteção social e outros.

Indicadores	Rio Grande do Sul	Vale do Rio dos Sinos	%
Nº Municípios	496	14	2,8
Área (2008)	281.748.5 Km <sup>2</sup>	1.398.5 Km <sup>2</sup>	0,5
População Total (2008)	10.727.937	1.287.805	12,0
Nº de Indústrias	36.743	6.659	18,1

Fonte: FEE

A partir da publicização dos indicadores, as análises são ampliadas com o debate pelos cidadãos e agentes que atuam junto às diferentes políticas públicas nos municípios. A perspectiva é que a atuação do Observasinos contribua efetivamente para que os cidadãos e organizações conheçam a realidade da região e, ao mesmo tempo, contribuam efetivamente para a sua qualificação numa perspectiva ética da inclusão e sustentabilidade. Entre as ações realizadas está a publicação semanal de uma análise temática “De olho no Vale dos Sinos”, que é disponibilizada sempre aos sábados nas Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

Siga o IHU no



([http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu))

E também no



(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

